Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo
de caso da CSA São Carlos/SP

Flavia Torunsky

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2019

Flavia Torunsky
Bacharel em Imagem e Som

**Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso
sobre a CSA São Carlos/SP**
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Torunsky, Flavia

Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos-SP / Flavia Torunsky. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2019.

137 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. CSA 2. Teoria das Justificações 3. Circuitos curtos 4. Agricultura familiar.
. I. Título

AGRADECIMENTOS

*Agradeço, agradeço, tudo o que se passou
Cada acontecimento, me trouxe aqui onde estou*
Flávio Passos

Se tem algo que muitos sábios concordam é que a gratidão tem um enorme poder sobre nossas almas. Este sentimento altera nosso ser profundamente, transformando energias negativas em positivas, trazendo o reconhecimento da nossa caminhada até aqui e das dádivas que recebemos a cada passo dado. E é nesse momento, aproveitando este espaço dedicado a este sentimento tão Divino, que deixo registrado meu profundo agradecimento por tudo o que se passou nesta longa jornada de iniciação que é o mestrado. Apesar do sentimento de uma jornada solitária, sei que esta é uma mera ilusão, pois foram muitas as pessoas que participaram direta ou indiretamente deste processo, construindo junto comigo este estudo fino.

Começo agradecendo profundamente a Deus, que me dá a inspiração necessária e a conexão profunda para seguir me aperfeiçoando como ser humano. Me presenteia com o canto dos pássaros, o brilho das estrelas e o perfume das flores, me lembrando a cada dia que vivo em um jardim repleto de maravilhas.

Agradeço a meu querido pai, Paulo Sérgio Torunsky, que com seu amor nunca deixou de expressar seu orgulho e admiração por quem sou. Por razões que nunca poderei compreender completamente, precisou se despedir deste plano já na reta final desta jornada, mas sei que estará celebrando junto com meus ancestrais mais esta conquista. Agradeço a minha amada mãe, Regina Berard, por sempre acreditar no meu potencial e me apoiar em todas as minhas escolhas. Agradeço por ser o modelo de mulher realizadora, corajosa e dedicada que é, me inspirando a perseguir meus sonhos e realizar tudo aquilo que desejo em meu coração. Agradeço minhas irmãs, Roberta e Luciana, por serem minhas companheiras nesta jornada, estarem ao meu lado desde sempre e me proporcionarem tantos aprendizados.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Moruzzi, que com sua paciência me guiou neste processo, me ensinado a engatinhar e logo a dar meus primeiros passos como pesquisadora. Fortaleceu minha confiança, mostrou os passos a seguir, corrigiu meus erros com carinho. Apesar de passos ainda incertos, uma confiança ainda em construção, sou profundamente grata por esta linda oportunidade de me re-conhecer neste lugar. Neste sentido, também agradeço imensamente a esta instituição que me acolheu, me sinto muito honrada em pertencer à ESALQ.

Vale ressaltar que o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001. Assim, agradeço imensamente a esta agência de fomento pela concessão da bolsa de estudos para que com tranquilidade pudesse me dedicar neste mergulho da pesquisa.

Agradeço a toda equipe do programa de Ecologia Aplicada, em especial a Mara que sempre me atendeu com tanto carinho e paciência frente milhares de dúvidas burocráticas que apareceram no caminho. Agradeço aos colegas pelas conversas inspiradoras, aos professores por me mostrarem o caminho da biblioteca e indicarem livros que abriram muitas portas para uma reflexão profunda e crítica.

Muitas vezes, sem nem darmos conta disso, uma frase dita, num momento dado, pode mudar tudo... e por isso, agradeço ao meu amigo Djalma Nery, por ter estado ao meu lado no começo de tudo e me dizer uma e outra vez que eu era capaz. Foram suas palavras que deram o empurrão que precisava para me inscrever no processo seletivo. Agradeço a Veracidade e todos que passaram por lá, me proporcionando vivências profundas e aprendizados de vida. Lugar onde compartilhei sonhos de um mundo possível e que levo comigo para onde eu for. Agradeço imensamente a querida comunidade CSA São Carlos. Lá exercitei este mundo sonhado. Foi a partir desta vivência intensa que me inspirei para este projeto de mestrado e que espero desdobrar-se em muitos outros estudos ainda. Posso dizer que tive 3 encontros intensos em minha vida, que marcaram minha caminhada e modificaram minha visão de mundo. Entre eles está meu encontro com a CSA.

Agradeço minha querida amiga Joana Ortega, que compartilhou comigo o entusiasmo por pesquisar este tema, já no curso de especialização em Educação Ambiental. Entramos juntas no mestrado, ambas pesquisando CSA. Sou grata por todas as conversas, reflexões, artigos compartilhados, angústias e incertezas, palavras de apoio e inspiração. Ter uma amiga tão querida vivendo o mesmo processo que eu foi muito reconfortante. Agradeço aos meus companheiros de casinha, Amanda, Mari, Vitinho e Lara. Começamos a morar juntos exatamente quando entrei no mestrado, e agradeço pelos auxílios nos meus momentos de dúvidas, pela paciência quando eu achava que ia enlouquecer, pela tolerância quando projetava isso na pia da cozinha. Agradeço pelas noites de karaokê para extravasar, aos episódios de seriado com baldes e mais baldes de pipoca para relaxar.

Agradeço a querida fraternidade do coração e meus amados padrinho e madrinha, que me ensinam todos os dias o valor do compromisso e a dar sempre o melhor de mim em tudo o que faço. Agradeço a tantas amigas e amigos que estão ao meu lado, seria impossível nomear cada uma e cada um. Mas vale dizer que é nestas amizades tão preciosas que encontro minha

luz neste mundão, a alegria para seguir, a força para batalhar. Gratidão por todas as palavras de apoio.

Agradeço imensamente a meu amado companheiro, Felipe Cortes, que apareceu no finzinho desta jornada e acolheu meu coração no seu. Com seu carinho e seu amor tornou mais leve o caminhar, transformando meus passos em uma dança, minhas palavras em poesia. Ao seu lado, estes momentos finais (sempre conturbados pela pressão) foram mágicos e divertidos, uma recarga extra de ânimo e confiança.

E por fim, agradeço a você, que dedicará seu tempo a esta dissertação, desejando que esta leitura seja leve e repleta de aprendizados.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1. METODOLOGIA E ANÁLISE.....	14
1.2. TÓPICOS PRINCIPAIS DA DISSERTAÇÃO	19
2 COMO TRATAR DE AGRICULTURA	23
2.1. O QUE JUSTIFICA DETERMINADAS ESCOLHAS?.....	24
2.2. SE O CAMPO NÃO PLANTA A CIDADE NÃO JANTA	45
2.3. O QUE ALIMENTAMOS, QUANDO NOS ALIMENTAMOS?	52
3 A CSA COMO ALTERNATIVA	57
3.1. DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI.....	60
3.2. A CSA NA PRÁTICA (COMO IDEALIZADA POR SEUS FUNDADORES)	68
3.3. A CSA NO BRASIL	74
3.4. OS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA MOBILIZADOS EM TORNO DA CSA.....	81
4 APROXIMANDO A LENTE: OS DESAFIOS DO DIA A DIA DA CSA.....	89
4.1. A CSA SÃO CARLOS, UM BREVE HISTÓRICO.	90
4.2. AS MOTIVAÇÕES QUE APROXIMAM.	97
4.3. OS CONFLITOS QUE AFASTAM.....	109
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE.....	135
ANEXO	137

RESUMO

Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos/SP

Estudos mostram que vivemos uma crise socioambiental sem precedentes. Apesar de ser considerada uma crise sistêmica, a agricultura convencional progride, constituindo uma das atividades que mais contribui para os impactos negativos tanto ambientais como sociais da atualidade. No mundo, as relações socioeconômicas estão estabelecidas segundo uma ordem de valores, na qual justificações mercantis e industriais possuem uma grande aceitação e legitimidade. A economia é considerada, para alguns autores, como o coração das ações humanas. No entanto, tal ordenamento fundado em justiça industrial-mercantil impacta negativamente diversas dimensões da vida em sociedade. Neste quadro, movimentos de contestação desta ordem emergem buscando legitimidade com vistas à profundas transformações sociais e ambientais. É assim que ocorre a multiplicação das CSAs (Comunidade que Sustenta a Agricultura), representando uma experiência inovadora de associativismo, aproximando consumidores e agricultores. Seu crescimento é exponencial no Brasil e no mundo. Trata-se de uma perspectiva de busca de uma nova estrutura de relação socioeconômica com a agricultura familiar, pautadas em princípios de um compromisso com a agroecologia, a solidariedade, a confiança mútua e a localidade. Nosso estudo aspira traçar seus potenciais e limitações em termos de aceitação social com o apoio de análises inspiradas na teoria das justificações, considerando a emergência de uma nova ordem de justiça, a justiça ecológica.

Palavras-chave: CSA; Teoria das justificações; Circuitos curtos; Agricultura familiar; Economia associativa

ABSTRACT

Justifications around Community Supported Agriculture: a case study on CSA São Carlos / SP

Studies show that we are experiencing an unprecedented socio-environmental crisis. Despite considered a systemic crisis, conventional agriculture is progressing, constituting one of the activities that contributes most to the negative environmental and social impacts in present time. In the world, socioeconomic relations are established according to an order of values, in which market and industrial justifications have great acceptance and legitimacy. The economy is considered, for some authors, as the heart of human actions. However, such an order based on industrial-mercantile justice impacts negatively various dimensions of life in society. In this context, movements contesting this order emerge seeking legitimacy towards profound social and environmental transformations. This is how CSAs (Community Supported Agriculture) multiply, representing an innovative experience of associativism, bringing together consumers and farmers. Its growth is exponential in Brazil and in the world. It seeks a new socioeconomic relationship structure, based on a commitment to an agroecological agriculture, solidarity, mutual trust and locality. Our study aspires to trace its potentials and limitations in terms of social acceptance with the support of analyzes inspired by the theory of justifications, considering the emergence of a new order of justice, the ecological justice.

Keywords: CSA; Theory of justifications; Short circuits; Family-based farming; Associative economy

1 INTRODUÇÃO

*Que tipo de mundos se estabelecem através de que conjunto de práticas, e com que consequências para quais grupos particulares de humanos e não-humanos?*¹

Arturo Escobar

O questionamento levantado por Escobar (2014) nos leva a refletir profundamente sobre que mundo estamos construindo a partir das nossas escolhas. As evidências de que caminhamos rumo a um futuro duvidoso - e alguns mais radicais diriam até catastróficos - estão cada dia mais nítidas. É impossível olhar para questões como a economia, a política, o meio ambiente ou a desigualdade social de forma isolada em busca de soluções para os problemas que se apresentam a nível global (CAPRA, 2009). A crise é sistêmica e para tal precisamos de soluções sistêmicas. Ainda mais, a questão ambiental pode ser considerada como uma das mais sérias da sociedade moderna, pois a magnitude da degradação atual pode (e se não agirmos certamente irá) nos levar a um colapso.

Leff (2004) afirma que a crise socioambiental é a crise da civilização contemporânea. Segundo Descola (2000), esta última é consequência de uma cosmologia dominante baseada em uma eterna contraposição cultura e natureza, que possui ênfase no modo de relação predatório. Aponta, ainda, que a própria noção de “natureza” parte de uma construção sociocultural, uma “crença” elaborada para entender e ordenar o mundo. Isto significa que a ideia que temos sobre a natureza ocorre tanto das experiências que adquirimos ao interatuar com ela, como da rede discursiva que constituem nossa *weltanschauung*² pessoal e cultural. Deste modo, uma profunda reflexão sobre como vem se estabelecendo nossa relação com o mundo natural é fundamental para caminharmos rumo a uma transição, harmônica e rápida o suficiente, para preservar ecossistemas-chaves na manutenção da vida planetária.

Para ultrapassar o dualismo homem e natureza, Descola (2000) propõe uma ciência das relações, capaz de tratar as faculdades humanas e a natureza física não mais como “substâncias autônomas e instâncias causais”, mas como entidades “que só possuem um sentido e uma identidade mediante as relações que instituem como tais” (DESCOLA, 2000, p. 163). A mudança, portanto, está na percepção de um mundo profundamente interligado, um mundo que inter-existe (ESCOBAR, 2014). Para tal, será necessário inventar novas práticas que coloquem o relacional no centro, pois, como afirma Diegues (2001, p. 97), “o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza”.

1 Tradução da autora

2 Conjunto ordenado de valores, impressões, sentimentos e concepções de natureza intuitiva, anteriores à reflexão, a respeito da época ou do mundo em que se vive; cosmovisão, mundividência.

Neste sentido, alguns autores, como Capra (2009), afirmam que vivemos uma “crise de percepção”. É possível observar em vários aspectos da vida moderna que nossa percepção de mundo ainda segue muito pautada no pensamento evolucionista. O problema é que este pensamento define uma dicotomia entre primitivo e civilizado, contribuindo para uma concepção de superioridade do mundo ocidental, que pode ainda se estender para uma superioridade do homem branco. De outra parte, a noção de supremacia do gênero humano, afirmando que todos os seres vivos e não vivos estão para servir a espécie humana (KEITH, 2001), alimenta e reforça valores que contribuem para manter o paradigma atual: expansão, competição, quantidade e dominação (CAPRA, 2009).

Maturana e Varela (2007) apontam que o próprio processo do conhecimento, ou seja, a forma como compreendemos o mundo, tem contribuído para uma visão do humano separado da natureza. A perspectiva representacionista, que coloca a mente como um espelho do mundo natural, e o processo do conhecimento como resultado do processamento das informações pré-dadas por este mundo, anterior a experiência do conhecedor, reforça a crença do mundo-coisa a ser explorado para benefício do ser humano. Acreditamos estar separados do mundo, que existiria independente da nossa experiência, estaria pronto, acabado, e que receberíamos passivamente suas informações. Segundo os autores, esta percepção acabou causando distorções no comportamento humano, tanto com relação ao meio ambiente como na relação com outras pessoas.

Esta separatividade, apoiada na noção de superioridade humana e de natureza vista como objeto de exploração, promove a atitude da domesticação. Desde os fundamentos teológicos, com o livro da Gênesis afirmando uma e outra vez que o mundo natural e todas as suas criaturas foram feitas para uso e serviço do homem (KEITH, 2001), até as mais avançadas pesquisas científicas com o controle genético de plantas e animais, o ser humano vem domesticando e assim alterando o ambiente ao seu redor. Ao pensar nesta relação, a agricultura ocupa lugar de destaque. A partir da domesticação de espécies vegetais, cereais e animais, a sociedade, tal qual a conhecemos hoje, se estabeleceu. De fato, para alguns estudiosos, a agricultura é considerada, inclusive, a atividade que marca o início da era do antropoceno³ no

3 Termo cunhado pelo biólogo Eugene F. Stoermer no início de 1980, e popularizado pelo cientista Paul Crutzen, que aponta as atividades humanas como motor de uma mudança geológica no planeta, deixando marcas tão espalhadas e profundas na Terra passíveis de serem comparadas as grandes mudanças de era, como a do meteoro que exterminou os dinossauros e deu início a era cenozoica. Apesar de inúmeros estudos e evidências, o antropoceno ainda não é um conceito científico formal. Jan Zalasiewicz, professor da Universidade de Leicester, no Reino Unido, lidera o grupo de trabalho responsável por trazer evidências se, de fato, vivemos uma mudança de época. Ainda assim, o termo vem sendo usado com cada vez mais frequência por pesquisadores e profissionais das mais variadas áreas para destacar as mudanças globais que vivemos no planeta. Segundo Torres (2017, p. 94), “o conceito de antropoceno serve para designar um momento histórico

planeta e o atual modelo industrial de produção de alimentos a “maior força antrópica modificadora da biosfera” (ALTIERI, 2018). Trata-se da dominação do ser humano sobre o planeta, que, devido a sua capacidade de “alterar, modificar e destruir a natureza e as formas de vida, associado ao estabelecimento de um padrão de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais baseado no bem e no mal, forjou um sistema econômico desigual e excludente” (PACÍFICO, 2009, p. 34) e produziu mudanças ambientais que podem alterar de forma irreversível a ecologia terrestre.

A agricultura, com efeito, tem ocupado o banco dos réus quando se trata de degradação ambiental. O modelo de produção agrícola atual tem sido apontado como responsável pelos maiores impactos negativos no planeta e muitos embates ambientalistas evidenciam tanto suas práticas ambientalmente problemáticas, como também as questões socioeconômicas que emergem a partir de suas escolhas. Segundo Groh e McFadden (1997, p. xiii), “somente uma nova aproximação ecologicamente saudável à agricultura pode desacelerar ou parar esta deterioração”⁴. Para tal, faz-se necessário compreender, ainda que em linhas gerais, as principais críticas ao modelo vigente de produção agroalimentar, os riscos da continuidade desta agricultura industrial e os desafios para modificar o que Machado e Machado Filho (2017) denominam de “conduta suicida”. Para atacar a questão fundamental da produção e comercialização dos alimentos precisamos fazer um inventário da situação atual e assim, com honestidade e clareza, traçar estratégias para superação dos desafios.

Para nosso estudo, mobilizamos a teoria das justificações. Com esta ótica, Boltanski e Chiapello (2009) consideram que as relações capitalistas são justificadas segundo uma ordem de valores e de princípios normativos que permitem legitimar práticas sociais e escolhas dos indivíduos em favor do sistema. Para estes autores, as justificativas associadas às atividades econômicas imprimem no mundo de hoje orientações para as condutas vistas como adequadas, tanto na esfera social como ambiental. Para Dardot e Laval (2016), o que está por trás desta questão é o fato do neoliberalismo produzir um tipo de relação entre as pessoas, uma racionalidade onde “o que está em jogo é, nada mais nada menos, que a forma da nossa existência, ou seja, o modo como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os demais e com nós mesmos” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.16). Leff (2004) contribui para nossa

mundial: tudo que é construído pelos humanos e que interfere nos sistemas naturais, engloba, em grande medida, as mudanças paradigmáticas que estamos testemunhando nas áreas de inteligência artificial, neurociência, biologia e biotecnologia, entre outras, e nos lança em uma seara de incerteza tanto científica quanto discursiva”.

4 Tradução da autora.

reflexão ao afirmar que o sistema econômico, ao afastar-se do lastro do real (condições ecológicas e tempo de trabalho socialmente necessário na produção), tornou-se:

determinado pelas leis cegas do mercado, subjetivado pelo interesse individual, guiado pelo espírito empresarial e sustentado pelo potencial tecnológico que, convertidos em princípios de uma ciência econômica, legitimaram uma racionalidade desvinculada das condições ecológicas de produção, de um juízo moral sobre a distribuição de riquezas e das formas de significação cultural da natureza (LEFF, 2004, p. 31).

Desta forma, o modelo de produção agrícola vigente, apoiado por uma justificação mercantil e industrial, apresenta práticas que negligenciam as consequências socioambientais negativas de suas escolhas. Pode ser considerado assim, tal como sugere Descola, como um modelo de relação predatório entre ser humano e natureza. Atualmente existe um reconhecimento por parte de muitas famílias agricultoras e estudiosos a respeito da degradação dos sistemas agroalimentares, provocada em grande medida pelo sistema econômico vigente (GROH; MCFADDEN, 1997). Frente a este reconhecimento e com a proposta de mudar esta realidade, diferentes movimentos atuam no sentido de provocar uma mudança que represente uma re-aproximação entre meio urbano e rural, com vistas ao estabelecimento de relações saudáveis com o mundo natural.

Novas práticas agrícolas, especialmente pautadas em sistemas agroecológicos locais, surgem no intuito de mostrar caminhos possíveis para tirar a humanidade da crise climática e alimentar. Estas iniciativas têm enfatizado a re-localização da alimentação e da economia como contraproposta a globalização baseada nos mercados dominados por grandes corporações (ESCOBAR, 2014). Yamamoto (2006, p. 14) afirma que:

[...] a agricultura orgânica [...] se evidencia como alternativa não apenas tecnológica ao modelo convencional de produção de alimentos, mas também como expressão do ethos da sociedade contemporânea que reivindica novas formas de relacionamento do homem com a natureza, nos processos de geração de riqueza e de sua apropriação mais igualitária e justa.

Para contribuir no debate sobre novos modelos de relação de produção e comercialização de alimentos, este estudo abordará uma iniciativa bastante recente no Brasil, mas que tem se multiplicado de forma exponencial no país e no mundo: a CSA. Conhecida como Comunidade que Sustenta a Agricultura⁵ ou Comunidade Sustentada pela Agricultura,

5 CSA, sigla que se origina do inglês ‘Community Supported Agriculture’, foi proposta na década de 1980 nos Estados Unidos por dois agricultores biodinâmicos europeus: o suíço Jan Vandertuin e o alemão Trauger Groh. Em tradução livre ao português perde uma de suas características principais, que é o entendimento da via de

esta iniciativa propõe a construção de uma nova estrutura de relação socioeconômica com a agricultura familiar, baseada na revalorização desta atividade e da sua principal figura: a agricultora e o agricultor. Seu foco está na estruturação de redes comunitárias locais que aspiram reaproximar aqueles que produzem e que consomem, em uma relação de parceria, com o objetivo de desenvolver relações mais saudáveis e sustentáveis com o campo.

Uma CSA é proposta como uma experiência de cooperativismo inspirada no conceito de ‘economia associativa’, do austríaco Rudolf Steiner (2006), onde o bem-estar de todas as pessoas envolvidas, ou seja, o bem-estar da comunidade, passa a ser o objetivo comum. Nesta nova visão econômica, Steiner aponta para o caráter orgânico da economia, em constante movimento e repleta de particularidades, que precisa ser pensada “desde dentro” já que estamos completamente imersos em seus processos. Propõe assim organismos comunitários que reúnem sujeitos decidindo local e horizontalmente os rumos dos processos econômicos no qual estão inseridos, a partir de uma visão totalizante (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014). Nesta lógica, “quanto mais uma pessoa trabalha em benefício da comunidade, e quanto mais a comunidade está estruturada para atender às necessidades de cada indivíduo, maior será o bem-estar de toda a comunidade⁶” (LAMB, 2010, p. 24).

Em termos concretos, tais sistemas propõem que um grupo de consumidores (também chamados coprodutores) financiem a produção de um ou mais organismos agrícolas com pagamentos antecipados. Um orçamento anual, ou semestral, é elaborado conjuntamente, incluindo todos os gastos da produção e da família agricultora. Este orçamento é pago pelos membros da comunidade, divididos em cotas que podem ser anuais, semestrais ou até mensais (no Brasil a maioria das CSAs funcionam com cotas mensais) e em troca recebem, semanalmente, uma cesta de alimentos em um determinado ponto de distribuição, que pode ser na propriedade rural, em uma casa, associação, escola, comércio, etc.

No Brasil, a primeira iniciativa desta natureza nasce em Fortaleza no ano de 1997 sob o nome de ADAO - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - que funcionou por quase uma década. Em 2011, surge no bairro da Demétria, em Botucatu/SP, uma nova tentativa de estabelecimento da CSA, em funcionamento até os dias de hoje. Em 2013, é fundada a CSA Brasil que tem por objetivo apoiar e expandir esta iniciativa pelo país e que mapeou aproximadamente 50 grupos em 10 estados⁷. Porém, apesar dos benefícios

mão dupla que a tal iniciativa propõe, sendo incorporado no discurso de alguns também a tradução Comunidade de Apoio à Agricultura e Comunidade de Suporte à Agricultura.

6 Tradução da autora.

7 Dado apresentado do site <http://csabrasil.org/csa/csas-no-brasil/>, último acesso em fev 2017.

aparentemente claros desta iniciativa (a partir da proposta de uma relação ganha-ganha), nem sempre ela tem o sucesso esperado, como mostra a experiência da ADAO, por exemplo, que acabou deixando de ser uma CSA. Muitos grupos afirmam haver uma alta rotatividade de membros ao longo da existência da comunidade. Assim, a pergunta levantada por Yamamoto (2006, p. 29) em sua dissertação nos parece ainda pertinente: “Por que o mercado justo (ou CSA) não explode?”

A CSA enfrenta uma série de desafios que vão para além da dimensão técnica e econômica. Por tratar-se da construção de uma comunidade e propor uma mudança nas relações - desde o aspecto econômico, à organização social, do modelo produtivo aos hábitos alimentares - participar de uma CSA requer um trabalho interno, como sugere Louise Frazier (apud McFadden, 1997), uma mudança de suas práticas externas e também internas. Se por um lado, o sistema capitalista neoliberal impacta na subjetividade do sujeito reforçando o individualismo, a competitividade e a busca pelo seu interesse pessoal, por outro a CSA busca estimular a coletividade, a solidariedade e a busca pelo bem-estar comum, constituindo-se um “nadar contra a corrente” das tendências globais, um verdadeiro “cabo de guerra” interno para seus membros.

Frente a este quadro, este estudo tem por objetivo principal responder as seguintes questões: quais são os argumentos e justificativas que aproximam membros para fazer parte das comunidades agrícolas? Como ocorre a participação e a vivência dos implicados, considerando os valores propostos pela CSA? Quais conflitos e adversidades afastam estes membros? Para responder a este problema, este estudo aborda, primeiramente, o funcionamento das CSAs. Por se tratar de um modelo ainda recente no Brasil, tendo poucos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre o tema, a dissertação apresenta os princípios sobre os quais se apoiam os diferentes modelos de organização presentes no mundo. Em seguida, aprofundaremos o estudo de um caso específico, focalizando o dia a dia de uma comunidade agrícola, a fim de evidenciar potenciais e limitações deste modelo de relação agroalimentar, com vistas a enriquecer nosso entendimento sobre esta iniciativa.

1.1 Metodologia e análise

Para alcançar os objetivos traçados aqui, foi definido o estudo de caso da CSA São Carlos como experiência a ser explorada com profundidade. A escolha por esta CSA, especificamente, tem relação com duas características importante deste grupo. A primeira é o fato desta CSA estar na cidade de origem da autora, facilitando os processos de deslocamento

para a coleta de dados. Ainda, a autora acompanhou a formação desta comunidade desde o início, sendo membro ativa no grupo, participando do núcleo gestor (NG), de mutirões e assembleias. No momento de ingresso neste programa de mestrado a autora se retirou do NG, adotando uma postura mais distanciada, importante nos processos de pesquisa, mas sem perder de vista a bagagem construída a partir de sua participação na comunidade. A segunda é o fato da CSA São Carlos ter passado por uma série de transformações e mudanças, sendo hoje a primeira CSA no Brasil a possibilitar a entrada de membros bolsistas na comunidade, que trocam as cestas de alimentos por 4 horas de trabalho em campo. Ainda, a CSA São Carlos viveu dois conflitos importantes que a tornaram a única CSA no Brasil onde a comunidade sustenta o organismo agrícola a partir do trabalho coletivo e não somente do financiamento econômico por cotas. Esta arquitetura está expressa por uma comunidade com mais membros bolsistas do que cotistas. Seu histórico de conflitos e estratégias de superação das adversidades nos pareceu riquíssimo para esta pesquisa.

A metodologia utilizada para este estudo foi especialmente aquela das pesquisas qualitativas, mobilizando, em especial, as técnicas de entrevista em profundidade e a observação participante na coleta de dados. A entrevista em profundidade, segundo Lalanda (1998), aborda de modo privilegiado a subjetividade daquele que se entrevista, trazendo os significados do mundo que o rodeia, fundamental para o entendimento dos potenciais e desafios da CSA. Neste sentido,

um dos benefícios da entrevista em profundidade é que os entrevistados são encorajados a discutir seu raciocínio por trás de vários comportamentos e compartilhar processos de pensamento com nuances sobre questões complexas para os pesquisadores analisarem. Assim, essas reflexões são dados que não poderiam ter sido capturados por um questionário e oferecem uma contribuição valiosa para os esforços contínuos dos sociólogos para entender o alcance, o significado percebido e o significado da participação no mercado orgânico local⁸ (SCHRANK, RUNNIG, 2018, p.190)

Como coloca Duarte (2006), o objetivo deste modelo de entrevista não é conseguir uma visão objetiva, quantificada, mas captar a profundidade de um assunto, suas micro-interações, padrões, detalhes, obter juízo de valor, interpretações e caracterizar a riqueza de um tema. Neste sentido, os estudos de caráter qualitativo buscam poucas fontes, porém de qualidade, buscando a representatividade através da diversidade de papéis sociais. Aqui, portanto, foram selecionadas oito pessoas para este estudo, com funções distintas na

comunidade, assim como tempo de participação na CSA, sendo: dois agricultores, um representante da CSA Brasil, um bolsista, um membro participante do Núcleo Gestor, um representante da Associação Veracidade (organização que fundou a CSA em São Carlos) e dois membros que se afastaram.

Os dois agricultores participantes desta pesquisa são jovens entre 20 e 25 anos de idade, que foram para o sítio centenário em busca de ampliar seus conhecimentos sobre plantio e manejo. Para tal, residiram no sítio com a família agricultora por um ano ininterrupto e tiveram papel chave na elaboração de estratégias de aproximação de bolsistas. O representante da CSA Brasil é hoje uma das principais figuras nos processos de formação de CSAs, participando ativamente dos cursos, palestras e consultorias sobre como montar uma comunidade agrícola. Integrante da CSA de Bauru, integra a CSA Brasil desde a sua fundação em 2013. O membro do núcleo gestor possui uma trajetória interessante na CSA São Carlos, passando praticamente por todos os papéis possíveis. Entrou para a comunidade como cotista em 2015, logo se tornou bolsista em campo e, por fim, assumiu a frente de comunicação da comunidade. O representante da Associação Veracidade pertence a ONG desde sua fundação em 2012 e participou ativamente na fundação da CSA São Carlos. Esteve presente desde as primeiras conversas com Richard Charity e nas articulações com entidades parceiras. Sua participação ativa nos primeiros anos da comunidade se desdobrou em palestras e artigos acadêmicos sobre o tema. Dos membros que se afastaram da CSA, a primeira participou ativamente da comunidade por 2 anos, chegando a fazer parte do núcleo gestor. Já havia participado de uma iniciativa desta natureza em São Paulo e ao mudar-se para o interior buscou projetos relacionados com a agricultura e a alimentação orgânica. O segundo membro também participou da comunidade por aproximadamente 2 anos. Foi um grande entusiasta da comunidade e atribui sua saída à dinâmica de trabalho, que não permitia que realizasse suas refeições em casa, o que provocava o descarte de muitos alimentos.

A observação participante foi realizada, especialmente, através da presença da pesquisadora como membro ativa da comunidade. Antes mesmo de iniciar esta pesquisa, a autora já fazia parte da CSA, desde a sua fundação, e foi exatamente esta vivência que motivou um estudo aprofundado sobre o tema. A pesquisadora fez parte do NG nos primeiros 3 anos da comunidade, tendo sido responsável tanto pela parte financeira da comunidade como pela comunicação. Participou ativamente tanto na articulação como na facilitação das assembleias e reuniões do NG durante este tempo, somando um total de 8 assembleias e 20 reuniões do NG registradas em Ata. Ao ingressar no programa de mestrado adotou uma postura mais distante, retirando-se do NG completamente em julho de 2016, porém frequentando as reuniões e

assembleias como membro da CSA e pesquisadora. Desde a entrada no programa de mestrado, ocorreram 9 reuniões registradas em Ata e 5 assembleias. Além das reuniões, a pesquisadora participou das entregas das cestas semanais, das celebrações e de mutirões. Através do mergulho na realidade concreta do grupo e no exercício constante do envolvimento e distanciamento necessário para transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar, como evidencia Da Matta (1978), foram anotadas as percepções a respeito das inter-relações na comunidade em diário de campo. O objetivo aqui foi coletar informações que não são expressas nas entrevistas, já que muitas vezes existe uma diferença na relação do que é falado, o que é feito e o que é pensado (VIERTLER, 2002).

O contato direto do sociólogo com os atores não anula o distanciamento que a ciência exige. Antes transforma a recolha de informação numa experiência que «humaniza» a própria investigação, ou seja, proporciona ao investigador a possibilidade de «ver por dentro», tomando uma dupla posição de observação: a de investigador e a do próprio ator (LALANDA, 1998, p. 873).

Também foi utilizado, como material de análise, os e-mails compartilhados pela comunidade, a Ata permanente das assembleias e um relato enviado pela agricultora da CSA SC à comunidade em 2015. No total, foram analisados 1.700 e-mails, desde sua fundação em 2013 até abril de 2017; 23 Atas de reuniões do NG de 2013 a agosto de 2017 e 12 Atas de assembleias disponíveis na Ata Permanente da comunidade. Os e-mails foram primeiramente selecionados com os seguintes critérios: e-mails relevantes (que continham informações pertinentes as motivações de entrada e saída); elogios e críticas à comunidade e informações sobre as assembleias. Em segundo momento, os e-mails selecionados foram separados nas categorias: motivações para participar; limitações; problemas/ conflitos e chamadas para reuniões, mutirões e assembleias (para averiguar argumentos utilizados como estratégias para engajamento).

Grupos de facebook e whatsapp foram, igualmente, uma ferramenta valiosa de coleta de dados, já que as redes sociais se transformaram em locais de interação e colaboração. Como estima Lopes Costa (2018, p. 18), “assuntos estranhos e difíceis são mais fáceis de lidar por meio da rede do que quando confrontados cara a cara”. Na CSA São Carlos não foi diferente e um grupo de whatsapp intitulado “balanço sensível” foi criado para discutir conflitos dentro da comunidade. Em especial o grupo de whatsapp intitulado “balanço sensível”, reunindo em especial membros bolsistas e participantes do núcleo gestor, forneceu depoimentos importantes no que tange os conflitos e adversidades vividos na comunidade. Além do grupo no whatsapp, foram realizadas duas reuniões presenciais do qual a pesquisadora pode participar da primeira.

Durante o percurso da CSA São Carlos, dois estudos acadêmicos foram desenvolvidos na comunidade. O primeiro foi um projeto realizado em 2015 pelos alunos do curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos, intitulado “Comunidade Sustenta Agricultura: visão aprofundada de uma nova dinâmica produtiva em São Carlos/SP”. O projeto aplicou um questionário que contou com a participação de 15 membros da comunidade no momento. O segundo estudo foi uma monografia para o curso de especialização em Educação Ambiental da USP - São Carlos, realizado em coautoria pela autora e Joana Ortega⁹, intitulado “Valores socioambientais que se potencializam com a participação em um projeto de economia associativa na agricultura: o modelo CSA em São Carlos/SP”. Neste estudo foram realizados dois grupos de discussão comunicativo crítico¹⁰, com a participação de 6 membros ativos na comunidade naquele momento. Ambos materiais foram disponibilizados para este estudo e foram igualmente utilizados como dados pertinentes para nossa análise.

De caráter mais quantitativo, através de breves questionários, foi realizado também um mapeamento das iniciativas existentes no país, buscando informações do número de membros agricultores e consumidores que participam da CSA, o tempo de funcionamento de cada grupo e o valor destinado mensalmente através das cotas à agricultura familiar. O objetivo aqui foi compreender a abrangência desta iniciativa, possibilitando análises complementares a respeito das comunidades agrícolas e possíveis desdobramentos.

Também como análise complementar a respeito das CSAs, a autora participou de rodas de conversa com agricultores das CSAs de Brasília, em ocasião de sua participação no X Congresso Brasileiro de Agroecologia ocorrido na cidade. No total a autora participou de 3 rodas de conversa, a primeira somente com agricultores da CSA Bindu, a segunda e terceira contando com outros agricultores da CSA Pé na Terra, CSA Batata Doce, CSA da Floresta, CSA Bela Vista, CSA Esperança, CSA Doce Vida, CSA Sonho de Deus e CSA Madre Terra. Esta pluralidade de materiais utilizados como fonte de dados para a pesquisa foi vista com bons olhos já que, como coloca Lalanda (1998, p. 872),

9 Joana Ortega de Lima Amorim, assim como a autora desta dissertação, após a especialização em EA, ingressou no programa de mestrado em Agroecologia na Universidade Federal de São Carlos, polo Araras, elaborando sua pesquisa a respeito da CSA, intitulada “Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): Relações e papéis em uma proposta de atuação agroecológica”, concluída em 2018.

10 O grupo de discussão comunicativo tem por finalidade confrontar a subjetividade individual com a grupal, buscando pôr em contato diferentes perspectivas, experiências e pontos de vista através de uma conversa cuidadosamente planejada sobre um determinado tema. A metodologia aqui está fundada no modelo de investigação comunicativa crítica (GOMEZ et al. 2006). Esta metodologia parte da premissa de que o conhecimento se constrói a partir do diálogo no âmbito de importantes grupos diversos (cultura, idade, poder econômico, classe social).

[...] é hoje consensual afirmar a importância de uma abordagem plurimetodológica como estratégia eficaz na «clarificação» dos fenômenos, quer em termos da sua extensão, quer em termos do seu significado. Para a sua compreensão, as técnicas de recolha de informação e as metodologias quantitativas ou qualitativas que as enquadram não se opõem, antes se completam. Essa pluriabordagem corresponde, em termos metodológicos, à própria integração científica das diferentes ciências sociais.

A lente utilizada para analisar este estudo foi a da teoria das justificações, que compreende uma análise sociológica, desde o ponto de vista da corrente pragmática, sobre o modo como as pessoas se engajam na ação, suas justificativas e o sentido que elas atribuem a seus atos (BOLSTANKI; CHIAPELLO, 2009). Nesse sentido, levantamos as fundamentações de referência de justiça que procuram legitimar o modelo CSA. Trata-se de uma fundamentação pertinente para explicar as ações em torno desta iniciativa, oferecendo uma interpretação capaz de alimentar o debate sobre sua capacidade de se estabelecer como agente de transformação das estruturas socioeconômicas na sociedade, fundada pela relação de proximidade entre aqueles que produzem e que consomem.

A proposta, então, foi desenvolver um quadro analítico situando, em ordens de princípios normativos de mundo social justo, a construção cognitiva particular que os membros da CSA realizam frente as questões do dia a dia. É possível dizer que esta é uma abordagem orientada aos atores (LONG; PLOEG, 2011), já que considera os indivíduos como “participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas” (LONG; PLOEG, 2011, p. 24).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que, para tornar a leitura mais fluida e prazerosa, optamos por adotar o gênero masculino quando fazemos referências a produtores e produtoras, agricultores e agricultoras, consumidores e consumidoras, e assim por diante. Entendemos que a língua portuguesa, infelizmente, não possui um aspecto neutro (como é o caso da língua inglesa) e, apesar de concordar com Paulo Freire ao incluir ambos os gêneros em sua escrita, fizemos esta escolha pela fluidez do texto. De toda forma, queremos deixar registrada a importância da reflexão e consciência do desenvolvimento de uma linguagem que seja mais inclusiva.

1.2. Tópicos principais da dissertação

Este estudo pretende somar-se às discussões em torno das novas relações socioeconômicas hoje estabelecidas com a agricultura, abordando as Comunidades que Sustentam a Agricultura de forma mais aprofundada a partir da análise sociológica da teoria

das justificações. Para tal a dissertação está dividida em três grandes partes, em um movimento do macro para o micro. Partimos de uma visão mais geral sobre o modelo de agricultura vigente e suas consequências, buscando mostrar a relevância de re-pensar a agricultura e a forma como nos relacionamos com esta atividade na atualidade; logo contextualizamos a CSA a nível mundial e em nosso país, possibilitando uma compreensão mais ampla sobre este modelo alternativo de produção e comercialização de alimentos; e focalizamos, por fim, o estudo de caso da CSA São Carlos. A primeira parte se destina à discussão de caráter mais teórico, primeiramente explicando a escolha analítica desta dissertação, trazendo os conceitos da teoria das justificações, para então abordar o tema central deste estudo: a CSA. Levantamos dados, a partir da literatura científica, a respeito das consequências da modernização da agricultura, da importância da agricultura familiar na problemática da fome e da produção agroecológica como alternativa aos modelos vigentes. Também é desenvolvido um breve histórico da evolução da agricultura, associado às justificações que apoiaram as mudanças de suas práticas. Apesar de não ser o tema central desta dissertação, convém neste trabalho contextualizar em linhas gerais a questão da agricultura nos tempos atuais, fornecendo informações ao leitor sobre as justificativas que apoiam a busca por modelos alternativos de produção e comercialização de alimentos, assim como o aparecimento da CSA.

A segunda parte será destinada ao exame das Comunidades que Sustentam a Agricultura como proposta para o financiamento da produção agrícola, desde sua origem, seu funcionamento, os princípios de justiça que mobiliza e a abrangência desta iniciativa no Brasil. Neste capítulo, são abordados as justificativas e argumentos construídos em favor da CSA, tratando-se de busca por novas relações socioeconômicas. Relacionamos seus objetivos centrais às referências normativas levantadas pela teoria das justificações, considerando os compromissos que validam sua prática. Aqui apresentamos o resultado do mapeamento, com os dados levantados a partir do questionário transmitido por e-mail, da extensão desta iniciativa no país.

A terceira e última parte apresenta o estudo de caso da comunidade de São Carlos, analisando as motivações para adesão e permanência, as dificuldades e conflitos vivenciados no dia a dia e as estratégias encontradas para superar os desafios e seguir funcionando. Aqui serão apresentados os resultados obtidos a partir das entrevistas em profundidade com membros participantes do projeto, assim como membros que se retiraram, da observação participante e da análise dos materiais textuais correspondente aos e-mails, Ata de assembleias, diálogos no whatsapp, relatos no facebook, grupos de discussão e questionários.

As considerações finais realizam uma síntese dos resultados obtidos, enfatizando a mobilização do marco teórico apresentado na primeira parte para responder as perguntas levantadas. Este estudo busca contribuir com o debate sobre até que ponto as Comunidades que Sustentam a Agricultura podem ser consideradas como um modelo viável de financiamento da produção agrícola familiar agroecológica.

2 COMO TRATAR DE AGRICULTURA

*Like it or not the consequences are part of our reality every time we sit down
to eat*

Steven McFadden

Das interações da sociedade moderna com a natureza, a agricultura (em seu aspecto mais amplo, incluindo a pecuária) tem sido foco das discussões sobre os modelos de relação humana com os ecossistemas planetários e seus impactos. Apesar das críticas ao modelo industrial agrícola, das inúmeras denúncias em relação aos problemas gerados em nível mundial deste modo de produção, o agronegócio segue crescendo e encontrando aceitação social. O que justifica tal legitimidade? Em um mundo complexo e profundamente conectado, esta resposta não nos parece simples. Assim, para nos auxiliar nesta reflexão, utilizamos a abordagem sociológica da teoria das justificações, também conhecida como sociologia pragmática da crítica, tendo Luc Boltanski como principal artífice dessa corrente teórica. Sua pesquisa nos mostra que a aceitação social de uma causa ocorre por seu apoio em certo número de representações compartilhadas – capazes de guiar a ação – e de justificações fundadas em princípios de justiça considerados válidos em determinadas épocas e situações. Nestas circunstâncias, uma justificação legítima se ancora em uma ordem aceitável e até desejável de um mundo justo, podendo ser considerada como “a única possível, ou a melhor das ordens possíveis” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Deste modo, olhamos para alguns momentos históricos na evolução agrícola, assim como para as principais críticas ao sistema agroalimentar vigente, destacando os princípios de justiça mobilizados socialmente nas justificações e contestações construídas nestes processos. Buscamos assim entender que tipo de arquitetura normativa fundamenta a força dos argumentos em jogo. Na sequência, aprofundamos um pouco mais nos pilares que fundamentam a sociologia da crítica para em seguida mergulhar no tema da agricultura. Reconhecemos ser impossível abarcar neste trabalho toda a complexidade da questão alimentar. Tampouco é nossa intenção realizar um mergulho tão profundo, já que muito já foi escrito sobre a agricultura moderna e seus impactos. Assim, buscaremos traçar um panorama geral que possibilite uma compreensão da dimensão desta questão e da pertinência de alternativas ao modelo agrícola dominante, o que justifica a proposta das comunidades de sustento às atividades agrícolas, as CSA, que serão então apresentadas e analisadas de forma mais detalhada.

2.1 O que justifica determinadas escolhas?

A teoria das justificações está fundada no desenvolvimento de um quadro analítico que busca situar, em ordens de princípios normativos de mundo social justo, os argumentos mobilizados por atores sociais em situação de conflito sem o uso da violência aberta, com a finalidade de dar legitimidade às suas ações (MORUZZI MARQUES, 2013; CORRÊA, 2010). Esta necessidade de justificação está completamente ligada à crítica. “A justificação é necessária para respaldar a crítica ou para responder à crítica quando ela denuncia o caráter injusto de uma situação” (BOLSTANKI; CHIAPELLO, 2009, p. 56). Nesta teoria, a realidade é reconhecida como um fluxo contínuo de estabilidades e instabilidades. A crítica, assim, é justificada pela incerteza do mundo, experimentada pelos atores, motivando uma atividade, uma agência, uma investigação, com vistas à obtenção de uma nova estabilidade. Tem como papel fundamental impulsionar as mudanças sociais. Do mesmo modo, a justificação se encontra solidificada pelos dispositivos que estabilizam a realidade (CORRÊA, 2010, CORRÊA; CASTRO DIAS, 2016). Por um lado, a interiorização das justificações pelos atores introduz a autocrítica, favorecendo a eliminação das práticas não conformes. Por outro, a instauração de “dispositivos injuntivos” (regras, leis, convenções) possibilita a criação de provas de realidade para oferecer demonstrações tangíveis frente às denúncias (BOLSTANKI; CHIAPELLO, 2009).

Ao denunciar uma injustiça, em determinada situação, o acusador para ter sucesso deve estar conectado a grupos de pessoas e objetos em termos de apoiar seus argumentos em princípios de justiça que possam ser compartilhados pelos atores envolvidos nesta situação. A legitimidade pública de uma causa ocorre pela sua vinculação ao bem comum, afastando-se de interesses individuais, devendo estar ancorada em evidências e dispositivos que lhe conferem inteligibilidade e coerência em determinada realidade (CORRÊA; CASTRO DIAS, 2016). “As disputas sobre o justo sempre dizem respeito a um desacordo cujo objeto é a importância ou a grandeza relativa dos diferentes seres presentes na situação” (BOLSTANKI; THÉVENOT, 1999, p. 8). As polêmicas, deste modo, sempre devem ser analisadas a partir de uma “ordem de grandeza” prevalecente na situação dada.

Para que esta ordem de grandeza seja legítima, a mesma deve ter robustez, validade num número a priori ilimitado de situações particulares em que seres com propriedades diversas estejam frente a frente com posições distintas. A analogia proposta pelos autores para exemplificar o que seria uma ordem de grandeza de forma prática nos parece perfeita, tratando-se de um exemplo bastante trivial: a ordem cronológica de servir o alimento entre as pessoas

presentes em uma refeição. Num contexto onde esta ordem não pode ser evitada, as regras devem ser claras, públicas, para uma perfeita harmonia durante a refeição. “A ordem cronológica do serviço presta-se a ser interpretada como uma ordem regida pela etiqueta em função de uma grandeza relativa das pessoas, como quando são servidos primeiro os idosos e por último as crianças” (BOLSTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 56).

Neste sentido, “as organizações sociais, uma vez submetidas ao imperativo de justificação, tendem a incorporar a referência a um tipo de convenção muito geral, orientada para o bem comum, com pretensão a validade universal” modelizada pelo conceito que os autores Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009, p. 55) denominam de *mundo*¹¹ de justiça. Este conceito tem por finalidade repertoriar quais os princípios de diferentes perspectivas da filosofia política podem conferir vigor a uma crítica, a um argumento ou justificação em determinada situação. A princípio, Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999) destacaram seis mundos que, em grande medida, permitem descrever as bases de justificações utilizadas na maioria das situações ordinárias de controvérsia pública. Mas os autores também afirmam que, nas sociedades ocidentais, há uma constante reelaboração de princípios legítimos de justiça, sendo, portanto, construções históricas. A aceitação social destes mundos de justiça se modifica segundo a época, o que permite considerar a emergência de novos princípios de mundo justo na sociedade atual. Estes mundos, segundo Corrêa e Castro Dias (2016),

fazem referência a alguns valores centrais em nossas sociedades ocidentais, tais como a criatividade, a produtividade, a liberdade, o renome, a solidariedade, entre outros, os quais, apesar de constituírem o fundo difuso do nosso senso comum, remetem a determinadas concepções estruturadas do vínculo político, isto é, do acordo comum. Mesmo sem serem exclusivos de grupos ou coletivos, esses valores estariam atrelados a concepções gerais e compartilhadas sobre o que constitui uma ordem legítima (CORRÊA; CASTRO DIAS, 2016, p. 74).

A seguir apresentamos um quadro analítico que permite uma visão geral dos mundos justos e suas ordens de grandeza. Este quadro mostra também as relações que cada mundo estabelece na sociedade, assim como seus pontos de crítica e declínio.

11 Em francês este conceito foi denominado *cit*, que, em alguns livros traduzidos ao portugus, recebeu sua traduo literal de cidade. Porm a palavra francesa tem um sentido mais amplo que no equivale exatamente ao significado em portugus. “Os autores do conceito, Boltanski e Thvenot, publicaram um texto de apresentao da sua teoria para os leitores de lngua inglesa (*The Sociology of Critical Capacity*). Nele, a palavra *cit* foi traduzida por *world* e no por *city*, o que indica que o desejo dos autores que se privilegie o sentido em detrimento da traduo literal” (CORRA, 2010. p. 591). Deste modo tambm optamos no texto manter o conceito mais amplo assumindo a traduo mundo.

Tabela 1 - Ordens de grandeza

	<i>Inspirada</i>	<i>Doméstica</i>	<i>Cívica</i>	<i>Da Opinião</i>	<i>Mercantil</i>	<i>Industrial</i>
Modo de Avaliação (grandeza)	Graça, não-conformismo criatividade	Estima e respeito pessoal, posição hierárquica	Interesse coletivo, representativo, legal, oficial	Renome, visibilidade, fama, celebridade	Preço, riqueza, desejável.	Produtividade, eficiência, funcionalidade
Formato da informação pertinente	Emocional, espontâneo	Oral, exemplar, anedótico	Formal, social	Semiótico	Monetário	Mensurável, critérios, estatísticas
Relação elementar	Paixão, inspiração	Confiança	Solidariedade	Reconhecimento persuasão	Troca, competição	Vínculo funcional
Qualificação humana	Criatividade, ingenuidade, inquietude	Autoridade, naturalidade do hábito, bom senso	Igualdade, aspiração aos direitos cívicos, participação	Desejo de ser reconhecido, amor próprio	Desejo, poder aquisitivo, egoísmo	Competência profissional, perícia, energia
Momentos de prova	Aventuras interiores, buscas espirituais,	Cerimônias familiares, celebrações, nomeações	Eleições, assembleias, manifestações	Apresentação, coletiva de imprensa, grande visibilidade	Fechamento de negócios, contratos e transações	Teste, controle, execução, implementação
Declínio	Rotinização, hábitos, volta a “realidade”	Indelicadeza, falta de consideração, traição	Divisão, individualismo, isolamento	Banalização, anonimato, esquecimento	Pobreza, desvalorização monetária	Amadorismo, improdutivo, aleatório

Elaborado a partir de: BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; CORRÊA; CASTRO DIAS, 2016

O mundo da inspiração

A grandeza deste mundo é vista como uma relação direta com uma fonte externa, da qual se obtêm inspiração ou se atinge um estado de graça. Este mundo valoriza especialmente as emoções, tendo como balizas inspiradoras a santidade, a criatividade, a sensibilidade artística e a imaginação. Desta forma, o grande aqui é o santo ou o artista com suas formas privilegiadas de expressão, peculiares, extraordinários, emocionantes. Seu modo típico de agir se inspira nos sonhos, na imaginação, em idealizações de um mundo perfeito (a cidade divina) e em experiências estimulantes.

O mundo doméstico

A grandeza das pessoas aqui depende de uma hierarquia de confiança baseada em uma cadeia de dependências pessoais (fórmula de subordinação), valorizando sobremaneira as relações face a face e o respeito à tradição. Para ser reconhecida, a pessoa deve pertencer a um grupo, uma família, uma linhagem, uma posição, aceitando seu lugar na hierarquia de seu clã ou coletividade. Sua grandeza é avaliada por seu lugar na rede de dependências da qual esta pessoa retira sua própria autoridade. São importantes e conceituados o chefe, o patrão, o mais velho, o ancestral, o pai. As principais qualidades do indivíduo superior são aquelas que lhe

fazem distinto, franco, leal e de caráter, o que lhe assegura respeito e fidelidade. Os objetos típicos são, por exemplo, os cartões de visita, os presentes, as heranças, as casas, os títulos.

O mundo da fama

“Se em um mundo doméstico a grandeza tem valor apenas em uma cadeia hierárquica de seres, no mundo do renome a grandeza é unicamente o resultado da opinião das outras pessoas” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 17). Assim, a grandeza aqui depende do número de pessoas que concedem crédito e estima, ou seja, reconhecimento. Pertence a este mundo as celebridades, as estrelas, os líderes de opinião, os jornalistas, bem-conceituados quanto mais famosos, em razão de seu sucesso ou de ser convincente em seus propósitos. As relações estão marcadas pela influência, simpatia ou até pelos rumores e fofocas.

O mundo cívico

A grandeza cívica contrapõe-se às dependências pessoais, assim como à opinião dos outros, e está relacionada a uma soberania incorpórea, que diz respeito ao interesse geral. Grande é o representante de um coletivo cuja vontade geral ele exprime, abandonando seus interesses particulares e se orientando exclusivamente na direção do bem comum. Neste mundo, as pessoas importantes são federações, comunidades públicas, responsáveis, suas qualidades sendo de caráter oficial, estatutário. As relações dignas são aquelas que envolvem ou mobilizam as pessoas para uma ação coletiva.

O mundo mercantil

O grande é aquele que se enriquece colocando no mercado concorrencial mercadorias cuja aquisição é pretendida por todos. Suas principais qualidades estão relacionadas com a capacidade em detectar e aproveitar as oportunidades do mercado, desvinculados de qualquer laço pessoal. As relações estão marcadas pela competição.

O mundo industrial

A grandeza aqui é baseada na eficácia, medida em uma escala de capacidades profissionais. O grande, assim, é o especialista. Sua estima está relacionada a sua eficiência, sua produtividade e como maneja o planejamento e os investimentos com vistas ao futuro. Suas relações podem ser tidas como harmoniosas quando organizadas, mensuráveis, funcionais, padronizadas.

É precisamente porque as pessoas podem se deslocar em uma pluralidade de mundos, que elas têm a capacidade de denunciar uma situação como injusta. Em situações sob exigência de justificação, as pessoas devem basear suas posturas em uma grandeza legítima, que não necessariamente estão reunidas sob um único princípio de equivalência. Também é certo que exatamente por vivermos em um mundo em constante transformação que novos modelos de

justiça tendem a florescer na sociedade. Por exemplo, as novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente o aparecimento das redes sociais, transformam as práticas coletivas e indicam um novo modelo de mundo justo em rede, que Boltanski e Chiapello (2009) denominam de *conexionista*. Esta nova condição de sociabilidade torna-se especialmente influente nas relações de trabalho e nas mudanças do capitalismo tardio. As palavras de ordem mais aceitas aqui seriam a criatividade, a flexibilidade, a mobilidade, a reatividade. O grande é aquele capaz de adaptar-se, aprender novas competências, ser comunicativo, disponível e aberto para múltiplas experiências. Neste mundo, o apego duradouro a valores pode ser visto como “rigidez inconveniente e até patológica e, segundo os contextos, como ineficiência, impolidez, intolerância, incapacidade para comunicar-se” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 466).

Por outro lado, diante das questões ambientais da sociedade contemporânea, uma nova ordem de justificação ecológica também começa a ser mobilizada. Proposta inicialmente por Lafaye e Thévenot (1993), esta ordem verde possui princípios de justiça presentes em outras ordens de justiça. Porém, cada vez mais, os argumentos e compromissos ambientais são vistos como capazes de dar corpo a um novo “mundo verde”. Neste mundo, o grande é aquele ecologicamente correto, que a partir de suas ações demonstra sua preocupação com o meio ambiente e contribui para sua proteção. As palavras fundantes de ordem justa aqui são: limpo, verde, ecológico, biodegradável, reciclável. Interessante desta nova ordem de justiça é que os grandes não são, necessariamente, indivíduos, coletivos e instituições, mas elementos naturais como a água, a atmosfera, o clima, a flora e a fauna.

A dificuldade de validar a crítica através das provas de realidade torna o “mundo verde” objeto de dúvidas. No entanto, o agravamento dos problemas ecológicos leva à mobilização de muitos recursos para o monitoramento ambiental, como é o caso das mudanças climáticas. Para emergir uma nova ordem de justificação, é concebido que todas as pessoas possam testar as ações mais mundanas e diárias. Porém os instrumentos para avaliar questões como a poluição, por exemplo, são caros e inacessíveis para boa parte da população. No entanto, Lafaye e Thévenot propõem que, ao evocar a natureza, é possível superar questões que em outras modalidades poderiam despertar o sentimento de injustiça, como a restrição da crítica a um grupo de especialistas. Os compromissos com a futura geração, com uma comunidade que ultrapassa a humanidade, com a dignidade dos seres não-humanos, elevou a questão ambiental de modo mais significativo à gramática do senso comum de justiça.

A partir desta abordagem sociológica, olharemos, então, para a agricultura e sua evolução, buscando focalizar as ordens de grandeza que justificaram determinados movimentos em torno desta atividade. Durante séculos, o campo foi o motor econômico da história

(FAVARETO, 2007). A agricultura, com sua diversidade de cultivo e criação, possibilitou à espécie humana povoar todo o território terrestre e expandir sua população (MAZOYER; ROUDART, 2009). Para Engels (1989), o processo de domesticação de plantas e animais, inclusive, deu início às primeiras noções de propriedade privada e às divisões de classe.

Segundo Elias (1994), na medida em que a estrutura social se complexifica, menor é a sensação de dependência do indivíduo com seu grupo social, o que caracteriza um paradoxo, pois a interdependência humana cresce nas sociedades modernas. De toda forma, estes desenvolvimentos geram uma mudança na posição do indivíduo em sua sociedade, assim como nas estruturas de personalidade e de relações mútuas destes indivíduos. Deste modo, a organização social se transforma, modificando assim a subjetividade humana. Onde antes a horta era comunitária e a alimentação de base animal vinha a partir da caça, repartida também de forma comunitária com uma forte identidade coletiva (ou seja, o indivíduo se considerava como parte de um grupo maior); agora os territórios cultivados, o gado confinado em propriedades privadas e o mercado abrem espaço ao desenvolvimento da identidade individualizada, gerando riquezas para poucos e modificando de forma permanente a relação do ser humano com seu meio e entre si.

A propriedade privada torna a família individual uma potência, que passa “a ser unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1989, p. 324). É possível, portanto, deduzir que a legitimidade da hierarquia nesta época pré-capitalista estava dada pelo mundo doméstico. De um lado, para aqueles que se situam no lugar de pai, rei, prefeito, são encontradas as obrigações de justiça, defesa e proteção e, de outro lado (esposa, filhos, súditos, empregados, desfavorecidos), espera-se respeito, serviço, obediência e dependência (MORUZZI MARQUES, 2013). O papel da família nos processos produtivos da sociedade se torna fundamental até os estágios iniciais do capitalismo industrial, onde praticamente todas as necessidades eram supridas pelos seus membros. “O produtor e consumidor eram virtualmente idênticos” (BRAVERMAN, 1981, p. 232). Tanto a produção de alimentos, seu processamento, a confecção de roupas e pequenas construções mais básicas permaneciam como tarefas e funções divididas pela família. O grosso da população vivia em fazendas ou pequenas aldeias, sendo o modo de vida visto como natural na sociedade mesmo após o início da urbanização e da transição do trabalho na fazenda para a fábrica.

Na agricultura, o desenvolvimento das práticas de cultivo influenciou as organizações sociais, em especial de trabalho em campo. Segundo Mazoyer e Roudart (2009), a difusão de novos equipamentos agrícolas teve grande efeito nas condições e no trabalho do campesinato. Aos poucos os senhores começam a empregar pequenos arrendatários subequipados de forma

assalariada. “O aumento da produção e os ganhos de produtividade, resultantes do desenvolvimento do cultivo com tração pesada, levaram a um forte crescimento do excedente comercializável e da renda das propriedades” (MAZOYER; ROUDART, 2009, p. 331). Surge a produção de mercadorias diretamente para trocas. O comércio se expande para além dos muros da cidade. Sob o pretexto de poupar os produtores da fadiga da viagem e dos riscos da troca, a função dos mercadores ganha espaço e transforma a economia local, criando o dinheiro metálico para facilitar as transações (ENGELS, 1989).

Com a transformação da economia e o enriquecimento através do comércio, aparece uma nova ordem de grandeza na sociedade em evolução relacionada à mercadoria: o mundo mercantil. Rompendo com as ideias de subordinação pessoal, aqui o valor/importância é atribuído às pessoas de maneira proporcional à sua riqueza e ao seu consumo (MORUZZI MARQUES, 2013). O aumento da demanda por produtos agrícolas impulsiona o desenvolvimento de novos meios de produção mais eficiente, aumentando a produtividade e gerando, assim, um crescimento demográfico e urbano (MAZOYER; ROUDART, 2009). Do mesmo modo que o alimento, o vestuário, os artigos domésticos de todo tipo e toda uma gama de mercadorias se multiplicaram rapidamente.

A maneira pela qual essa transição foi efetuada inclui uma multidão de fatores inter-relacionados, nenhum dos quais pode ser destacado dos demais. [...] mas a industrialização do alimento e outros utensílios domésticos é apenas o primeiro passo num processo que de fato leva à dependência de toda a vida social, e de fato a todas as inter-relações da humanidade para com o mercado. [...] A estrutura social, erguida pelo mercado, é tal que as relações entre indivíduos e grupos sociais não ocorrem diretamente, como combates cooperativos humanos, mas através do mercado como relações de compra e venda (BRAVERMAN, 1981, p. 234-235).

A relação da ordem de justiça do mundo mercantil com a agricultura está especialmente relacionada à comercialização de seus produtos. Produtores começam a especializar seus cultivos, orientados pelos alimentos de maior valor no mercado. Notoriamente, podemos ver que ainda hoje este princípio normativo tem se mantido na sociedade com uma legitimidade quase inabalável. No final da cadeia alimentar, aqueles que consomem criticamente, através de suas escolhas e preferências, exercem profunda influência na produção de alimentos, ao mesmo tempo que as empresas inseridas no sistema de produção e distribuição de alimentos possuem grande influência política e social e podem modelar as preferências do consumidor (FORESIGHT, 2011).

Existe um momento da história que merece maior atenção e qualquer semelhança com questões atuais não é mera coincidência. Segundo Mazoyer e Roudart (2009), a civilização

européia vivenciou, entre o séc. X e o séc. XIII, a modernização dos meios de produção agrícola (possível naquele momento) que teve como desdobramento um aumento significativo da população. A explosão demográfica levou à superexploração dos ecossistemas cultivados e consequentemente a um desmatamento massivo, à perda da fertilidade do solo, à redução da produtividade e a outras degradações ambientais.

Com a queda da produtividade agrícola e um superpovoamento, a sociedade no séc. XIV passou por graves crises que envolveram: fome; guerras; epidemias; desorganização e regressão industrial, artesanal e comercial; aumento da pobreza de camponeses e cidadãos. Uma das grandes consequências deste período foi a redução da população europeia aos mesmos números do séc. X, o que significa que praticamente metade da população do continente não sobreviveu a este período bastante penoso da história. O que vale destacar deste período, o que parece se repetir no momento presente quando se observa a crise ambiental, é a superexploração dos ecossistemas cultivados e a explosão demográfica.

A partir do séc. XV se inicia um reerguimento da civilização europeia, em especial nas regiões mais férteis, expandindo-se para as regiões marginais no séc. XVI. Novos sistemas de produção agrícola possibilitaram o crescimento da produção e da população. A revolução industrial do séc. XVIII e a primeira revolução agrícola dos tempos modernos estavam profundamente ligadas, uma dando suporte para que a outra se desenvolvesse (MAZOYER e ROUDART, 2009). Neste momento, o princípio de justiça de um mundo industrial e suas ordens de grandeza legitimam as transformações tanto do campo quanto da cidade. No mundo industrial, “a sociedade é vista como uma máquina, na qual as partes respondem a diferentes funções, independentes de vontades, hábitos, crenças” (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 40). Desde então, o movimento de modernização da agricultura encontrou nos princípios normativos de mundo industrial e mercantil todos os argumentos necessários para justificar suas práticas. “Desta maneira, a legitimidade forjada neste âmbito se associa a uma primazia à matéria-prima agrícola e ao alimento como fonte de mercadoria e lucratividade (ordem mercantil), produzidos de maneira eficaz por meios técnicos confiáveis, previsíveis e seguros (ordem industrial) ” (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 40).

A crescente urbanização que ocorreu a partir da revolução industrial alterou profundamente a relação entre campo e cidade. “Com o tempo, o acúmulo de poderes acabou por se inverter e as cidades se tornaram donas de tudo e o campo verdadeiro servo e subordinado” (FAVARETO, 2007, p. 166). As novas tecnologias acentuaram a especialização da agricultura e muitos estabelecimentos, modificados sob justificção fundada em mundo mercantil de justiça, abandonaram a multiprodução vegetal e animal para dedicar-se quase

exclusivamente a produção de algumas variedades mais vantajosas para venda (MAZOYER; ROUDART, 2009). A partir da introdução de grandes máquinas agrícolas, como a semeadora-cultivadora que realizava os trabalhos em linha, logo as descobertas de Justus Liebig, em 1840, da fórmula sintética de nutrição das plantas por macronutrientes essenciais (o famoso NPK) e, finalmente, a invenção do DDT, em 1939, por Paul Muller, estavam “criadas as condições tecnológicas para as monoculturas em grandes extensões: plantio uniforme em linha, fertilização com produtos solúveis de síntese química e ‘tratos culturais’ em linha” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 31).

A industrialização alterou radicalmente não só a forma como produzimos nosso alimento, mas também nossa cultura alimentar e nossa saúde. Esta industrialização no campo, e na vida das pessoas, começou a mostrar suas consequências já no início do século XX. Nas décadas que antecederam a Segunda Guerra Mundial, segundo Michael Pollan (2008), quando este “progresso” ainda era recente na vida das pessoas, parecia mais óbvio, para muitos estudiosos da saúde, a relação de um número cada vez maior de doenças crônicas, que surgiam no Ocidente, com um modo de vida cada vez mais industrializado. Um dos questionamentos mais intrépidos deste período foi de um dentista canadense, Weston A. Prince, que segundo Pollan, foi praticamente riscado da história da ciência e pouco se encontra sobre sua obra. Preocupado com um aumento significativo em problemas dentários a partir da virada do século XX, Prince estava convencido de que a causa poderia ser encontrada na dieta moderna. Ele estudou mais de 10 grupos diferentes de populações tradicionais e estabeleceu ligações não somente entre dieta e saúde, mas também entre a forma como as pessoas produzem os alimentos e sua qualidade nutricional. Para Pollan (2008), uma das descobertas mais valiosas de Prince foi de que

[...] onde quer que encontrasse uma raça primitiva que ainda não tivesse conhecido os “alimentos substitutivos do comércio moderno” — que para ele eram farinha refinada, açúcar, alimentos enlatados e conservados com substâncias químicas e óleos vegetais —, não encontrava nenhuma ou quase nenhuma prova de “degeneração moderna” — que para ele eram as doenças crônicas, as cáries e as malformações da arcada dentária (POLLAN, 2008, p.76).

Prince comparou a qualidade dos alimentos de origem animal com a alimentação destes animais e constatou que a manteiga de vacas que pastavam a relva da primavera continha não só níveis mais elevados de vitamina A e D do que as vacas alimentadas com forragem de inverno, como as pessoas que se alimentavam desta manteiga eram mais saudáveis. A partir de suas pesquisas, Prince acreditava que a qualidade do solo era fundamental para a saúde e seus

estudos reforçaram as críticas à industrialização do campo. Nesta época surgem, a partir de Howard, Steiner, Fukuoka, Voisin, entre outros, os movimentos contestatórios (orgânicos, biológicos, biodinâmicos, naturais) em oposição ao modelo reducionista do agronegócio em expansão.

Estes novos modelos agrícolas mobilizam notadamente um novo conjunto de princípios de justiça relacionados à agricultura: aquele do mundo inspirado. Nestes princípios normativos, a agricultura ganha o papel de “ pilar de uma nova civilização”. Em especial, a agricultura natural e a biodinâmica deixam claros argumentos desta ordem de grandeza, onde “a obtenção de alimentos puros é um ideal inspirado num mundo perfeito, sem doenças, pobreza ou conflito (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 36). A agricultura natural, por exemplo, está fundamentada pela filosofia religiosa concebida por Mokiti Okada, que ao reconhecer os processos da natureza, busca na produção de alimentos o equilíbrio entre meio ambiente, saúde e espiritualidade. “Nesta ótica filosófica, os agricultores teriam uma elevada missão de produzir alimentos ‘puros’, capacitando os seres humanos a construir um mundo onde predominam saúde, paz e prosperidade” (Ibid., p. 36). Por sua vez, a agricultura biodinâmica, fundada nas ideias antroposóficas de Rudolph Steiner, concebe este modelo agrícola como resultado da ação de forças cósmicas e telúricas, que se exprimem na vitalidade das plantas e animais.

Porém, a crítica ecológica à civilização industrial na década de 30 não sobreviveria à Segunda Guerra Mundial, terminada em 1945. Neste momento, muitos países se encontravam fragilizados econômica e socialmente e, segundo Machado e Machado Filho (2017), existiam milhões de pessoas famintas, em especial nos países da África, Ásia e América Latina. Com o objetivo de mitigar a fome da humanidade e recuperar a economia nacional, fundações norte-americanas investem em pesquisas com vistas a aumentar significativamente a produtividade do cultivo de grãos, ancorando profundamente os discursos de justificação das ações no mundo industrial de justiça. Foi o início da “Revolução Verde”, que favoreceu a difusão de uma grande variedade de sementes altamente produtivas, desde que acompanhadas de quantidades importantes de fertilizantes solúveis, agrotóxicos e irrigação. Estes pacotes tecnológicos passam a ser exportados e implementados nas lavouras do mundo, financiados pelo grande capital, deixando claro que esta “revolução” se trata, em realidade, de uma “tática política para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução do capital” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 53).

Em muitos países os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão desta revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em

infraestruturas de irrigação, drenagem e transporte. (MAZOYER; ROUDART, 2008. p. 28-29)

No Brasil, desde que Getúlio Vargas cunhou a frase “Brasil, celeiro do mundo” afirmando assim a vocação agrícola do país, os sistemas produtivos agroalimentares passaram por diversas transformações. O agronegócio, incluindo os segmentos a jusante e a montante da produção agropecuária, consolidou-se como principal atividade de suporte a economia do país, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A inserção no mercado internacional e a corrida pela exportação reforçaram a necessidade da modernização e expansão agrícola. Os programas de extensão rural desempenharam um importante papel na implementação da “Revolução Verde”. O Sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) levou assistência gratuita aos produtores agrícolas que estivessem enquadrados no programa oficial. Desde modo, só recebia o benefício do crédito agrícola aqueles que produzissem utilizando os pacotes tecnológicos, receitas modernizadoras a serem aplicadas nos cultivos e criações. Se um produtor quisesse aplicar recursos fora do “programa”, como o uso de matéria orgânica por exemplo (considerado um atraso), perdia o acesso ao crédito rural subsidiado (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

Tais procedimentos nos mostram a força com que foi implementado este modelo no meio rural. Ainda nos mostra “que valores de um mundo de justiça mercantil e industrial ofereceram os princípios justos para avaliar a modernização da agricultura” (MORUZZI MARQUES et al., 2016, p. 24). Entretanto, apesar de apoiada pela argumentação do aumento da população mundial e da problemática social da fome, o discurso em favor da revolução verde se confronta com dados que, segundo a FAO (2011), mais de um bilhão de pessoas se encontram em estado de insegurança alimentar. Se a produtividade agrícola de fato aumentou, as externalidades negativas da modernização da agricultura sob os princípios de Revolução Verde não foram contabilizadas.

Esta segunda revolução agrícola dos tempos modernos se expandiu pelo conjunto de países de capitalismo avançado e em alguns setores dos países em desenvolvimento. “Essa progressão vigorosa [...] não foi, porém, um processo de desenvolvimento geral e harmonioso. Ao contrário, tal desenvolvimento é essencialmente desigual e contraditório” (MAZOYER; ROUDART, 2008.p. 421). Segundo Machado e Machado Filho (2017, p. 59), a Revolução Verde “eliminou a possibilidade de os camponeses utilizarem suas próprias sementes, trouxe mais fome e miséria para a humanidade, mais dilapidação ambiental, mais êxodo rural, com a sua contrapartida de marginalidade e criminalidade urbanas”. Assim, a modernização agrícola

vem recebendo críticas ferrenhas desde seu aspecto técnico, social e econômico (MOREIRA, 2000).

As provas de veracidade geradas por princípios mercantis e industriais são cada vez mais contestadas a partir de pontos de apoios normativos situados em outros mundos de justiça, o que permite alimentar de maneira mais ou menos vigorosa a elaboração de argumentos críticos que conhecem, mais que anteriormente, uma recepção favorável (MORUZZI MARQUES et al., 2016, p. 25)

Na dimensão técnica, a modernização da agricultura fomentou a utilização de maquinários pesados em campo, o uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, o plantio de sementes transgênicas e a prática da monocultura extensiva. Aqui observamos principalmente os impactos ambientais negativos gerados a partir deste modelo. A crítica apoiada em justificação ecológica salienta o aumento significativo de eventos climáticos extremos e as mudanças nos regimes de precipitação e evapotranspiração que afetam negativamente a produção de alimentos e demonstram a grande vulnerabilidade do modelo produtivo convencional. Esta vulnerabilidade está relacionada principalmente à diminuição da biodiversidade. Muitos estudiosos apontam os riscos associados à uniformidade genética das culturas e alegam que “a homogeneidade ecológica na agricultura está intimamente ligada às invasões de insetos-praga e epidemias” (NICHOLLS, C. et al. 2015. p. 7).

As modificações genéticas nas plantas diminuíram o tamanho dos talos, o que permite a planta dispor de mais energia para a formação do grão, dando provas de veracidade de eficácia, mas também reduziu drasticamente a quantidade de matéria orgânica no solo. Porém, segundo Machado e Machado Filho (2017), quando se reduz a matéria orgânica do solo, incrementa-se o teor de CO² na atmosfera, já que a matéria orgânica é o principal reservatório de carbono na superfície terrestre (1g retém 3,67g de CO²). Além desta liberação de CO² na atmosfera, o uso de fertilizantes químicos, ricos em nitrogênio e fósforo, gera gases mais poluentes que o dióxido de carbono (como é o caso do óxido nitroso que, além de ser 250 vezes mais poluente que o primeiro, se mantém por mais tempo na atmosfera), sendo hoje responsável por 1/3 das emissões globais de gases de efeito estufa.

Além dos fertilizantes, a agricultura moderna está apoiada no uso massivo de pesticidas, herbicidas e inseticidas¹². Com sua miscelânea de agentes químicos altamente tóxicos, estes insumos industriais provocam mais perda de biodiversidade, contaminação de solos, degradação de diversos ecossistemas e intoxicação humana. Somado aos fertilizantes,

12 Podemos salientar que “cida” origina do latim *codere*, significando matar ou abater. Portanto, herbicida, pesticida, inseticida são produtos feitos para matar.

contaminam águas, resultando em eutrofização, modificação de recifes de corais, chegando inclusive a formar as chamadas “*dead zones*” na região costeira (*Millennium Ecosystem Assessment*, 2005). A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) frequentemente lança relatórios referentes ao monitoramento do uso de agrotóxicos na agricultura. Com a mesma frequência, denuncia irregularidades em muitos alimentos, desde o uso abusivo, acima do limite permitido, assim como a utilização de produtos proibidos por lei para determinados alimentos no Brasil¹³. Segundo estudos da Embrapa, o Brasil aumentou seu consumo de agrotóxico em 700% nos últimos 40 anos e consome uma média de 130 mil toneladas em quantidade de ingrediente-ativo em seus cultivos, apesar de ter aumentado em apenas 78% sua área agrícola neste mesmo período. Na década de 90, este consumo disparou. A comercialização de inseticidas, acaricidas, fungicidas e herbicidas no mercado interno passou de US\$ 1,0 bilhão, em 1990, para US\$ 2,18 bilhões em apenas 7 anos (BEZERRA; VEIGA, 2000)

Os agrotóxicos foram desenvolvidos para a guerra. Foram criados para “limpar” as áreas de combate, como no caso do DDT utilizado na Itália e na Indonésia, ou para destruir florestas e plantações, como o “agente laranja”, utilizado pelos EUA na guerra contra Japão e Vietnã. Foi após a guerra que a indústria “reciclou” estes componentes e os introduziu na agricultura. São inúmeras as denúncias sobre os efeitos nocivos dos agrotóxicos fabricados pelas multinacionais sobre a saúde humana e o ambiente. Kugler (*apud* MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 95) considera o Brasil a “lixeria tóxica” do planeta, já que “é o destino certo para agroquímicos que, por elevado grau de toxicidade foram banidos em diversos países”, e carrega o título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Para contornar a conotação negativa que a palavra “agrotóxico”¹⁴ carrega, multinacionais e organismos oficiais usam o eufemismo “defensivos agrícolas” com o objetivo de suavizar, diante da opinião pública, as críticas ferozes aos venenos agrícolas. Esta conduta mostra a mobilização de elementos do mundo da fama para apoiar o agronegócio, buscando sua grandeza através da opinião favorável de celebridades, que poderiam influenciar um número significativo da população. Neste aspecto, a mídia desempenha papel central: não é a toa que,

13 No portal da Anvisa aproximadamente 96 ingredientes ativos estão listados como proibidos no Brasil, mais de 32 notícias sobre agrotóxicos estão disponíveis e o PARA (Programa de Análise de Resíduos por Agrotóxicos em Alimentos) realiza relatórios anuais sobre o monitoramento dos principais alimentos consumidos. Entre 2012 e 2015, foram monitoradas 25 culturas. Disponível em: <http://novoportalanvisa.gov.br/agrotoxicos>

14 Convém observar a etimologia da palavra agrotóxico: do grego agros, campo, + tokicon, veneno. O termo agrotóxico foi proposto, em 1977, por Adilson D. Paschoal, professor sênior do departamento de Entomologia e Acarologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP. Segundo Paschoal (2017), este termo é mais apropriado tanto etimológica como cientificamente, já que a ciência que estuda os efeitos destes produtos é a toxicologia. Em 1989, o Brasil promulgou a lei Nº 7.802 que regulamentou o uso do termo agrotóxico como nomenclatura correta a ser utilizada, já que evidencia a presença de produto perigoso.

atualmente, vemos repetidamente o lema “Agro é tec, agro é pop, agro é tudo” na principal cadeia de comunicação do Brasil. Vale lembrar que, segundo Maturana e Varela (2007, p. 32), “toda reflexão [...] ocorre necessariamente na linguagem” e, portanto, os enunciados, sejam eles da área que forem, carregam interesses que devem ser levados em consideração. Freire (2010) afirma que a palavra contém em si um “sentido de base” e um “sentido contextual”. Desta forma, as palavras formam “um campo linguístico” que abarca um campo conceitual, expressando uma visão de mundo, influenciando assim a manutenção da legitimidade de uma determinada ordem de grandeza.

A agricultura também está relacionada com outro desafio importante que a humanidade enfrenta: a escassez dos recursos hídricos. Segundo os estudos realizados pelo *Millennium Ecosystem Assessment* (2005), 70% dos recursos hídricos disponíveis são hoje utilizados para irrigação na agricultura. Os desvios nos cursos de rios têm gerado enormes mudanças em ecossistemas aquáticos. Um dos casos mais gritantes que assistimos nos últimos 50 anos foi a redução quase total do Mar de Aral, entre o Cazaquistão e o Uzbequistão, um dos maiores lagos de água salgada do mundo. Desde 1960, este mar sofre uma redução de seu tamanho e hoje já perdeu 80% do seu volume, tendo sua fauna praticamente destruída. O processo de desertificação no local pode ser considerado uma das maiores catástrofes ambientais da atualidade. O relatório lançado pela *Foresight* (2011), *The future of food and farming*, aponta para um aumento significativo na demanda global de água para 2050, devido às pressões vindas da indústria, do uso doméstico e da agricultura. Ao mesmo tempo, salienta a necessidade de manter o equilíbrio ecológico, alertando então para a diminuição das fontes de recurso hídrico, como os aquíferos, que não dispõem de tempo hábil para sua recarga.

Para encontrar respostas aos diferentes problemas ambientais que enfrentamos relacionados à agricultura, é importante também ter em mente a abrangência de cada um dos desafios em sua escala local, regional ou global. A seguir apresentamos de forma esquemática os principais problemas ambientais enfrentados pela humanidade e sua relação com a agricultura (DAL SOGLIO, 2009, p. 19).

Tabela 2 - Abrangência dos impactos da Agricultura no Ambiente

Problema ambiental	Abrangência do impacto	Relação com a agricultura
Mudanças climáticas	Global	Mudanças de áreas de produção, efeito da liberação de gases e uso de petróleo
Destruição da camada de ozônio	Global	Liberação de gases, especialmente pelo uso de brometo de metila, efeitos sobre biodiversidade
Destruição de recursos naturais	Global	Contaminação de água (subterrânea e mananciais), erosão dos solos, uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade, desflorestamento e falta de matas ciliares
Extinção de espécies	Global/Regional	Introdução de espécies exóticas, destruição de habitats, desflorestamento, uso de agrotóxicos
Perda de biodiversidade	Global/Regional	Introdução de espécies, uso de agrotóxicos, dependência de variedades comerciais, perda de raças animais, monoculturas, desflorestamento e falta de corredores biológicos
Erosão, acidificação e salinização dos solos	Local	Preparo excessivo dos solos, falta de cobertura, irrigação malfeita, manejo químico dos solos
Eutrofização das águas	Regional/Local	Erosão do solo, falta de matas ciliares, uso de agrotóxicos, descartes de resíduos nos rios
Poluição	Regional/Local	Descarte de resíduos, embalagens, uso de agrotóxicos
Desertificação	Regional/Local	Manejo errado do solo, desflorestamento, uso de áreas sensíveis, monoculturas, erosão do solo

Elaborado por: Fábio Dal Soglio, 2009.

Se a agricultura convencional é responsável pela degradação de muitos serviços ecológicos importantes, o que tem acelerado o processo das mudanças climáticas no planeta, ela mesma será a mais atingida por tais mudanças e veremos uma enorme redução no crescimento e produtividade das plantas cultivadas. Os sistemas estão constantemente expostos a perturbações e sua sustentabilidade depende da capacidade de suportar estas perturbações sem colapsar, ou seja, depende de sua resiliência¹⁵ (SANTOS, 2009). Quanto maior for a complexidade de um sistema, ou seja, sua diversidade, maior será sua capacidade de resistir e se adaptar às mudanças que atualmente se apresentam em intensidade cada vez maiores e a intervalos cada vez mais curtos. Ao olhar para os agroecossistemas, podemos distinguir dois tipos de diversidade: aquela funcional (variedade de organismos e serviços ecológicos que garantem o funcionamento do sistema) e aquela de resposta (reações variadas de organismos que exercem a mesma função frente as mudanças ambientais) (NICHOLLS, C. et al.. 2015).

15 “A resiliência é a capacidade do sistema manter suas características essenciais de estrutura e função, mesmo depois de um colapso. De certa forma, resiliência é uma síntese entre estabilidade e dinâmica, integrando as ideias de mudança e limites” (BUSCHBACHER, 2014, p. 18).

A vida sempre depende de outras vidas. É a cadeia trófica. Quando se interrompe uma cadeia biológica com uma monocultura, por exemplo, todo o bioma é agredido. Todos os indivíduos e espécies que estão inter-relacionados são destruídos. Nesta perspectiva, a agrobiodiversidade é um pressuposto, uma condição para a existência de vida no campo e, por consequência, na natureza, no mundo (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 76)

A forte dependência de suprimento adequado de água e temperatura e de um balanço atmosférico de gases torna a agricultura a atividade humana que mais sofrerá com as alterações do clima, considerando igualmente a baixa diversidade genética de mais de 80% das terras cultivadas. As disputas por terra, água e energia, além da superexploração da pesca, afetarão nossa capacidade de produzir alimento, assim como as mudanças climáticas. Então, há urgência em minimizar os impactos negativos da produção agrícola e pecuária no meio ambiente. Deste modo, é possível prever que a demanda por alimento será a primeira necessidade bloqueada por alguns dos limites planetário (GROH & MACFADDEN, 1997). Como assinala Buschbacher (2014, p. 12) “torna-se necessário, portanto, criar teorias, conceitos, ferramentas e metodologias para enxergar o sistema como um todo e entender seus processos de mudança”.

Importante ressaltar aqui que expor a realidade do agronegócio não significa negar os avanços tecnológicos alcançados até o momento. Significa salientar as externalidades ambientais e sociais negativas desprezadas por este modelo agrícola. Acreditamos que assim é possível contribuir com o estabelecimento de novas formas de produção de alimentos, que sejam limpos, sem veneno, tanto de origem vegetal como animal, preservando a biodiversidade. Trata-se de criar, assim, fazendas do amanhã, unindo os extraordinários progressos científicos aos saberes ancestrais, incorporando-lhes uma conduta ética. Como sugerem Machado e Machado Filho (2017, p. 37), “para isso, as tecnologias limpas devem ser dominadas pelos técnicos, para que eles possam levá-las aos agricultores, independentemente da escala, seja pequena, média ou grande”.

O paradigma atual se esgotou e suas marcas, suas consequências, não são fáceis de superar, ainda que tarefa fundamental. As relações humanas de trabalho, a desintoxicação dos solos e do ambiente, a criação de espécies e variedades de plantas e animais, o desenvolvimento de novos equipamentos, incorporando todo o avanço da ciência e da tecnologia a favor da vida, tudo isto e muito mais demanda pesquisa, ação, inteligência, dedicação, persistência, determinação e tempo. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 66)

A crítica social a este modelo agroalimentar industrial denuncia, entre outros aspectos, o empobrecimento da população camponesa devido às enormes dívidas geradas pelos “pacotes verdes” e seus “*royalties*”, vendidos por empresas como a Monsanto, hoje uma das maiores detentoras de sementes geneticamente modificadas do mundo, que já em 1998 possuía uma

produção média de 10.000 novas sementes por ano (HENDERSON & VAN EN, 2007). Vandana Shiva (2016), conhecida mundialmente pelo seu ativismo em favor das sementes como patrimônio da humanidade, denuncia o suicídio de mais de 300.000 agricultores indianos, desde 1998, relacionado às dívidas em razão do plantio de algodão com as sementes da Monsanto. Esta empresa, motivada pelas grandezas do mundo mercantil, privatiza bens naturais. Assim, estes últimos se tornam propriedade de poucos. Esta lógica permite que poucas empresas tenham o total domínio dos instrumentos da cadeia produtiva. A industrialização da agricultura transformou ferramentas básicas do plantar em mercadorias. Assim, o agricultor deve comprar sementes, agrotóxicos e mais insumos industriais, de modo que “o homem do campo se viu como um empregado do modelo convencional de agricultura. A relação produtiva deixou de se estabelecer entre homem e natureza para se estabelecer entre homem e indústria” (PACÍFICO, 2009, p. 37).

Ademais, órgãos internacionais que estabelecem as diretrizes sobre as práticas agrícolas, como a Codex Alimentarius, seguem preconizando a produção em larga escala, o aumento da “eficiência”, a diminuição de preço e as vantagens tecnológicas como padrões a serem seguidos. Novamente, trata-se de um reforço dos princípios normativos de mundo industrial e mercantil. As nações que não aceitem as normas da Codex podem ser sancionadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (GROH; MCFADDEN. 1997). A inserção no mercado internacional e a corrida pela exportação reforçam a necessidade da modernização e expansão agrícola nos países que apoiam sua economia sob a lógica produtivista. A criação de *commodities* relacionadas à produção agrícola, necessárias para inserção no universo da bolsa de mercadorias, gera uma pressão cada vez maior no meio rural, transformando latifúndios em grandes empresas: o *agrobusiness* é a resposta para o atraso no campo de países em desenvolvimento que lutam por espaço na dinâmica da globalização.

Para a maioria dos camponeses do mundo os preços internacionais dos gêneros alimentícios de base são excessivamente baixos para permitir-lhes viver de seu trabalho e renovar seus meios de produção e, portanto, ainda menos para permitir-lhes investir e progredir. Essa concorrência desencadeia o bloqueio do desenvolvimento e o empobrecimento deles, chegando a levá-los a pobreza extrema e à fome (MAZOYER, M; ROUDART, L. 2008. p. 31)

Porém, as tecnologias modernas carregam consigo uma série de imagens e símbolos do que é evoluído, acabando por criar representações acerca do rural e do modelo agrícola desejável, deslegitimando os demais modos de vida baseados na mão de obra familiar (PACÍFICO, 2009). “Na visão evolucionista que era então propalada pela ideologia do

progresso modernizante, o espaço rural tenderia a evoluir para o processo “civilizatório” e “moderno-industrial”, que já se havia desenvolvido no meio urbano” (WEDIG, 2009, p. 51). Frente a esta situação, as famílias agricultoras se deslocaram para as cidades em busca de oportunidades e, segundo Pacífico (2009), impulsionados por razões incertas: por um lado o campo era visto como um lugar de atraso e, por outro, predominava o pensamento de que aqueles que não acompanhassem os novos modelos produtivos e de mercado não poderiam permanecer no meio rural.

O enorme êxodo rural, resultado deste imaginário, contribuiu com a tendência mundial do movimento das populações em direção às áreas urbanas. As pequenas propriedades acabaram se tornando mais e mais subordinadas da grande indústria, à agricultura lhe foi atribuída a função de produzir alimento de baixo custo e em quantidade para a crescente população urbana. Do total de habitantes no Brasil, estima-se que, desde 2010 (IBGE), mais de 84 % vivem em áreas urbanas, reforçando o imaginário do rural como espaço de poucas oportunidades. Segundo nossa história, de fato, sempre foram os grandes latifúndios, desde o processo de colonização, que exerceram forte poder de dominação social, política e econômica no país (PACÍFICO, 2009), criando no sujeito camponês o sentimento de “possuído” pelos que detinham a posse das terras. Com efeito, segundo Freire (2010), esta estrutura de caráter colonial concede ao possuidor da terra a posse não só das terras, mas também daqueles que nela residem.

Segundo Moreira (2000, p. 45), a modernização da agricultura levou a “uma crítica da própria natureza do capitalismo na formação social brasileira e da tradição das políticas públicas e governamentais que nortearam nossas elites dominantes, seja na área econômica, seja no próprio campo político de definição de prioridades”. Assim, a crítica de natureza econômica contra a Revolução Verde, com seus custos elevados de produção, associadas à crise petrolífera da década de 70, expõe o caráter neoliberal das escolhas vinculadas à agricultura efetuadas pelo governo. Inclusive, foi a partir de 1980 que se coloca em prática uma série de ações políticas com vistas a transformar o mercado financeiro. Além dos créditos rurais e subsídios já mencionados anteriormente, outras medidas importantes foram a privatização de um grande número de empresas públicas, a mundialização da economia, a abertura à movimentação do capital estrangeiro e a forte inserção do FMI e do Banco Mundial nas recomendações a países endividados para conseguir auxílios.

Dardot e Laval (2016) denominam de “sistema disciplinar mundial” as práticas adotadas pelos governos neoliberais, formulado no “Consenso de Washington” que estabelecia

um conjunto de prescrições, levado adiante pela comunidade financeira internacional, que todos os países deveriam seguir para obter ajudas e empréstimos.

Estas “terapias de choque” sufocaram o crescimento com taxas de juros muito elevadas, arruinaram a produção local expondo-as sem cautela à concorrência dos países mais desenvolvidos, muitas vezes agravaram as desigualdades e aumentaram a pobreza, reforçaram a instabilidade econômica e social, e submeteram estas economias “abertas” a volatilidade dos movimentos do capital (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 198)

O sistema econômico capitalista tem como objetivo o acúmulo ilimitado de capital, como aponta Boltanski e Chiapello (2009), e esta visão de crescimento ilimitado não leva em consideração a finitude do nosso planeta. É por esta razão que, apesar das tentativas de mitigar os impactos ambientais negativos gerados pelas atividades humanas, nem as mais modestas metas de conservação ambiental tiveram grandes sucessos até o momento. Segundo Tim Jenkins e Andrew Simms (ambos da NEF – *The New Economic Foundation*), este fracasso se deve ao fato de vivermos um sistema econômico que conduz suas ações exatamente em direção oposta às necessidades ambientais. Leff (2004) contribui para esta reflexão afirmando que:

a problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou assim efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análises (LEFF, 2004, p. 64).

Esta racionalidade busca organizar e estruturar não só as ações dos governantes, através de políticas econômicas, como a conduta dos governados, através de estratégias de poder e disciplina. Assim, a crise que atravessamos pode ser vista como global, provocada em particular pelo neoliberalismo como forma de governo das sociedades, cujas justificativas se apoiam em ordens de grandeza industrial e mercantil. Segundo G. Becker, toda ação humana é econômica, o que pode ser profundamente contestado. De toda forma, com esta ótica, todos os aspectos do comportamento humano têm preço (DARDOT; LAVAL, 2016). Como aponta Fleury (2009) sobre o meio rural:

os sentidos, as práticas e os interesses locais cedem lugar às demandas globais que, longe de serem universalizadoras, respondem aos interesses privilegiados das corporações poderosas dos países do Norte. E, se, do ponto de vista da produção em quantidade, os resultados dessa transformação são inquestionáveis, quando o olhar se

expande para a inclusão de critérios qualitativos e de outras esferas além da financeira, entre os quais os resultados ambientais, sociais e culturais, são incontáveis as lacunas para críticas e insatisfação (FLEURY, 2009, p. 64).

Por fim, a agricultura moderna se afastou do entendimento segundo o qual as condições ideais nas quais toda fazenda, com suas plantas e animais, poderia prosperar seriam tais como um organismo natural. Predomina cada vez mais as tendências da nova economia, transformando a arte do cultivo em técnicas de exploração do solo, plantas e animais visando o lucro monetário (Groh & McFadden, 1997). Esta visão capitalista que se propaga no meio rural fez com que a agricultura, em vez de atender à demanda de alimentos para a população mundial, fosse concebida com base em relações meramente econômicas.

Para Machado e Machado Filho (2017), a “Revolução Verde” hoje é gerida pelo capital financeiro, controlada por um pequeno grupo de multinacionais detentoras das patentes das sementes e da produção de fertilizantes e agrotóxicos. Sua essência é implantar grandes monoculturas dependentes de “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos fabricados por grandes corporações internacionais, que realizam a reprodução do capital neste novo segmento econômico, o agronegócio. Segundo os autores, uma segunda fase desta “revolução” está em pleno andamento, uma expansão das multinacionais no controle da produção e comércio de sementes, salientando que “quem controla as sementes controla todo o sistema alimentar e, conseqüentemente, o sistema político” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 59). Porém, para Altieri (2008)¹⁶

a humanidade está tomando consciência rapidamente de que o modelo industrial capitalista de agricultura dependente de petróleo não mais funciona para suprir os alimentos necessários. Os preços inflacionários do petróleo inevitavelmente aumentam os custos de produção e os preços dos alimentos subiram a tal ponto que hoje um dólar compra 30% menos alimento do que há um ano. Uma pessoa na Nigéria gasta 73% da sua renda em alimento, no Vietnã 65% e na Indonésia 50%. Essa situação está piorando rapidamente, na medida em que a terra agrícola vai sendo destinada para biocombustíveis e na medida em que a mudança climática afeta o rendimento da terra pelas estiagens ou inundações.

A partir das críticas ao modelo de produção industrial e à relação do capitalismo com as questões ambientais, emerge o conceito “desenvolvimento sustentável”, amplamente divulgado em 1987, após a publicação do relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Nações Unidas. Conhecido como Relatório de Brundtland

16 Texto publicado no portal eletrônico Carta Maior, tradução de Naila Freitas, disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Sistema-alimentar-na-era-pos-petroleira/7/14140>. Último acesso em 04 de Abr. 2018.

– Nosso Futuro Comum, este documento assinala que “a humanidade tem a habilidade de fazer um desenvolvimento sustentável assegurando a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”¹⁷ (Nações Unidas, 1987. p. 24). Porém, segundo Moreira (2000, p. 40) “por detrás de um aparente consenso sobre o conceito de sustentabilidade, esconde-se uma multiplicidade de significados, que refletem as disputas de diferentes interesses sociais, econômicos e políticos, assim como uma disputa pelo próprio significado hegemônico do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável”.

A primeira polêmica em torno deste conceito já reside no fato de que “desenvolvimento” pode ser entendido das mais variadas formas. Inclusive entre autores clássicos como Smith, Malthus e Ricardo, não há uma distinção clara entre desenvolvimento e crescimento econômico. Assim, a sensação é que o capitalismo foi revestido de um “verniz verde”, capaz de se justificar frente as críticas ambientais.

Trata-se de um jargão, de um discurso ecotecnocrático mascarado, que na essência reproduz os mesmos valores e princípios do capital e do modelo de desenvolvimento pautado em aspectos econômicos e produtivistas, os quais privilegiam a classe dominante da sociedade e desprivilegiam, marginalizam e silenciam outros discursos, como o ecossocial e as camadas subalternas do sistema (PACÍFICO, 2009. p. 43)

Apesar das críticas ao capitalismo, a partir de 1980 ocorre uma grande expansão do neoliberalismo. Assistimos a uma “virada” nos processos políticos, com uma mudança radical no modo de exercício do Estado, baseado na lógica da “economia livre, Estado forte”¹⁸ (DARDOT; LAVAL, 2016). Este fortalecimento do capitalismo neoliberal mostra que os discursos em torno do “desenvolvimento” carregam em sua gênese o antigo motor do crescimento econômico da teoria da modernização. Deste modo, convém perguntar quais necessidades e de quem estão sendo consideradas? Segundo Escobar (2005), a resposta seria a seguinte:

os economistas políticos, por exemplo, falam das “necessidades reais” das “pessoas” como se estes termos não fossem problemáticos, como se o teórico soubesse a priori o que as pessoas precisam e desejam. Mesmo as “necessidades materiais”, como pensariam os antropólogos, são culturalmente construídas, são assuntos de sentido. Há uma vasta diferença entre satisfazer as necessidades materiais através de uma economia de mercado capitalista e através de práticas e instituições não-capitalistas

17 Tradução da autora.

18 Slogan proferido por Andrew Gamble, título de um de seus livros “*The Economy free and the strong State: the politics of Thatcherism*”, 1994.

(como fizeram a maioria das comunidades humanas através da história)¹⁹
(ESCOBAR, 2005, p. 24)

Assim, a partir de 1990, o próprio conceito de desenvolvimento começa a ser questionado e passa a ser analisado como “discurso” de origem ocidental, operando um poderoso mecanismo de produção cultural, social e econômica (ESCOBAR, 2014). O pós-desenvolvimento surge como conceito e prática social, cuja busca está ancorada na possibilidade de criar diferentes discursos e representações que não se encontrem tão mediados pela construção do desenvolvimento, desde suas ideologias, metáforas, linguagem e premissas (ESCOBAR, 2005). Também reforça a necessidade da re-valorização das culturas vernáculas, de seus conhecimentos e tentativas de construção de mundos mais humanos e ecológicos.

Esta perspectiva visa apresentar respostas ao modelo civilizatório atual a partir da percepção de que “a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e no final das contas, sustentáveis” (DIEGUES, 2001, p. 96). A proposta é que através da pluralidade e da diversidade biológica, cultural e epistemológica poderemos vislumbrar novos mundos possíveis. Neste sentido, recursos argumentativos ancorados em outras ordens de justiça, que não a mercantil e a industrial, são mobilizados e

certas “figurações” de outras ordens de justiça, tais como lembram Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991) em termos de “satisfazer as aspirações de todos”, “melhor produzir”, “mobilizar as energias coletivas” (ordem cívica), “ampliar a confiança nos produtos com maior proximidade entre produtor e consumidor”, “considerar as especificidades locais” (ordem doméstica) ou “favorecer a criatividade e a intuição” (ordem inspirada), passam a ser consideradas na composição de compromissos válidos no âmbito do debate e controvérsias sobre a produção agroalimentar (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 42).

2.2. Se o campo não planta a cidade não janta

Diante das consequências sociais e ambientais deste modelo civilizatório moderno, associações e movimentos sociais de base rural passam a se mobilizar, a partir de 1990, apontando as potencialidades do rural como espaços para reformas societárias (FERREIRA, 2002). A Via Campesina²⁰, que nasce em 1992, expunha as consequências do avanço

¹⁹ Tradução da autora.

²⁰ Organização internacional de camponesas e camponeses que nasce como “resposta ao avanço das estratégias perversa de subordinação e desarticulação do campesinato” (RIBEIRO; SOBREIRO FILHO, 2012, p. 4) relacionadas principalmente com o avanço do capitalismo neoliberal no campo e seus processos de mundialização.

descontrolado do capitalismo mundial no campo e avaliava que “o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não po[dia] se resumir à oferta abundante de alimentos baratos” (MORUZZI MARQUES, 2010, p. 81).

Inclusive, a agricultura industrial encontrou na noção de segurança alimentar o apoio argumentativo para justificar a intensificação da produção. Com efeito, oferecer alimentos em quantidade a preços reduzidos legitima a elaboração de estratégias favoráveis ao comércio internacional de alimentos e da modernização agrícola. O abastecimento dos mercados com uma oferta abundante é a principal justificação pública desta concepção produtivista. É possível observar, no entanto, que “esse modelo de agricultura voltado para o lucro não distribuiu alimentos nem quantitativamente nem qualitativamente, demonstrando que a questão não está na quantidade produzida, mas no acesso amplo a esses alimentos” (WEDIG, 2009, p. 59).

De fato, as discussões no Brasil em torno do acesso equitativo ao alimento predominavam no repertório da segurança alimentar no início dos anos 1990, incluindo questões sobre a reforma agrária e as políticas de emprego. Porém, a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) lança em 1993 um livro propondo a reorientação do debate em termos produtivistas (MORUZZI MARQUES, 2010). Na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, em 1996, é esta orientação produtivista que predominará no debate sobre a segurança alimentar, levando a Via Campesina a propor a noção de soberania alimentar.

De fato, apesar de todo o avanço do modelo produtivista, o que podemos observar é que “a satisfação das necessidades alimentares da humanidade está longe de ser concretizada” (MORUZZI MARQUES, 2010, p. 79). Segundo dados da FAO (*Food and Agriculture Organization*), em 2015, ano limite para atingir as metas de segurança alimentar proposta na Declaração de Roma de 1996, uma a cada nove pessoas no mundo ainda não possuía acesso a uma quantidade suficiente de proteínas em suas dietas e um número ainda maior sofria de algum tipo de má nutrição. Assim, denúncias crescentes contra as provas de eficácia do modelo industrial de agricultura encontram cada vez mais legitimidade.

Um dos direitos fundamentais estabelecidos na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena (1993) é o direito à alimentação. É essa perspectiva que coloca o Estado como provedor e responsável pela alimentação básica da população, e é por isso que os governos podem ser alvos de censuras no caso de não garantirem esse direito. O conceito de segurança alimentar veio à luz a partir da Segunda Guerra Mundial, com mais da metade da Europa devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Esse conceito leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (WEDIG, 2009, p. 58)

Neste sentido, a agricultura camponesa é considerada como tendo papel inquestionável na alimentação mundial. A ideia do direito à alimentação adequada e de qualidade fomenta as discussões em torno do conceito de soberania alimentar. “A noção de valores de qualidade começa a ser o eixo do sistema agroalimentar” (WILKINSON, 2007, p. 154). Segundo Moruzzi Marques (2010, p. 81), o debate em torno da soberania alimentar propõe “o privilégio das agriculturas locais em suas múltiplas vocações (sociais, ambientais e culturais) enquanto eixo fundamental para a busca de soluções” à questão agroalimentar. Inclusive, as metas da Via Campesina com vistas à soberania alimentar apontavam para:

uma prioridade para a produção agrícola local para alimentar a população, com medidas para favorecer o acesso ao fundiário dos agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como para assegurar o acesso à água, as sementes e ao crédito; o livre acesso às sementes; a salvaguarda da água enquanto bem público a ser repartido sustentavelmente; o direito dos Estados em proteger suas agriculturas das importações agrícolas e alimentares com baixíssimos preços e em favorecer uma produção camponesa sustentável; a participação das populações nos processos de tomada de decisão (MORUZZI MARQUES, 2010, p. 82).

Este tipo de proposta revela a mobilização de mundos de justiça distintos do mercantil-industrial, notoriamente do mundo cívico, ao ressaltar a participação e a equidade; do mundo verde ao elevar a água como bem público e a sustentabilidade como meta na produção; do mundo doméstico, onde o Estado concederia proteção a seus “filhos” e garantias de acesso aos bens. É possível deduzir, portanto, que a noção de soberania alimentar se apoia em uma lógica normativa que não exclui a necessidade da eficiência (mundo industrial) na produção, nem a necessidade de renda para a população rural (mundo mercantil) do alimento. A diferença está em incluir outros princípios de justiça na busca do bem-estar comum, tais como confiança, proximidade, respeito às tradições. Assim, Moruzzi Marques et al. (2016) ainda afirmam que,

efetivamente, a agricultura familiar é concebida como base de outro modelo de desenvolvimento rural. Portanto, os valores da família encontram-se no cerne da alternativa. Se podemos supor que a autoridade paterna funda esse ordenamento, é, no entanto, o papel desempenhado por essa agricultura, em termos de segurança e abastecimento alimentar, que é amplamente difundido com vistas à legitimação do apoio político a seu favor. Nessa perspectiva, a tradição, a confiança, a especificidade e a proximidade podem constituir princípios de mundo justo sobre os quais os argumentos em prol da agricultura familiar são susceptíveis de se apoiar (MORUZZI MARQUES et al., 2016, p. 25).

A necessidade de novos modelos de produção de alimentos tem sido reconhecida por muitas instituições internacionais. Tanto ao nível das Nações Unidas, como entre autoridades locais, tem crescido o reconhecimento da importância da agricultura familiar e da prática

agroecológica²¹ para o desenvolvimento de sistemas agrícolas mais sustentáveis e resilientes (PAROT, 2014). Estes últimos têm sido apontados cada vez mais como modelo capaz de enfrentar os conflitos em torno dos sistemas agroalimentares, seja relacionado aos impactos negativos provocados sobre o meio ambiente, seja sobre as condições socioeconômicas das famílias camponesas, com consequências sobre a segurança e soberania alimentar e a saúde daqueles que plantam e consomem alimentos vindos da agricultura convencional.

Entende-se aqui por agricultura agroecológica àquela que resgata saberes ancestrais, unidas aos progressos da ciência e da tecnologia, incorporando questões sociais, éticas, políticas, culturais e ambientais. Concordamos com Machado e Machado Filho (2017, p. 36) ao expor que este modelo produtivo se configura em “um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala”. Constitui-se, pois, em uma série de técnicas (como a rotação de culturas, proscrição definitiva do arado e grade, restituição da fertilidade do solo sem uso de fertilizantes químicos, entre outros) que visam superar a monocultura e proteger a biodiversidade. Não queremos confundir a leitora e o leitor ao exaltar a importância da agricultura familiar com uma negação à ciência, como se defendêssemos o retorno ao cultivo totalmente manual. Nem propor que a solução ao agronegócio é a pequena produção isolada e sem meios para desenvolver. Queremos, no entanto, mostrar o papel de uma agricultura familiar pujante e agroecológica na construção de soluções agroalimentar satisfatórias, entendendo que seu desaparecimento teria impactos socioambientais catastróficos.

Segundo Lamb (1994), para muitas famílias agricultoras está cada vez mais claro que uma agricultura sustentável não pode sobreviver nas condições de mercado atual. Os preços oscilantes no mercado flutuante não cobrem muitas vezes os custos de produção e o crescente valor imobiliário das terras agrícolas inibe a criação de novas fazendas. Assim, levados por uma crescente descrença nos potenciais da modernização da agricultura para melhoria de suas condições de vida, muitas famílias agricultoras passam a se organizar no sentido de encontrar soluções para a “questão da produção”, com experiências localizadas de incentivo às formas associativas (MEDEIROS, 2001), que atualmente se refere cada vez mais à questão agroecológica e à comercialização em circuitos curtos. Alguns movimentos surgem no seio da

21 “O termo agroecologia foi conceitualmente desenvolvido por Howard (1934). Em 1950, foi cunhado por Lysenko e passou a ser usado em cursos de agronomia no Brasil até a pulverização destes cursos pelo Acordo MEC-USAID, 1964-68, em plena ditadura militar. A partir de 1980, as lutas por uma agricultura limpa, que vinham desde o início da década de 1960, encontraram eco na palavra **agroecologia**, significando uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais, como era o caso do ensino da agronomia ante do Acordo MEC-USAID” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 35)

população urbana buscando resgatar a relação com o rural e consumir produtos oriundos da agricultura familiar. Porém, segundo Wedig (2009, p. 60),

em razão das leis estatais que regulamentam os produtos de características diferenciadas das grandes agroindústrias alimentícias, os camponeses e agricultores familiares continuam enfrentando grandes problemas com a comercialização de seus produtos.

Os circuitos curtos locais de produção e consumo (feiras do produtor, entrega de cestas, vendas diretas na propriedade, lojas especializadas, cooperativas) veem efetivamente se apresentando como alternativa viável para fomentar a produção de alimentos com métodos agroecológicos e estimular a comercialização dos produtos vindos de pequenos produtores. Moruzzi Marques (2010) afirma que:

a ideia de uma aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica. Os consumidores devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais. Esta multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo, no fim das contas, mais produtivas que as grandes monoculturas. Ademais, as comunidades rurais diversificadas e ancoradas na agricultura familiar apresentam economias mais saudáveis e menores problemas sociais (MORUZZI MARQUES, 2010, p. 83).

Nesta perspectiva, podemos observar a multiplicação de experiências de grupos de consumo alternativos, especialmente inseridos no âmbito dos circuitos curtos de proximidade. Trata-se de um referencial para a ação pública, já difundido e reconhecido no universo da economia solidária. Esta perspectiva tem por base a busca por um acesso mais equilibrado aos alimentos; o aumento da solidariedade; o encorajamento da tomada de decisão de forma colaborativa e compartilhada; o desejo fecundo de preservação da qualidade da água, do solo e da biodiversidade; a autonomia em relação ao modelo industrial, incentivando a negociação de preços justos; a defesa da tradição dos territórios e o aumento da oferta de produtos frescos e saudáveis (MORUZZI MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014). Segundo Darolt et. al. (2016, p. 1), estes novos movimentos de base ecológica, pautados em outros princípios de justiça, “contribuem para a emergência de uma democracia alimentar fundada sobre a racionalidade socioambiental”.

O que caracteriza um circuito curto é a aproximação entre aqueles que produzem e que consomem mobilizando, no máximo, um único intermediário entre estes dois polos. Aqui, podem ser diferenciadas as vendas diretas e as indiretas. Porém, a venda indireta (aquela que ocorre mediada por uma cooperativa, uma loja, um restaurante ou até mesmo um outro

produtor) suscita questionamentos “na medida em que um supermercado também poderia comprar diretamente de um produtor, sem oferecer uma comercialização justa” (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG, 2013, p. 9). Assim, os termos “locais” e de “proximidade” ressaltam a questão geográfica e aludem ao aspecto relacional presente nesta troca. Alguns autores, ainda, afirmam que:

o mais importante para caracterizar um circuito curto ou cadeia curta é o fato de um produto chegar nas mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em detrimento à alimentação padronizada da agricultura industrial (DAROLT et. al., 2016, p. 2)

Um dos principais questionamentos levantados com relação a estas novas redes alimentares é sua capacidade de gerar mudanças estruturais em uma escala maior. Darolt et. al. (2016) consideram que estas redes podem contribuir para uma transformação das relações de poder, onde consumidores e produtores adquirem maior peso e participação na definição tanto do modo de produção como do consumo, desenvolvendo, assim, uma maior autonomia. Porém, vale lembrar que estas redes seguem inseridas em uma sociedade capitalista e processos de transição ecológica são importantes para superar dilemas atuais. Deste modo, uma ligação entre experiências concretas e movimentos sociais e políticos de oposição ao modelo convencional dominante, assim como o envolvimento da extensão rural, da pesquisa e do poder público, para estes autores, são necessárias na busca de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Existe, atualmente, uma grande diversidade de tipos de circuito curto. A tipologia desenvolvida por Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) considera diferentes dimensões econômicas e sociais, inserindo também a dimensão ecológica e política, por se tratar de alimentos de base ecológica e com a participação do poder público (como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimento - PAA²², que atingem um número significativo de pessoas). Abaixo, o quadro esquemático elaborado pelos autores.

22 O PAA foi criado em 2003 e tem como objetivo garantir a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, através de compra direta pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), assim como viabilizar o acesso aos alimentos por pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PNAE, por sua vez, através da Lei 11.947/2009, estabeleceu um elo institucional entre alimentação escolar e agricultura familiar. Tal lei determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE) para a merenda escolar devem ser destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar.

Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos
 Fonte: Elaborado por Darolt et. al. (2016)

Neste estudo, olharemos com muita profundidade para um modelo recente de circuito curto de proximidade aqui no Brasil, a Comunidade de Suporte à Agricultura, conhecida como CSA. Pela tipologia sugerida acima, trata-se de modo de venda direta a um grupo de consumidores organizados, com a diferença de aprofundar a construção de relações de comunidade, onde as decisões a cerca tanto da produção como das entregas, do valor, horários e mais pontos são tomadas de forma coletiva, em assembleias, incluindo consumidores e produtores. Muitas CSAs buscam, através da alimentação, possibilitar a reflexão crítica de seus membros para questões que ultrapassam o mero consumo de um produto sem veneno. Neste âmbito, a revalorização da atividade agrícola é tema central para sobrevivência da sociedade, além de novas formas de organização econômica que não tenham o lucro como meta, o exercício da solidariedade, da horizontalidade e da cooperação, a mudança de hábitos alimentares e o resgate da culinária em tempos de “comida pronta” para micro-ondas. Desta forma, a CSA se torna um modelo inovador com potencialidades para a transformação

socioambiental desejada por muito atores, mas com desafios igualmente grandes para se estabelecer.

2.3. O que alimentamos, quando nos alimentamos?

A comida nos diz quem somos, nos faz conhecer a nós mesmos
Gabriele Cornelli

“Alimentar-se é uma troca contínua com o mundo” (CORNELLI, 2007, p. 28). Com nossas escolhas alimentares, cada um de nós afeta diretamente a Terra. Os consumidores estão, no fim das contas, no controle. Se eles apoiam a agricultura industrial, esta última seguirá proliferando, assim como todas as suas consequências perversas. Se apoiam a agricultura agroecológica e familiar, ela se expandirá, assim como todas as suas consequências favoráveis (GROH; MCFADDEN, 1997). É neste sentido que o ato de comer se torna, finalmente, um ato político. A alimentação nos convida, a cada refeição, a estabelecer uma relação cultural com a natureza e com o mundo.

A cultura não é um produto igual aos demais. Ela é uma maneira de perceber e de se integrar ao mundo. Ela é um tecido de experiências e de interpretações da vida do qual cada sociedade humana tem necessidade para se compreender. Por meio da defesa da gastronomia, reforça-se a ideia que a alimentação é antes de tudo um ato social e cultural, que não pode ser visualizado unicamente em seu aspecto mais elementar, ou seja, a satisfação das necessidades biológicas. (MORUZZI MARQUES; BLEIL, 2000, p. 174)

Stort (1993) sugere que o mundo humano começa no corpo, mas que este não se encontra determinado pelo seu organismo. Deste modo, para além da satisfação das necessidades físicas, o ser humano busca satisfazer os desejos do coração através do sentido. A autora, aqui, trata do sentido em seu aspecto filosófico, que carrega um sistema de representações e de caminhos para compreender a realidade. Na busca por um sentido da alimentação, Gabriele Cornelli (2007) propõe aquele ecológico, político e poético para conceber a comida e a própria cozinha. Ao conhecer “o tamanho do próprio estômago”, somos levados a compreender quem somos e quais as verdades que ele abarca. O slogan “eu sou o que como” resume de forma clara a questão alimentar, “na medida em que o consumidor passa a não reconhecer mais o que ingere, ele perde progressivamente a referência de quem é” (MORUZZI MARQUES; BLEIL, 2000, p. 171).

No sentido ecológico, como propõe Cornelli (2007), o ato de comer se torna uma relação de troca contínua com a natureza. Para o autor, trata-se de uma troca amorosa, pois

“comer de maneira ecológica é aprender a amar, aprender a ter uma relação com a natureza e com o alimento e com aquilo que é simplesmente natural, mas que cria e promove a eternidade” (CORNELLI, 2007, p. 30). Segundo Humberto Maturana (2012), o amor está associado, inclusive, a nossa sobrevivência. O amor é a emoção central da cooperação e do acolhimento, na medida em que “o mundo sempre foi maravilhosamente acolhedor. Se assim não fosse, a história do ser humano não teria acontecido. Um ser só sobrevive em um entorno que o receba”²³. Deste ponto de vista, tornam-se necessários a uma relação de troca vital, o respeito sagrado e um saber cuidar que permite a perpetuação da vida.

Quando pensamos nesta troca amorosa em nossa mesa, a escolha por um alimento natural permite o desfrute deste prazer. Como afirma Michael Pollan (2008, p. 15), “historicamente, as pessoas comem por muitas razões além da necessidade biológica. Comida também tem a ver com prazer, comunidade, família e espiritualidade, com a nossa relação com o mundo natural e com a expressão da nossa identidade”. Porém a industrialização tornou quase impossível a manutenção de tradições alimentares na mesa. Desde a década de 1960, encontrar hortifrutigranjeiros sem aditivos químicos, ou carne de gado criado em pasto sem produtos farmacêuticos se tornou tarefa nada fácil. O supermercado torna-se o único lugar para adquirir comida, que passa a ser substituída cada vez mais pelos produtos altamente processados com aspecto de comida. Os adoçantes, aromas artificiais e realçadores de sabores químicos enganam nossos sentidos. Confiar em nosso paladar ou no nosso olfato já não é mais possível para detectar o que seja “comida de verdade” ou não. Aos poucos, a relação com o mercado como único provedor de alimento, somado as pressões de costume social, transforma o “feito em casa” em menosprezo, “a fonte de status já não mais é a capacidade de fazer coisas, mas simplesmente a capacidade de comprá-las” (BRAVERMAN, 1981, p. 235). As relações afetivas em torno do cozinhar se enfraquecem. O sentido ecológico da alimentação, propondo nos alimentar daquilo oriundo da natureza (o que parece ser senso comum) se confunde com rótulos cada dia mais confusos.

Segundo Pollan (2008), a razão para nos alimentarmos com artificialidades está relacionada a uma nova cultura do alimentar-se, onde o que importa já não é o alimento, mas os nutrientes. Estes últimos sendo invisíveis para os olhos, deixamos de seguir o que culturalmente nos vem sendo passado a gerações sobre o que devemos comer, para nos entregar cegamente aos especialistas da alimentação. Assim como nas plantas, a descoberta dos

23 Entrevista realizada pela revista Bons Fluidos, publicada em 4 de Julho de 2012. Disponível em: <https://casa.abril.com.br/bem-estar/entrevista-humberto-maturana-e-a-importancia-do-amor/> ultimo acesso em 3 de Abr. de 2018.

macronutrientes necessários para a saúde do corpo provocou uma revolução na alimentação humana. Onde antes destacavam os alimentos – ovos, cereais, frutas e legumes – agora se destacam como fonte de uma alimentação saudável a busca por nutrientes. Assim, as conversas em torno da comida se resumem a seu conteúdo em termos de carboidrato, proteína e gordura. Com esta nova ideologia alimentar, que Michael Pollan (2008) designará de nutricionismo, reduzimos o alimento a sua função meramente biológica, aquela de manter a saúde física. O problema é que, ao reduzir os alimentos a simples soma de seus nutrientes,

qualquer distinção qualitativa entre alimentos naturais e processados tende a desaparecer, [e estes últimos] poderão ser considerados ‘mais saudáveis’ para você do que os alimentos naturais se contiverem as quantidades apropriadas de alguns nutrientes. [...] O nutricionismo fornece a principal justificativa para os alimentos processados, deixando implícito que, com uma aplicação judiciosa da ciência alimentar, os alimentos de imitação podem ser até mais nutritivos que os de verdade (POLLAN, 2008, p. 32-34).

Segundo Trauger Groh (1997), a questão do que é um alimento saudável é bastante complexa, já que este termo pode ter significados diferentes para cada pessoa. Assim, ultimamente, um novo conceito tem sido usado nos produtos alimentícios nos Estados Unidos. Trata-se do *clean food*, ou comida limpa, um termo hoje amplamente utilizado para tratar de alimentos livre de substâncias sintéticas adicionadas, seja no processo de cultivo, processamento ou conservação. Apesar dos estudos realizados sobre os malefícios de produtos artificiais adicionados ao alimento, não se sabe ainda os efeitos acumulativos das diferentes substâncias, como elas se relacionam entre si uma vez combinadas e quais serão seus efeitos a longo prazo, já que o emprego destes sintéticos é relativamente recente na história.

Argumentos sobre quais aditivos são toleráveis e quais podem ser considerados uma ameaça são complexos e confusos para a maioria das pessoas, e, portanto, eles deixam que o governo faça tais determinações. Mas deveríamos ser céticos em relação às autoridades que decidem estas questões por nós. Estabelecer o efeito exato de qualquer das inúmeras substâncias sintéticas, adicionadas diariamente a nossa comida, na saúde é extremamente difícil e demorado. (GROH, 1997, p. 3)²⁴.

Para Pollan (2008), o nutricionismo foi o melhor acontecimento recente para a indústria alimentícia. Antes os hábitos e a cultura levavam as pessoas a comerem sempre as mesmas coisas e em quantidades determinadas. Agora, com esta nova ideologia dos nutrientes, é possível introduzir novos alimentos altamente processados, que geram muito mais lucro no mercado, sem grandes limitações na dieta ocidental. Neste aspecto, poderíamos aprender com

os franceses, que lutam por criar as mais diferentes formas de assegurar o consumo de seus produtos mais autênticos através de selos que comprovam procedência, qualidade, modo de produção, etc. “Na França, existe um discurso consensual quanto à necessidade de comer não apenas para saciar a fome, mas sobretudo, para dar prazer ao paladar” (MORUZZI MARQUES; BLEIL, 2000, p. 171).

A maneira de comer é um dos meios mais poderosos que um povo tem de expressar e preservar sua identidade cultural, que é exatamente o que não se quer numa sociedade dedicada ao ideal da “americanização”. Tornar as opções alimentares mais científicas é esvaziá-las de seu conteúdo étnico e de sua história (POLLAN, 2008, p. 50)

Nesta ótica, convém desenvolver uma consciência alimentar que inclua uma busca pela saúde física, mas também um resgate cultural de nossa relação com o alimento. Através do ato de comer, estabelecemos relações de cuidado com nós mesmo, com a sociedade e com a Terra. “Comer é nos criar a todo momento, física e espiritualmente, isto é, eticamente” (CORNELLI, 2007, p. 35). O que aconteceria se começássemos a pensar em comida menos como um objeto e mais como uma relação? Na natureza, observamos que os animais e as plantas desenvolveram relações de interdependência, um ser beneficiando outro em vários aspectos. Segundo Pollan (2008), a saúde é, entre outras dimensões, resultado de relações harmoniosas de interdependência que, no caso de seres onívoros como o ser humano, são muitas.

Olhar a alimentação e o alimento através dessa lente ecológica abre uma nova perspectiva para o que é a dieta ocidental: um conjunto de mudanças radicais e, pelo menos em termos ecológicos, abruptas ao longo dos últimos 150 anos, não só em nossos alimentos, mas também em nossas relações alimentares, do solo até a refeição. (POLLAN, 2008, p. 82)

3 A CSA COMO ALTERNATIVA

Eating is an agricultural act.
Wendell Berry

As Comunidades de Suporte à Agricultura nascem neste contexto de crítica crescente à justificativa mercantil e industrial de legitimação da agricultura convencional. É uma dentre várias iniciativas de um ascendente movimento por cadeias alternativas de abastecimento agroalimentar, que buscam ser locais, com técnicas alternativas de produção e distribuição. Diferente das estratégias *top-down* relacionadas aos sistemas agroalimentares, e que muitas vezes focam em soluções a larga escala e enfatizam fatores exclusivamente de produção, a CSA vem sendo desenvolvida e implementada por seus beneficiários diretos, levando em consideração o papel do consumidor e da comunidade local na busca por uma agricultura sustentável (OSTROM, 1997).

Sua definição não está determinada pelo seu funcionamento, mas sim pelos objetivos que busca alcançar: uma relação de suporte mútuo entre consumidores e produtores de alimentos (SALTMARSH et. al., 2016), oferecendo comida de qualidade e contribuindo para a sobrevivência de pequenos produtores (CONE; MYHRE, 2000). Neste capítulo, iremos aprofundar o entendimento geral sobre esta iniciativa, que já vem sendo considerada por alguns autores como um movimento social, em conjunto com aquele por comida local (*Local Food Movement*²⁵), devido a sua rápida expansão, ser organizada pela comunidade e conter um forte componente ideológico (OSTROM, 1997; PEREZ, BROWN, MILES, 2005; PERRY, FRANZBLAU, 2010; PAROT, 2014).

Existe um reconhecimento por parte destas comunidades agrícolas de que, sendo a agricultura essencial para nossa existência, nós, enquanto sociedade, não temos escolha sobre se queremos cultivar ou não, como no caso da produção de outros bens de consumo, como a televisão por exemplo. Neste sentido, ou cultivamos nossos alimentos ou deveríamos dar suporte àqueles que cultivam por nós (GROH; MCFADDEN, 1997). Assim sendo, nas CSAs, a população assume, em grande medida, a responsabilidade pela produção agrícola, apoiada na crença de que a “qualidade da comida é primeiramente determinada na fazenda pela maneira como interagimos com a natureza e suas forças, [e a] motivação pelo lucro não leva a uma produção de alimentos de qualidade”²⁶ (GROH; MCFADDEN, 1997, p. 5), como é o caso da

25 Também conhecido como *Locavore Movement*, trata-se de um movimento a favor do consumo de alimentos produzidos localmente, a uma distância geográfica de no máximo 100 milhas (aproximadamente 160 quilômetros).

26 Tradução da autora.

produção industrial. “O movimento CSA tenta transformar ‘consumidores’ passivos em parceiros ativos e conscientes na criação de novos sistemas alimentares, locais, social e ambientalmente sustentáveis”²⁷ (OSTROM, 1997, p. 64).

Para que tal mudança seja viável, as comunidades devem, segundo as prescrições dos documentos em torno das CSAs, ser criadas inicialmente entre consumidores e famílias agricultoras locais. A aproximação entre estes dois polos auxilia não só na diminuição da logística (transporte, embalagem, conservação) diminuindo assim gastos, como aumenta a possibilidade de participação dos membros na vida da fazenda, diminuindo um abismo existente entre urbano e rural, cuja transposição é quase impossível, visto as condições do mercado atual (LAMB, 1994). O que diferencia as iniciativas de CSAs (incluindo aquelas que apesar de terem outros nomes possuem orientações similares, como AMAPs, Teikei, GAS, entre outras) de outras propostas de produção e comercialização de alimentos locais é a relação de **parceria** estabelecida entre todos os envolvidos, consumidores e produtores. Assim, “agricultores e membros devem encontrar um equilíbrio sustentável entre diferentes meios de subsistência e estilos de vida, e eles buscam alcançar isso através do compromisso da divisão de custos”²⁸ (CONE; MYHRE, 2000, p. 187).

Nesta relação, há o desejo de que riscos e benefícios da produção sejam compartilhados. O pagamento, agora, é referente à produção e não mais ao produto final. Na prática, são propostos orçamentos anuais de produção, divididos entre todos os membros da comunidade com pagamentos feitos antecipadamente: “juntos, produtores e membros compartilham o que é naturalmente imprevisível e inevitável sobre o cultivo de alimentos, seja alface danificada por uma chuva de granizo ou litros de molho de tomate cozido” (DELIND; FERGUSON, 1999, p. 191). Trata-se de uma questão central para muitas famílias agricultoras (e pode-se dizer que sua forma de tratamento constitui o ponto mais inovador da iniciativa), pois devido às condições impostas pelo setor varejista, seja na aparência de um produto, seja na flutuação dos preços, na demanda por produtos agrícolas específicos e até mesmo na fidelidade e comprometimento dos consumidores, se estima uma perda média de 30% da produção na agricultura familiar (LAMB, 1994; GODFRAY et al., 2010). Menos expostas às pressões do mercado e às incertezas da comercialização, as CSAs oferecem não só mais segurança aos pequenos produtores (já que seu cultivo está pago antecipadamente), mas também proporciona liberdade para inovações nas práticas de produção agrícola, como os policultivos ou sistemas agroflorestais (VOLS et. al., 2016). Uma vez que a prática seja de

27 Tradução da autora.

28 Tradução da autora.

interesse da comunidade, esta última deve assumir os riscos da implementação do novo modelo produtivo.

Um dos conceitos chave situado no coração deste novo movimento é a visão econômica de Rudolf Steiner²⁹ (1861-1925), resumida na concepção de “economia associativa”. Para este filósofo, a economia é uma ciência prática e ética (BUDD, 2012), um organismo vivo. Está em constante movimento e seus processos deveriam, consequentemente, ser pensados “desde dentro”, já que nos encontramos inseridos neles (STEINER, 2006).

Steiner apresenta um rechaço com relação às duas formas de poder e controle majoritariamente postuladas em seu momento histórico. Não aceita o discurso liberal de auto-regulação do mercado e da livre concorrência; tampouco se identifica com o horizonte ‘estadocêntrico’, onde a economia seria regulada por uma figura central e soberana manifesta por meio do Estado, o que classifica como ‘tirania’. Como resolução a este ‘dilema’, apresenta as associações, organismos com ‘senso de comunidade’ onde se reuniriam em um mesmo espaço deliberativo produtores, consumidores e comerciantes, decidindo local e horizontalmente sobre os rumos do processo econômico no qual estão inseridos a partir de uma visão totalizante (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014, p. 5).

Nesta lógica, Lamb (1994) afirma que a CSA pode se tornar a base para um novo modelo econômico associativo, ao colocar a agricultura fora da perspectiva do mercado atual, centralizando suas ações na colaboração conjunta, de forma consciente, a respeito do que deveria ser produzido e quanto, ao contrário da lógica de produzir simplesmente para gerar lucro. Na economia associativa, o que move as ações econômicas é a satisfação das necessidades de todas as pessoas envolvidas. Desta forma, “a atitude principal é o esforço por aprender as necessidades reais dos parceiros e a forma como melhor atendê-las” (GROH; MCFADDEN, 1997, p. 35)³⁰, e não mais nosso interesse individual. Para Steiner (2006), esta lógica solidária é a economia verdadeira, é a única economia possível.

Segundo Lamb (2010), uma das razões mais importantes de considerar as ideias de Steiner para refletir sobre as questões sociais da atualidade é que elas levam em consideração tanto a dimensão espiritual do ser humano, como sua vida em sociedade e o mundo natural. Satish Kumar, ativista indiano e co-fundador da *Schumacher College*, resumiu esta ideia no

29 Entre 24 de julho e 6 de agosto de 1922, o filósofo e pensador austríaco Rudolf Steiner proferiu 14 conferências em Dornach (Suíça) onde expôs a base de seu pensamento econômico, analisando a conjuntura global e o histórico desta ciência, bem como apontando perspectivas e caminhos possíveis para a superação dos principais dilemas contemporâneos, reunidos na obra intitulada *Economia Viva: o mundo como organismo econômico único* (2006). Neste livro, está contida a base conceitual das teorias de Steiner sobre a configuração econômica mundial; seu desacordo com as teorias econômicas em voga na época; e também proposições concretas no sentido de reorganizar a economia humana a partir de outros parâmetros.

30 Tradução da autora.

nexus: *Soil, Soul, Society*³¹ (Solo, Alma, Sociedade). A propósito, Susan Witt³², diretora do *New Economics Institute*, afirma:

é nossa responsabilidade – nossa tarefa espiritual, por assim dizer – criar um sistema econômico que incorpora nossas mais elevadas ideias como seres humanos, que constrói comunidade, promove a saúde ecológica, cria beleza, fornece sustentabilidade e encoraja a reciprocidade.

Pode-se dizer, assim, que para estes autores, ter em consideração princípios justos de um mundo inspirado (dimensão espiritual, alma), de um mundo cívico (sociedade, comunidade) e de um mundo verde (solo, mundo natural, saúde ecológica) constitui uma chave importante na busca por novos sistemas socioeconômicos. Trata-se assim de superar as limitações de uma sociedade legitimada por características de justiça de um mundo industrial e mercantil.

3.1. De onde vem e para onde vai

Ao redor do mundo todo, em países tão diversos como os Estados Unidos, Japão, França, China ou Mali, pessoas que cultivam e pessoas que comem estão formando comunidades em torno de alimentos cultivados localmente. Agricultura Apoiada pela Comunidade (CSA), Teikei, AMAP, Reciproco, ASC - os nomes podem ser diferentes, mas a essência é a mesma. Cidadãos ativos estão se comprometendo com as fazendas locais para compartilhar os riscos e a generosidade da agricultura ecológica. Um século de “desenvolvimento” rompeu a conexão entre as pessoas e a terra onde a comida é cultivada e em muitos países, norte e sul, algumas décadas de livre comércio levaram as fazendas em escala familiar ao ponto do desespero. Uma longa série de escândalos alimentares - doenças causadas por patógenos de origem alimentar, leite e outros produtos contaminados com OGMs e poluentes químicos - levaram a uma crise de confiança em alimentos importados de fazendas industriais. A CSA oferece um retorno à integralidade, à saúde e à viabilidade econômica (HENDERSON, 2010³³).

A origem da CSA não pode ser atribuída a uma única pessoa ou uma iniciativa concreta. Não teve um “começo”, que logo se desdobrou nas demais iniciativas ao redor do mundo. Mais bem nos parece um “momento histórico”, que impulsionou consumidores e produtores a se juntarem em busca de soluções aos problemas que emergiam da agricultura industrial. Mark Paul (2015), do Departamento de Economia da Universidade de Massachusetts, afirma que a CSA surgiu, inclusive, em parte por um “fracasso” do movimento de agricultura orgânica.

31 Satish Kumar é editor da revista *Resurgence*, onde é possível encontrar muitos de seus livros e artigos sobre ecologia e educação. *Soil, Soul, Society* é seu mais recente trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSLUd0veioU>

32 Texto disponível em: <http://www.centerforneweconomics.org/content/economics-embodiment-our-highest-ideals>. Último acesso em out. de 2018.

33 Texto disponível em: <http://urgenci.net/csa-history/>. Último acesso em out. de 2018. Tradução da autora.

Na medida em que o movimento orgânico foi sequestrado pela agricultura industrial, a pressão política aumentou no intuito de enfraquecer os métodos de produção necessários para a certificação orgânica, e o orgânico tornou-se simplesmente outra forma de agricultura convencional orientada para o lucro. Por sua vez, a CSA faz parte de uma segunda geração de repostas à dominação do sistema industrial de alimentos, fornecendo um modelo que seus defensores esperam que irão redefinir as relações entre agricultores e membros³⁴ (PAUL, 2015, p. 2).

Neste mesmo sentido, Martins (2017) estima que, apesar de inegável o papel e influência do movimento da agricultura orgânica, este último foi cooptado como um segmento de mercado pelos canais da agricultura empresarial.

O processo de cooptação de sua crítica social se fez possível, em grande medida, pela afirmação de um novo ator nas regras do jogo do terceiro regime agroalimentar: o grande distribuidor dos hipermercados, consolidados na crescente modernização e transnacionalização do varejo (MARTINS, 2017, p.66).

Para Schrank e Running (2008), o aumento da presença de produtos orgânicos em grandes redes de supermercados nos Estados Unidos também trouxe uma confusão aos consumidores sobre o que significava os rótulos “orgânico” e “natural”. Segundo estes autores, muitos americanos não sabem os requisitos necessários para que um produto receba o selo de orgânico, ou mesmo a diferença entre “orgânico” e “local”. Assim, as iniciativas de conexão de consumidores e agricultores “sufocam as incertezas e promovem confiança no valor do produto” (SCHRANK; RUNNING, 2008, p. 186).

As primeiras experiências de parceria, que se tem registro, entre consumidores e produtores de alimento nos tempos modernos ocorreram no Japão, entre 1960 e 70. Conhecido como movimento Teikei, palavra japonesa para cooperação, segundo Van En (2007, p. xvi), seus membros consideram que a melhor tradução filosófica para a palavra é “alimentos com o rosto dos agricultores”. Sua origem está vinculada às críticas contra a modernização agrícola, promovida pelo governo japonês no início da década de 60, que disseminou o uso de pesticidas de forma massiva no campo, seguindo os moldes da Revolução Verde que se expandia no mundo.

No final desta década, crescia o número de pessoas preocupadas com os efeitos do uso destes agrotóxicos na saúde. Alguns episódios marcantes, como a contaminação de mercúrio nos alimentos (conhecido como o desastre de Minamata), as notícias de que cientistas haviam detectado resíduos de Bifenilos Policlorados (PCB) no leite materno e o reconhecimento do governo, ao banir o uso de DDT e BHC, dos efeitos nocivos de algumas substâncias,

34 Tradução da autora.

aumentaram significativamente as discussões em torno da segurança alimentar no país (KONDOH, 2015). Porém, com a mudança do modelo de produção agrícola, encontrar alimentos livres de substâncias químicas sintéticas no mercado era praticamente impossível neste momento. Diante desta situação, um grupo de consumidores decide montar um clube de compras que estabeleceria contato direto com produtores.

O primeiro produto adquirido por este clube foi leite e, rapidamente, o movimento se espalhou. No final da década de 60, já existiam 8 cooperativas de produtores que entregavam leite fresco diretamente aos consumidores e uma média de 30.000 famílias participando destes clubes (KONDOH, 2015). Alguns destes grupos passaram a buscar produtos orgânicos também. Em 1972, um grupo de mulheres residente nos subúrbios de Tóquio, na busca por produtores orgânicos, organiza uma visita a pequenos produtores da região. Já neste primeiro contato propõem a estes agricultores uma parceria de compra e venda de produtos que fossem produzidos de forma “limpa”. Apesar de inseguros quanto à proposta (nenhum deles produzia de forma orgânica), 17 agricultores aceitam o desafio de modificar sua forma de plantio. Segundo Kondoh (2015, p. 145), “este ato não planejado, estimulado pela busca urgente dos consumidores por comida segura, foi o começo de umas das parcerias Teikei”³⁵.

Importante ressaltar aqui que este grupo ofereceu 3 condições aos produtores que os convenceram a estabelecer este novo modelo de relação. As precursoras da iniciativa se comprometeram a comprar todo o volume de produção; a fornecer mão de obra para auxiliar os agricultores e; a aceitar a definição, por parte destes últimos, dos preços necessários para viabilizar a produção como um todo (KONDOH, 2015). Esta relação tinha como princípio o compromisso mútuo, onde elas ofereciam o pagamento adiantado com a promessa de que estes produtos fossem produzidos de forma orgânica. Segundo Henderson (2010), “inicialmente, muitos japoneses adeptos da agricultura orgânica consideraram a Teikei como a única forma válida de conectar as fazendas e seus clientes”³⁶.

Concomitantemente, em 1971, motivados pelas discussões em torno da segurança alimentar, cientistas e estudiosos formam a Associação de Agricultura Orgânica do Japão (*Japan Organic Agriculture Association – JOAA*). Esta associação, liderada por Teruo Ichiraku, promoveu e disseminou informações sobre a agricultura orgânica através de seminários, oficinas e encontros anuais. Também se tornou um local de encontro entre produtores orgânicos que podiam, assim, compartilhar suas experiências. Para além das funções de ordem mais prática, a JOAA se tornou o pilar filosófico da agricultura orgânica e das Teikeis

35 Tradução da autora.

36 Tradução da autora.

no Japão (KONDOH, 2015). Em 1978, a associação reúne os 10 princípios do movimento Teikei que se tornam, até os dias atuais, referência para as iniciativas de CSAs no mundo todo. De acordo com estes princípios, as relações entre consumidores e produtores deveriam ser caracterizadas por: (1) assistência mútua; (2) planejamento de plantio de forma conjunta; (3) aceitação de todos os produtos pelos consumidores; (4) estabelecimento de preços levando em consideração os benefícios mútuos; (5) fortalecimento de relações de amizade, esforçando-se para criar uma relação de entendimento, respeito e confiança mútua; (6) auto distribuição, organizada de forma a aumentar a interação de produtores e consumidores; (7) gestão democrática; (8) destaque nos processos de aprendizagem entre os grupos; (9) manutenção de um número apropriado para viabilizar a produção orgânica e a organização do grupo; e (10) manter um desenvolvimento estável em direção aos objetivos da Teikei.

Em 1978, surge, na Suíça, *Les Jardins de Cocagne*, uma organização extraordinariamente similar às Teikeis, apesar de não terem uma relação direta com a iniciativa japonesa. De acordo com Henderson (2010), seus fundadores estavam inspirados pelos movimentos de cooperativas e fazendas coletivas no Chile durante o governo de Allende (1970 - 1973), assim como no movimento camponês da França. No seu primeiro ano de funcionamento havia 50 membros comprometidos e tudo o que tiravam da terra eram nabos. Em funcionamento até os dias de hoje, *Les Jardins de Cocagne* conta, atualmente, com 400 famílias que além da cota mensal trabalham um mínimo de 4 meio-períodos na fazenda ao ano. Aqueles que não conseguem trabalhar no campo pagam uma quantia adicional por cada dia que não comparecem. Na Alemanha, inspirada pelo pensamento filosófico de Rudolf Steiner, a fazenda comunitária *Buschberghof* é implantada em 1968. Neste ano, Carl-August Loss, Trauger e Hans Groh, no intuito de eliminar os privilégios da propriedade privada, convertem a fazenda em uma *Community Land Trust*³⁷, onde qualquer grupo que quisesse desenvolver projetos de agricultura biodinâmica teria acesso à terra (PEREZ; BROWN; MILES, 2005). Foi em 1988, a partir de trocas constantes com a *Temple Wilton Community Farm*, uma das primeiras CSAs (sob esta sigla) criada por Trauger Groh (que se encontrava nos Estados Unidos desde 1984), que a fazenda *Buschberghof* decide adotar o sistema das Comunidades que Sustentam a Agricultura. Neste momento, metade da produção era destinada à comunidade, que contava com 40 famílias coprodutoras. Após um ano de experiência bem-sucedida com a CSA, a fazenda interrompe as vendas independentes e convida seus clientes a participarem da

37 Para maiores informações ver <https://www.uk.coop/sites/default/files/uploads/attachments/simply-legal-final-september-2017.pdf> página 42.

comunidade. Desde então, *Buschberghof* se tornou uma referência para outras CSAs na Europa, sendo 100% sustentada pela comunidade. Diferente de muitas CSAs que somente produzem hortifrúti, aqui os membros da comunidade recebem tudo o que uma fazenda é capaz de produzir: carnes, aves, ovos, frutas, legumes, verduras, pães, leite e derivados. O orçamento anual da fazenda (no ano de 2009, estimado em 330.000 euros) é compartilhado com todos os membros da comunidade e cada família contribui com aquilo que pode para alcançar o valor necessário³⁸ (STRANZ, 2009).

As primeiras fazendas comunitárias nos Estados Unidos, sob a sigla CSA, surgem em 1985, a partir de dois agricultores biodinâmicos, o suíço Jan Vandertuin e o alemão Trauger Groh (já mencionado anteriormente), ambos inspirados em experiências desta natureza vividas em seus países de origem e nos conceitos antroposóficos propostos por Steiner. Em terras norte americanas, Vandertuin encontra Robyn Van En (agricultora da *Indian Line Farm*, em Massachusetts) e Susan Witt (diretora da *E. F. Schumacher Society*). Juntos, integram as ideias de Schumacher³⁹ e de Steiner no desenvolvimento da CSA (PEREZ; BROWN; MILES, 2005). Van En se torna a principal entusiasta deste novo modelo, disseminando a ideia em conferências de agricultura biodinâmica e conversando pessoalmente com agricultores orgânicos (HENDERSON, 2010). Já nos primeiros 5 anos, mais de 60 iniciativas de CSA são estabelecidas no país (GROH; MCFADDEN, 1997. p. xv) e hoje se estima a existência de mais de 6.500 grupos⁴⁰, o maior deles com um número aproximado de 3.000 cotas na região da Filadélfia⁴¹.

Além de uma grande diferença de número de membros, as CSAs possuem também várias formas de participação. Existem desde grupos que demandam que todos os membros trabalhem algumas horas na horta como parte do pagamento das cotas, como o caso da *Fair Share Farm*, ou grupos onde seus membros devem ir pessoalmente colher os alimentos em dias determinados, como o caso da *Quail Hill Farm*, até aqueles onde as cotas variam de acordo

38 Este modelo de pagamento de cotas, conhecido como *sliding scale share*, será explicado com mais detalhes ao longo do texto.

39 E. F. Schumacker foi um economista que procurou apontar os erros e incoerências do modelo econômico tradicional. Sua principal obra, *Small is Beautiful: a Study of Economics as if People Mattered*, destaca a necessidade de uma revisão sobre o conceito de desenvolvimento econômico sob novas bases, trazendo soluções baseadas em descentralização, tratamento dos recursos naturais e adequação das tecnologias.

40 É difícil definir quantas CSAs existem atualmente nos Estados Unidos e no mundo, Steven MacFadden em seu artigo *Unraveling the CSA Number Conundrum*, define este número a partir de conversas com Erin Barnett da LocalHarvest (um dos sites mais importantes de localização de CSAs, mercados locais e fazendas orgânicas), Elizabeth Henderson, autora de livros sobre CSA, e Jill Auburn da USDA (Departamento de Agricultura do Estados Unidos). Disponível em: <https://thecalloftheland.wordpress.com/2012/01/09/unraveling-the-csa-number-conundrum/> Último acesso em out. de 2018.

41 Dado apresentado no site: <http://www.honeybrookorganicfarm.com/about> , último acesso no dia 17/05/2018.

com o poder aquisitivo de seus membros, chamada de *sliding scale share*, como o caso da *West Haven Farm*. Ao longo deste processo foram categorizados quatro modelos diferentes de CSAs, que levam em consideração: o número de fazendas/produtores envolvidos; nível de participação dos membros e o nível de confiança econômica (avaliado pelo pagamento de cotas mensais, semestrais ou anuais). Cada um destes critérios pode variar de acordo com o grupo, já que não se trata de um produto final, mas do desenvolvimento de um novo sistema alimentar local (BASHFORD et al., 2013). A principal característica de cada modelo está relacionada com quem organiza a comunidade:

Farmer-driven: sistema organizado pela família agricultora, no qual os membros subscrevem financeiramente para receber as cotas semanais (que podem ser cestas fechadas, colheita direta, entre outros), com pouco envolvimento além deste mínimo. Trata-se de caso muito comum atualmente nos Estados Unidos.

Community/consumer-driven: os consumidores participam e até podem coordenar a gestão da CSA, trabalhando bem próximo ao produtor. O nível de envolvimento dos membros pode variar de acordo com as regras de cada grupo, sendo comum a formação de um *core group*. Foi o primeiro modelo de CSA nascido nos Estados Unidos e o mais comum aqui no Brasil.

Farmer co-operative: sistema organizado por duas ou mais fazendas que trabalham em cooperação para fornecer uma grande variedade de alimentos à comunidade. Trata-se de caso muito comum na França.

Farmer-consumer co-operative: como no caso anterior, famílias agricultoras formam redes cooperativas para oferecer grande variedade de produtos à comunidade. Porém, o comprometimento dos membros consumidores aqui é maior. Estes últimos podem possuir conjuntamente uma propriedade e outros recursos com os agricultores, trabalhando na terra e na distribuição dos alimentos. *Stroud Food Hub*, na Inglaterra, foi pioneira neste modelo de CSA onde membros consumidores e produtores são proprietários de uma área agrícola.

Existe de fato uma variedade grande de CSAs no mundo. Esta multiplicidade está baseada em especificidades agrícolas, sociais, econômicas e ambientais de cada região. Porém, segundo Bashford et al. (2013), após o Primeiro Simpósio Internacional de CSA na França, foi possível constatar que todas compartilham de 4 princípios fundamentais comum:

Parceria: A CSA é baseada numa parceria, geralmente formalizada como um contrato individual entre cada consumidor e o produtor. Caracterizado por um compromisso mútuo de suprir uns aos outros (com dinheiro e comida) durante um período de tempo prolongado, para além de qualquer ato de troca isolado. Os contratos, orais ou escritos, duram por vários meses, uma estação ou um ano.

Local: As CSAs são parte de uma abordagem ativa de re-localização da economia. Porém local no movimento CSA não se restringe a um significado geográfico. A ideia é que os produtores devem estar bem integrados com seus entornos: seu trabalho deve beneficiar as comunidades que os apoiam.

Solidariedade: As CSAs são baseadas na solidariedade entre produtores e grupos de apoio, e envolve: partilhar os riscos e os benefícios de uma produção saudável, adaptada ao ritmo natural das estações e respeitosa com o ambiente, sua herança natural e cultural e a saúde. Pagar um preço suficientemente justo em adiantado, para permitir que as famílias agricultoras possam manter suas fazendas e viver de forma digna.

O tandem⁴² produtor/consumidor: baseia-se no contato direto e na confiança de pessoa a pessoa, sem intermediários ou hierarquia⁴³ (BASHFORD et al., 2013, p. 6-7)

Apesar de relativamente recente, esta modalidade de parceria entre sujeitos que consomem e que produzem cresce mundialmente de forma exponencial. Jocelyn Parot (2014), em trabalho realizado para Urgenci, a Rede Internacional das Comunidades de Suporte a Agricultura, estimou, ainda que com dados incompletos, a existência de 13.779 fazendas ao redor do mundo que funcionavam no modelo da CSA em 2014, com mais de um milhão de consumidores. Exatamente por seu caráter autônomo e dinâmico, existe uma grande dificuldade em determinar o número preciso de iniciativas desta natureza no mundo. Parot (2014) afirma que a primeira dificuldade reside na multiplicidade de modelos e, portanto, em estabelecer uma definição clara sobre o que é uma CSA.

Alguns autores afirmam que muitas CSAs, principalmente nos Estados Unidos, vêm alterando sua forma de funcionamento, em especial as que são iniciadas e geridas pelas famílias agricultoras (*farmer-driven*), para aumentar a aceitação dos consumidores (PEREZ; BROWN; MILES, 2005). Assim, desenvolveram novas modalidades de adesão à comunidade com as *subscription CSA*, onde membros “assinam” para receber cestas que variam desde uma semana somente, a um mês ou até um ano. O comprometimento de divisão de riscos aqui é quase nulo e muitas fazendas acabam complementando as cestas com itens de outros agricultores para manter a variedade e atratividade para seus consumidores. Outra modalidade é a *box-scheme* (sistema de caixas), que segundo Perez, Brown e Miles (2005) nem deveria ser chamada de CSA, já que são lojas que montam cestas a partir de seus produtos, usando o conceito de CSA como uma estratégia de marketing.

Outro fator relacionado à dificuldade em estabelecer uma definição precisa de CSA é que diferentes fontes de informação indicam números diferentes de iniciativas desta natureza,

42 Tandem: palavra com raiz etimológica no latim, se refere à união ou trabalho conjunto de dois componentes que resulta complementar. As unidades que compõem um tandem colaboram entre si com um único fim. Atualmente utilizada para designar uma bicicleta usada por duas pessoas simultaneamente, que pedalam rumo a um destino comum de forma rápida, ecológica e barata.

43 Tradução da autora.

como no caso dos Estados Unidos. Neste país, um dos maiores *websites* de busca por comida local, *LocalHarvest*, apresenta números muito diferentes relativos à CSA do que aqueles do censo realizado pela USDA (*United States Department of Agriculture*). Segundo Galt (2011), esta diferença pode ocorrer devido à forma como estes dados foram coletados, sugerindo que no caso da USDA houve uma superestimação deste número, pois o questionário não incluía uma definição de CSA. Na França não foi diferente: a Miramap (Mouvement Inter-régional des AMAP), a rede francesa das iniciativas das Amaps, publicou dados bem distintos daqueles mostrados pela ADEME, a Agência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Energia (PAROT, 2014). Ainda assim, apesar desta dificuldade de estabelecer números exatos, é possível observar que o movimento é ascendente e a cada dia novas comunidades são formadas.

Figura 2 - Disseminação das CSA de 1980 a 2015 na Europa.
Fonte: Overview of CSA in Europe, 2016

Um estudo realizado pela USDA⁴⁴ (*United States Department of Agriculture*) nos Estados Unidos em 2015, estimou que as CSAs no país movimentavam cerca de US\$ 226 milhões de dólares, correspondendo a 7% das vendas diretas de produtores a consumidores locais. Tal dimensão nos mostra o impacto econômico que este movimento vem paulatinamente gerando. Também na América do Norte, devido a mais de 30 anos de implementação deste modelo, muitos estudos acadêmicos foram desenvolvidos. Somente no Scopus, considerada uma das maiores bases de dados de citações e revisão de literatura, foram listados 132 artigos publicados onde CSA aparece no título, ou no resumo, ou como palavra-chave somente nos Estados Unidos (em um total de 246 artigos listados nesta plataforma sob este mesmo critério

44 Disponível

em:

https://www.agcensus.usda.gov/Publications/2012/Online_Resources/Highlights/Local_Food/LocalFoodsMarketingPractices_Highlights.pdf, último acesso em maio de 2018.

de busca). Estes números nos revelam sua relevância e o crescente interesse da ciência por este novo modelo de relação.

3.2. A CSA na prática (como idealizada por seus fundadores)

Em termos mais claros, a Agricultura Apoiada pela Comunidade (CSA) é uma organização comunitária de produtores e consumidores. Os consumidores concordam em fornecer apoio direto e em adiantado aos produtores locais que produzirão seus alimentos. Os produtores concordam em fazer o melhor para fornecer uma quantidade de alimentos suficiente e de qualidade para atender às necessidades e expectativas dos consumidores. Dentro deste acordo geral de economia associativa há espaço para muita variação, dependendo dos recursos e desejos dos participantes⁴⁵ (GROH; MCFADDEN, 1997, p. 225).

Henderson (2007, p. 29) compara a formação de uma CSA com o processo de nascimento de um bebê, onde você “libera forças sociais e biológicas que podem te levar em direções que você nunca imaginou”⁴⁶. Como mencionado anteriormente, não há um modelo único de CSA e nem uma receita fixa para a criação e funcionamento da comunidade: assim, cada nascimento é único. Porém, é possível, através das diferentes histórias compartilhadas e dos manuais que surgiram nos últimos anos explicando o passo a passo de uma comunidade de sustento agrícola, reconhecer elementos comuns destas iniciativas que podem caracterizar uma CSA.

O início deste movimento parte do desejo fecundo, ou por parte dos consumidores, ou por partes dos agricultores, de criar uma nova forma de cultivar e adquirir alimentos. Jean Yeager (apud GROH; MCFADDEN, 1997), editor do jornal da Associação Biodinâmica nos Estados Unidos, compara a CSA a uma polis paralela. Tecendo referências a uma série de ensaios intitulada *Living in Truth* de Vaclav Havel, antigo presidente da Checoslováquia, o autor considera que:

embora possa haver um *status quo* poderoso em qualquer setor da sociedade, também pode haver um grupo de pessoas inseridas nesse *status quo* que aderem a outros valores e outras atividades - uma polis paralela. É o que a CSA é agora, observa Yeager, um sistema alimentar paralelo ao *status quo* da agricultura industrial⁴⁷ (GROH; MCFADDEN, 1997, p. 70).

45 Tradução da autora.

46 Tradução da autora.

47 Tradução da autora.

Assim, o primeiro passo prático é encontrar membros em potencial para formar a CSA. Desta forma, encontros, seminários e palestras são organizados para sensibilizar futuros coagricultores (como são assim chamados os membros da comunidade) e produtores.

Os participantes de um sistema de Agricultura Apoiada pela Comunidade se autodenominam membros ou coagricultores. Recusam a usual designação produtor/consumidor por compreenderem que cada produtor é também um consumidor de sua produção e que cada consumidor, por sua vez, deve ser um coprodutor, já que participa ativamente em diferentes momentos do ciclo produtivo, desde o planejamento do que será cultivado, até os melhores métodos de encaminhamento do manejo, auxiliando ainda, na logística da distribuição da produção, e nas atividades de sementeira, colheita e reflorestamento, individualmente ou em sistemas de mutirão (MARTINS, 2017, p. 231/232).

Segundo o manual organizado pela *Soil Association - A share in the harvest: an action manual for community supported agriculture*⁴⁸ - na Inglaterra, estes encontros precisam, além de sensibilizar as pessoas para as questões da agricultura industrial, levantar as motivações de todos os envolvidos para formar uma CSA. Aqui, a busca por comida local não deve ser a única motivação, já que outros projetos cooperativos exigem menos comprometimento que uma CSA. Para a associação, as comunidades de apoio à agricultura estabelecem uma relação de suporte mútuo que exige comprometimento e pode ser trabalhoso para quem organiza. Assim, alguns elementos essenciais para a formação de uma CSA são: a presença de um grupo ou indivíduo capaz de motivar os outros membros da comunidade; uma agricultora ou agricultor capacitado e disposto a compartilhar responsabilidades e escolhas com o público; consumidores informados e uma terra acessível.

Uma vez definido pelo grupo que a CSA é o modelo adequado e desejado, é preciso determinar um *core group*, ou seja, um núcleo de pessoas que estarão discutindo, viabilizando, organizando os detalhes de funcionamento da comunidade. Neste “núcleo duro”, é recomendada a participação de membros da comunidade que consomem e que produzem. Algumas atividades realizadas por este grupo podem incluir: planejamento da produção (selecionando os cultivos junto ao produtor, levando em consideração sazonalidade, tipo de clima e solo local, experiência de manejo e desejo de consumo da comunidade); organização financeira (recebimento dos pagamentos, repasses, planilhas de prestação de contas); coordenação da distribuição; comunicação (através de jornais, e-mail, mídias sociais, página

48 Disponível em: <http://www.lansstyrelsen.se/vastragotaland/SiteCollectionDocuments/Sv/om-lansstyrelsen/vart-uppdrag/projekt/andelsjordbruk/a-share-in-the-harvest.pdf>. Último acesso em out. de 2018.

web), realização de eventos especiais (visitas de campo, mutirões, celebrações, encontros, oficinas, assembleias), entre outras.

Sendo uma comunidade que financia a produção desde o início, seu próximo passo (e para muitas famílias agricultoras um grande desafio) é definir o orçamento anual e o valor das cotas. Como afirma Henderson (2007, p. 115), “como definir um preço justo para as cotas é uma das questões mais confusas para os agricultores da CSA⁴⁹”. Segundo a *Soil Association* (p. 42), “estabelecer preços baixos para as cotas é a razão mais comum para o fracasso de uma CSA”. Assim, o orçamento anual de produção deve incluir: custos de investimento (arrendamento, equipamento, estrutura, ferramentas, irrigação); custos de mão de obra; custos de produção (sementes, mudas, água, combustível, suprimentos, materiais diversos, energia) e; frete (caso o produtor leve os alimentos para um lugar determinado). Para muitos agricultores, definir estes valores não é tarefa fácil, já que muitos deles não fazem um acompanhamento rigoroso de seus gastos. Como afirma um agricultor de CSA, “eu não consigo ficar anotando, eu não consigo. É o que eu falei, o dia que eu não conseguir mais pagar minhas contas, vou falar, ‘tem alguma coisa errada’ e eu vou achar um jeito” (entrevista nº 9). Assim, muitas CSAs adotam referências do mercado para chegar ao valor das cotas num primeiro momento. Neste caso, uma possibilidade é “montar a cesta” semanal de acordo com os valores pagos em feiras agroecológicas ou mercados de orgânicos (por exemplo, se na cesta semanal são incluídos 2 folhosas, 2 raízes, 2 frutos e 1 tempero, quanto custam em média estes produtos?). Ao longo do funcionamento da comunidade, os valores referentes à produção são anotados para que, após um ciclo completo, seja possível definir o custo real do sistema pela comunidade.

Uma vez definido o orçamento se estipula o valor das cotas. Muitas CSAs dividem o total previsto para a produção pelo número de membros da comunidade. Outras CSAs estimam o valor que uma família normalmente gasta em legumes e verduras e dividem o orçamento por este valor, chegando então em um número apropriado de membros para cobrir os gastos de produção (por exemplo, se o custo mensal é R\$ 10.000,00⁵⁰ e uma família gasta aproximadamente R\$ 200,00 por mês, serão necessárias 50 famílias coagricultoras para sustentar esta CSA). No intuito de incluir membros com diferentes rendas, algumas comunidades adotam práticas como a *sliding scale share*. Neste caso, o orçamento total é compartilhado e os membros da comunidade indicam o valor que podem pagar para alcançá-lo. Se em uma primeira rodada o valor total das despesas previstas não é atingido, ocorre uma segunda rodada e os membros são convidados a aumentarem sua contribuição até cobrir todas

49 Tradução da autora.

50 Valores totalmente fictícios para ajudar no entendimento.

as despesas do orçamento, ou este último é ajustado para atender a capacidade de pagamento da comunidade (HENDERSON, 2007). Outras propostas para incluir a diversidade econômica dos membros da CSA sugeridas pela *Soil Association* são: oferecer cotas reduzidas e/ou gratuitas, dividindo este valor pelos outros membros da comunidade ou recebendo doações de organizações que ajudam pessoas em vulnerabilidade econômica; utilizar uma porcentagem do fundo de reserva (arrecadado junto com as cotas) para ser usado como auxílio para membros de baixa renda; permitir que membros trabalhem em troca da cota, parcial ou total, seja no organismo agrícola ou em tarefas administrativas.

Cada CSA pode adotar a forma de pagamento destas cotas como melhor convém à comunidade. Em sua proposta original, os membros deveriam contribuir com uma cota correspondente a um ciclo produtivo completo (normalmente 1 ano). Porém, para muitos membros, este valor é alto e muitas CSAs dividiram o orçamento em cotas semestrais, trimestrais e até mensais. No Brasil, o mais comum é encontrar CSAs com cotas mensais devido à realidade econômica de nosso país. Contudo, o pagamento mensal abre espaço para uma diminuição no comprometimento dos membros em permanecer durante todo o ciclo produtivo, aumentando a rotatividade e, assim, a vulnerabilidade da iniciativa. Em uma roda de conversa, com agricultores de uma CSA brasileira, sobre os desafios de participar da comunidade foi destacado o compromisso:

Que as pessoas cumpram o compromisso do tempo estabelecido. Eu não faço nem questão, quando fala ‘eu to querendo sair’ eu falo, “sai logo”, mas pra mim é um prejuízo bem grande porque eu fico na mão até o final do ciclo (roda de conversa nº 1).

A forma como os alimentos chegam do campo às mesas em uma CSA também varia nas diferentes comunidades. A distribuição é a grande oportunidade de interação semanal entre membros e agricultores e será determinada de acordo com o contexto local (localização da área de produção, transporte disponível, nível de participação da comunidade, local para armazenamento). O modelo mais comum de distribuição de alimentos na CSA são os locais urbanos de retirada, chamados de depósitos ou pontos de convivência (que podem ser desde a garagem de um membro da comunidade, escolas, lojas, galpões, centros comunitários, ONG, etc.). Aqui o agricultor leva em um dia e horário determinado os alimentos para a cidade, podendo ser tanto separados por cestas ou organizados em caixas maiores com as informações da quantidade que cada membro pode retirar.

CSA São Carlos 2014 – separação das cestas

CSA SC 2018 – membros montam suas próprias cestas

Algumas CSAs adotam a proposta da coleta de alimentos na própria área de produção, assumindo que seus membros vivem próximos. No Brasil, a CSA Demétria, em Botucatu, e a CSA Aldeia do Altiplano, em Brasília, são exemplos deste modelo de distribuição. Em ambos casos os agricultores colhem os alimentos e os disponibilizam em grandes mesas, anotando em um quadro negro a quantidade equivalente de cada cota.

CSA Demétria

CSA Aldeia Altiplano

Existem comunidades que vão além e os membros colhem seus alimentos (*pick-your-own shares*) em um dia determinado, como no caso da *Honey Brook Organic Farm* nos Estados Unidos. Estes casos exigem ainda maior logística na comunicação, com encontros entre agricultores e membros explicando a dinâmica de colheita, informativos seja na página web da comunidade ou impressos e placas informativas ao longo da horta com o que está disponível para colher. Também exige mais estrutura para receber os membros na área de produção, com estacionamento e locais para lavar tanto os alimentos recém retirados da terra, como calçados e utensílios (normalmente uma faca pequena e luvas) (HENDERSON, 2007). No Brasil, aparentemente, não temos esta modalidade de distribuição.

E, finalmente, algumas CSAs também adotam métodos de entrega a domicílio para facilitar a participação de membros com dificuldades de se deslocar até o local de retirada. Apesar de pouco recomendado por diminuir a participação e interações entre os membros, muitas CSAs acabam incluindo esta opção por entenderem que tal facilidade é uma necessidade eminente em uma sociedade cada vez mais ocupada. Estas entregas muitas vezes são realizadas pelos próprios agricultores, ou a comunidade articula parcerias com empreendimentos locais. Em São Carlos, por exemplo, no período da pesquisa, a comunidade possuía uma parceria com um empreendimento de economia solidária de entregas de bicicleta, o Pedal Solidário⁵¹.

No que tange às estruturas legais das comunidades, muitas CSAs preferem manter acordos informais entre seus membros, especialmente em projetos pequenos. Muitas vezes, um pequeno contrato escrito basta para simbolizar o comprometimento estabelecido entre as partes. Segundo o levantamento realizado pelo grupo de pesquisa sobre CSA da Urgenci (VOLZ et al., 2016), metade das CSAs europeias funcionava com acordos informais e as que se estabeleciam legalmente escolhiam o formato de cooperativas ou de empresas de interesse comunitário (*Community Interest Companies* - CIC⁵²). Nos anexos, apresentamos um modelo de contrato oferecido pela CSA Brasil no curso de formação.

Mesmo a questão da certificação orgânica ainda é “polêmica” em torno das CSAs. Muito tem sido discutido sobre a real necessidade de um reconhecimento institucional quando as comunidades são baseadas na confiança mútua. As certificações por auditoria, apesar de aumentar a credibilidade da produção, em especial para novos membros, são extremamente custosas para o produtor. Em 2015, segundo VOLZ et al. (2016), apesar da grande maioria das CSAs distribuírem produtos orgânicos (ou em processo de transição), uma boa parte delas, 41% das comunidades que responderam à pesquisa não eram certificadas. No Brasil, além do selo institucional orgânico certificado por auditoria, existem o reconhecimento orgânico por OCS (Organização de Controle Social) e pelo Sistema Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, mais acessíveis ao pequeno produtor rural. Estes últimos, fundados em relações de confiança, dialogam com os princípios preconizados pelas comunidades de apoio à agricultura.

51 Para saber mais sobre o empreendimento veja artigo: Avanços e dificuldades presentes na constituição de um empreendimento econômico e solidário na periferia da cidade de São Carlos: a experiência “Pedal Solidário”. Disponível em: <http://www.motricidades.org/conference/index.php/cpqmh/7cpqmh/paper/viewFile/106/282> Último acesso em out. de 2018.

52 Para maiores informações acessar <https://www.uk.coop/sites/default/files/uploads/attachments/simply-legal-final-september-2017.pdf>, página 26.

3.3. A CSA no Brasil

A CSA no Brasil pode ser considerada ainda um projeto bastante recente, tanto que existem pouquíssimos documentos sobre sua origem exata. Pode-se afirmar que seu início esteve vinculado com as associações biodinâmicas, ou pessoas que tiveram sua formação nesta escola do conhecimento. Alguns remetem sua origem a 1997 com a fundação da ADAO (Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica), em Fortaleza, mas que deixou de ser uma CSA ao longo dos anos. Outros dizem que antes da formação desta iniciativa no Ceará já havia ocorrido duas outras tentativas de formação de CSA em Botucatu, no bairro da Demétria e que o próprio surgimento da fazenda Demétria poderia ser considerada a semente deste movimento em terra tupiniquim. Em materiais de divulgação mais recente sobre CSA, é comum encontrar somente referências sobre aquela da Demétria como a primeira do país.

Apesar das incertezas em torno da primeira CSA brasileira, é possível considerar que a ADAO foi, efetivamente, a primeira iniciativa de parceria entre consumidores e produtores de peso no Brasil que se tem registro. Apesar de não levar em seu nome a sigla CSA (assim como não levam esta sigla as AMAPs, as TEIKEIs, mas ainda assim são consideradas parte deste mesmo movimento), a ADAO teve seu funcionamento baseado nos princípios propagados pelas Comunidades que Sustentam a Agricultura por vários anos.

Na constituição da ADAO, em 16 de abril de 1997, a filosofia e as diretrizes da Agricultura Motivada pela Comunidade são adotadas – os 27 sócios-fundadores consumidores indicam uma variedade e quantidade de produtos que gostariam de consumir semanalmente durante um ano, e ProdutorN, com apoio técnico de ConsultorR, agora Diretor Técnico da ADAO, define um orçamento para produzir o solicitado (YAMAMOTO, 2006, p. 69).

Foi este último, o engenheiro agrônomo Richard Charity, quem na época trouxe a ideia da CSA para o Ceará, após um período de formação em agricultura biodinâmica na Inglaterra e a leitura do livro *Farms of tomorrow* de Trauger Groh e Steven McFadden que relata o surgimento e as experiências das CSAs nos Estados Unidos. O crescimento da ADAO foi rápido: em um ano e meio chegou a 120 associados e no final de 1998 já contava com aproximadamente 200 membros coagricultores e 4 produtores. Os estudos de Yamamoto (2006), revelando o histórico da associação até 2006, nos parece riquíssimos para compreender as potencialidades e limitações desta iniciativa e serão abordados posteriormente. Por hora, vale dizer que exatamente este rápido crescimento da ADAO parece ter contribuído para as crises que levaram a associação a deixar de ser uma CSA.

A partir de 2000, após uma forte crise provocada por um excesso de produção, a ADAO passou a adotar estratégias que a distanciaram cada vez mais dos princípios das Comunidades de Suporte à Agricultura. Mais de uma vez foi questionado se a associação ainda seguia os princípios da CSA. Segundo Yamamoto (2006), em 2005, em uma assembleia para discutir os rumos da ADAO (com baixíssima participação dos membros consumidores, 450 neste momento), a associação decide investir ainda mais em crescimento e adota estratégias do mercado convencional, podendo ser considerado um marco do distanciamento total dos moldes preconizados pelas CSAs. Atualmente, a ADAO é uma feira orgânica aberta e conta com nove produtores cadastrados.

Passaram-se mais de cinco anos para que uma nova iniciativa de CSA se estabelecesse no país. Trazendo sua experiência com CSAs na Alemanha, Hermann Pohmann estimula a formação da CSA Demétria, em 2011, no bairro antroposófico de mesmo nome, localizada a 10 quilômetros da cidade de Botucatu. O bairro tem sua origem em 1974, quando dois irmãos compram uma fazenda no local, com o propósito de desenvolver a agricultura biodinâmica e projetos de inovação social através dos conhecimentos da Antroposofia⁵³. O primeiro movimento, aliado a este objetivo, foi retirar da esfera da propriedade privada as terras da Estância Demétria (movimento similar a *Buschberghof* na Alemanha), via Associação Tobias, organização antroposófica que se tornou proprietária deste imóvel. A ideia foi denominada de “neutralização” destas terras. Um grupo de jovens assumiu o dia-a-dia da fazenda e aos poucos novos projetos foram tomando corpo, desdobrando-se no que hoje é o Bairro Demétria. Além da experiência da Estância Demétria em termos de neutralização de terras, ocorreu outra de mesma natureza via Associação Cambará, que se tornou proprietária do sítio Bahia.

Não é de se admirar que um dos desdobramentos dos projetos sociais dentro da Demétria fosse uma CSA. Tanto a fundação do bairro como a formação de uma CSA estão intimamente relacionadas com os princípios estabelecidos por Rudolf Steiner, tendo a agricultura como porta de entrada para o desenvolvimento do ser humano integral. Em uma edição comemorativa de 30 anos da Estância Demétria, publicado em outubro de 2004, na VI Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica, Ronald Lempek, agricultor biodinâmico desde 1985, escreveu:

entre tantas indicações revolucionárias com relação ao organismo agrícola, Rudolf Steiner disse que deveria progredir a partir da relação íntima do agricultor com o seu ambiente de trabalho, desdobrando-se – o organismo - e formando-se no correr do

53 Disponível em: <http://biodinamica.org.br/2/a/83-demetria-hoje> . Último acesso em out de 2018.

tempo, não mais sendo criado por uma qualidade instintiva, como antigamente, mas surgindo de uma forma consciente⁵⁴.

Entretanto, foi somente em maio de 2011 que a CSA se estabelece de forma permanente no bairro. Como apontado anteriormente pela *Soil Association*, a formação da comunidade requer uma figura articuladora, engajada com os princípios e propostas desta iniciativa, uma pessoa com energia para agregar, formar, mobilizar outras pessoas em torno de um objetivo comum. No caso da Demétria, esta figura foi o artista plástico Hermann Polhmann. Alemão, mudou-se para o Brasil em 2010, junto a sua esposa Cláudia Vivacqua Figueiredo, iniciando uma série de reuniões e encontros para difundir a ideia da CSA, que já praticava como coagricultor em sua terra natal (MOLINA; FIGUEIREDO; SANTO, 2017). Em um outro momento celebrativo, o aniversário de 4 anos da CSA Demétria, foi enviada uma carta aos membros com relatos sobre a festa, o que permite conhecer partes da trajetória da comunidade em Botucatu. Apesar de longa, é um belo resumo sobre o início da CSA Demétria e alguns de seus desdobramentos.

[...] fizemos uma roda de conversa com todos os presentes, na qual o Hermann Pohlmann juntamente com o Carlos Lira e Marcelo Veríssimo lembraram os primeiros momentos da fundação da CSA-Demétria: os primeiros pensamentos, as primeiras reuniões de divulgação da ideia, a definição das cotas (variedades e valor das contribuições dos cotistas), as primeiras entregas, as primeiras dificuldades e alegrias! [...] Marcelo Veríssimo falou sobre o início, sobre as dificuldades e conquistas desses 4 anos. Lembrou do momento em que resolveu comunicar, no final do primeiro ano de funcionamento, que não iria mais participar da CSA-Demétria como agricultor. E contou como foi convencido a continuar... Foi lembrado pelos presentes também a abertura do primeiro depósito fora da Demétria, vinculado a este CSA: foi em São Paulo, na Granja Julieta, próximo da feira biodinâmica na qual o Marcelo participa como feirante até os dias de hoje. Esse depósito ainda funciona, tendo como anfitrião o Adolfo que com dedicação continua indo até a feira semanalmente pegar os produtos dos cotistas que participam do depósito por lá e levando até sua casa, local onde os cotistas retiram seus respectivos produtos. Depois foi lembrado também sobre os demais depósitos que surgiram: em Bauru, Ourinhos, Timbó, Cynthia, Giramundo, na Loja do Marcelo e mais recentemente os depósitos de São Paulo (Pinheiros, Itaim (Fidalga) e Vila Mariana (VP)). Com tudo isso, hoje somos cerca de 400 famílias na CSA Demétria, com mais de 500 cotas sendo entregues semanalmente. Isso faz com que os alimentos cultivados na horta cheguem a cerca de 1200 pessoas nas cidades nas quais estão os depósitos citados. Cláudia Vivacqua também trouxe a lembrança sobre a importância da CSA-Demétria para o impulso da CSA no Brasil, pois é a partir dessa experiência vivenciada na CSA Demétria que o Curso de Formação em CSA foi estruturado e hoje é uma realidade!⁵⁵

54 Disponível em: <http://biodinamica.org.br/2/a/83-demetria-hoje>, página 7 do texto completo. Último acesso em out de 2018.

55 Texto disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/veja-informacoes-sobre-a-festa-de-comemoracao-do-4o-aniversario-da-csa-demetria-ocorrido-no-ultimo-dia-06-de-junho/>, Último acesso em out de 2018.

A partir daí novas iniciativas de CSA surgem no estado e muitas dúvidas sobre este novo modelo são levadas a Hermann Pohlmann e Cláudia Vivacqua. Em 2013 se inicia uma série de encontros entre pessoas interessadas na CSA, inclusive com a participação de Richard Charity, que se encontrava no estado de São Paulo na época, para a formação da CSA Brasil. O objetivo era a formação de um organismo que pudesse “fomentar, divulgar e expandir esta ideia” (entrevista nº1).

Foi com a assembleia de fundação da CSA São Carlos em novembro de 2013, que esta semente de formação da CSA Brasil se consolida, “foi a primeira coisa que fizemos juntos, aquele embrião do CSA Brasil foi junto na assembleia de São Carlos exatamente para ver como é que era um começo” (entrevista nº1). Em 28 de novembro deste ano, na Fundação Mokiti Okada, em São Paulo, ocorre a assembleia inaugural da Associação Comunitária CSA Brasil que buscou traçar os fundamentos e princípios do trabalho do grupo (MOLINA, FIGUEIREDO, SANTOS, 2017). O primeiro objetivo era bastante claro, ajudar todo aquele que “quiser experienciar esta nova forma de relacionamento” (entrevista nº1). Entre os ideais estabelecidos, foram registrados:

promover o desenvolvimento da economia associativa por meio da agricultura comunitária entre agricultores e consumidores, em âmbito nacional, para se chegar a uma Escultura Social (Arte Social), com ações de apoio e educativas para que o agricultor deixe de vender seus produtos por meio de intermediários e conte, para organização e financiamento de sua produção, com a participação dos membros consumidores, colaborando para o desenvolvimento sustentável, comércio justo e fraterno, assegurando a oferta de produtos orgânicos, biodinâmicos, sem prejuízo ao meio-ambiente (utilização do solo e recursos naturais), proporcionando por fim uma alimentação saudável para todos os envolvidos na comunidade.⁵⁶

De forma concreta, a CSA Brasil passou a realizar palestras, oficinas e desenvolveu o que consideram o “carro chefe” no processo de expansão deste modelo no país: os cursos de formação. O primeiro ocorreu no bairro da Demétria, em Botucatu, no mês de novembro de 2014 e, até o momento, já foram realizados nove cursos no local, dois cursos em Brasília e uma oficina no Rio de Janeiro. A estrutura do curso conta com dois módulos, um filosófico e outro prático. Especialmente no módulo filosófico, é possível observar como princípios de um mundo inspirado, evocando sentimentos de sacralidade, conexão espiritual e a elevação de uma nova consciência são mobilizados no intuito de atrair pessoas para o curso.

Em nosso tempo devemos reconhecer que sem o direito da mãe Terra não há direitos humanos. No momento em que nós reconhecemos isso, estabelece-se um laço sagrado entre ser humano e Terra. Um laço que se encontra nas cosmologias espirituais de

⁵⁶ Texto disponível em: <http://csabrazil.org/csa/nossos-ideais/> Último acesso em out de 2018.

várias culturas. Atingimos uma época empolgante se, no caminho para um novo estado de consciência, podemos renunciar aos velhos cismas entre norte e sul, entre produtores e consumidores e entre agricultores e cientistas. Nesse processo, a Terra é o fundamento da nova civilização.⁵⁷

O módulo prático abrange todas as questões referentes à criação de uma CSA, respondendo às principais dúvidas de cunho financeiro, legal e estrutural da comunidade. Acredita-se que os cursos de formação tenham sido, de fato, motor para o crescimento da CSA no Brasil. Como mostra o gráfico abaixo, é possível observar um aumento significativo no número de CSAs em 2015, ano seguinte ao primeiro curso de formação.

Gráfico 1 - Número de CSAs ao longo dos anos a partir da data de sua fundação.
Elaborado pela autora a partir dos questionários e informações no site.

O curso de formação também pode estar relacionado ao fenômeno de concentração da maior parte das iniciativas no estado de São Paulo e em Brasília/DF. Segundo o mapeamento realizado pela CSA Brasil (em permanente construção devido ao dinamismo das CSAs), existem 24 organismos agrícolas distribuindo para 34 pontos urbanos no estado de São Paulo. Este conjunto representa aproximadamente 40% das CSAs existentes no país. Em Brasília, foram mapeados 27 depósitos abastecidos por 21 agricultores, representando assim 32% das CSAs no Brasil.

57 Texto disponível em: <http://csabrasil.org/csa/blog/> Último acesso em out de 2018.

Mapa 1 – Localização das iniciativas de CSA no Brasil

Mapa 2 – Localização das iniciativas de CSA no Estado de São Paulo

Elaborado pela CSA Brasil⁵⁸

- Depósito
- Organismo agrícola
- Articulador de iniciativa em criação

O rápido crescimento da CSA em Brasília tem chamado a atenção. Três depósitos foram fundados em 2015, após a participação de Fabiana Peneireiro, Renata Navega e Andrea Zimmermann no curso de formação de CSA na Demétria em 2014, com a intenção de levar o movimento para o Distrito Federal. A primeira formação em CSA na capital do país foi realizada em abril de 2016, já com 6 depósitos em funcionamento, e, a partir de então, outras 15 CSAs foram criadas⁵⁹. A segunda formação em CSA no Distrito Federal ocorreu em 2017 e hoje existe uma rede CSA Brasília estruturada com o objetivo de integrar e fortalecer o movimento das Comunidades que Sustentam a Agricultura no DF. Além das articulações entre as 27 comunidades existentes, a rede organizou o I Encontro de Comunidades que Sustentam a Agricultura do DF, tendo em seu título a frase que se tornou lema das CSAs no Brasil: **Da cultura do preço para a cultura do apreço**. Tal crescimento mostra não só a importância, mas que, efetivamente, os cursos realizados pela CSA Brasil têm obtido resultados quanto ao seu objetivo primeiro de divulgação e expansão desta iniciativa no país.

58 Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/embed_mid=1LySgImg8tVgKoDBz5NtlnVXgsL0&ll=-16.047981311909034%2C-47.585661600830036&z=3 Último acesso em out de 2018.

59 Fonte <https://csabrasilia.wordpress.com/csabrasilia/historia-e-comunidades/> Último acesso em out 2018.

A partir do mapeamento da CSA Brasil, um questionário foi enviado a todas as CSAs registradas no site com o intuito de recolher dados referentes a: data de fundação; valor das cotas; número de itens nas cestas; recrutamento de bolsistas; relação de produtos além dos legumes e verduras; forma de gestão e; número de membros. Ao todo, 32 depósitos de CSAs responderam ao questionário, correspondendo a quase 50% do total indicado no site (71 depósitos, 55 organismos agrícolas em 9 estados diferentes).

Observando o número de membros, é possível destacar que as CSAs ainda não alcançaram um público grande no Brasil. Considerando as iniciativas contabilizadas nesta pesquisa, as CSAs possuíam, em meados de 2017, 1.065 famílias coagricultoras. A comunidade, situada em Campinas, com o número mais expressivo continha 83 membros cotistas. Se dobrarmos este valor (deduzindo que alcançamos 50% das comunidades) e multiplicarmos por 3 (a média de membros de uma família), poderíamos supor que no país cerca de 6.000 pessoas participam de CSAs.

Com relação ao valor das cotas, seu montante pode variar de 70 a 300 reais. Estes valores dependem notadamente da região (as CSAs em Brasília são aquelas de valor mais elevado) e da quantidade de itens que podem variar de 5 a 15 produtos. Muitas CSAs possuem dois valores de cota, buscando adequar-se às necessidades de seus membros. Para entender o potencial de movimentação financeira que a CSA tem gerado, foram realizados dois cálculos: o primeiro utilizando somente as cotas mais baixas de cada CSA, buscando o valor mínimo destinado à agricultura familiar (R\$ 134.732,00); o segundo utilizando os valores mais altos (R\$ 171.271,00). A partir destes valores, é possível estimar que em média as CSAs participantes da pesquisa destinam R\$ 153.000,00 para a agricultura familiar por mês. Realizando novamente um exercício imaginativo de projetar este valor de forma individual, levando em consideração que 32 depósitos responderam ao questionário, e igualmente imaginando que cada um pudesse destinar seu montante a um organismo agrícola (este valor é meramente especulativo já que estamos dividindo o montante igualmente e sabemos que variam o valor das cotas, o número de membros e o fato de que muitas vezes um organismo agrícola fornece para várias CSAs como o caso do organismo agrícola do Marcelo, da CSA Demétria, que fornece para outras 6 CSAs), estamos falando de um valor aproximado de R\$ 4.781,00 para cada família por mês. Isso corresponde a 5 salários mínimo no momento da escrita desta dissertação. Estas estimativas nos mostra a potencialidade desta nova forma de financiamento de organismos agrícolas agroecológicos no Brasil.

Apesar de legumes e verduras serem os principais produtos fornecidos pelas CSAs, pouco a pouco as comunidades ampliam suas ofertas incluindo frutas, mel, leites e derivados,

pães, ovos e carnes em suas cotas (VOLS et. al., 2016, CONE; MYHRE, 2000). No Brasil, algumas CSAs, como a Demétria, possuem cotas de laticínios e de pães que podem ser adicionadas as cotas de verduras. Outras CSAs disponibilizam estes produtos a parte e, em alguns casos, o próprio produtor participa no dia da entrega das cestas com seus produtos, aproveitando este momento e um público já sensibilizado como um novo ponto de comercialização. Na CSA São Carlos, o momento da entrega incentivou a criação de uma feira, oferecendo à comunidade desde pães artesanais, cosméticos naturais, cerveja, mel, artesanato, produtos vindos de outros agricultores orgânicos da cidade, incentivando os produtores locais e aumentando a oferta de produtos aos membros.

Das CSAs que responderam ao questionário, podemos observar que 39% das comunidades oferecem outros produtos além das verduras. O gráfico abaixo mostra que, em especial, ovos, pães e laticínios são os principais produtos oferecidos além da cesta de verduras.

Gráfico 2 - Produtos comercializados além das cestas de hortaliças

Elaborado pela autora a partir dos questionários

3.4. Os princípios de justiça mobilizados em torno da CSA

As motivações que levam os consumidores a buscarem outros sistemas alimentares mostram como novos princípios de mundo justo são mobilizados a favor da aproximação de agricultores e consumidores assim como da agricultura ecológica. Efetivamente, segundo Moruzzi Marques et al. (2016), a agricultura familiar tem sido apontada por diversos

movimentos sociais como base de um novo desenvolvimento rural. Favorecida pela crescente busca por consumir produtos locais, oferece solo fértil para transformações nos hábitos de consumo, na relação com a natureza e no exercício de uma economia que fortalece a comunidade local. Mais especificamente, as iniciativas de CSA engajam produtores e consumidores a uma série de reflexões e debates em relação a toda cadeia agroalimentar, cujas justificativas estão ancoradas em uma multiplicidade de ordens de justiça que detalharemos a seguir.

Segundo Shrank e Running (2018), muitos estudos têm mostrado que os consumidores de alimentos orgânicos locais, com especial interesse em redes alternativas de comercialização, possuem uma variedade de considerações em sua meta de consumo:

[...] os consumidores de comida orgânica local estão preocupados não só com questões como preço e nutrição, mas também com o bem-estar dos agricultores familiares, a viabilidade da economia local e a preocupação com o meio ambiente e as mudanças climáticas. Descobriu-se também que compradores orgânicos locais são movidos por valores, crenças e normas e participam como membros de comunidades de consumo transparentes que promovem a sustentabilidade fora dos limites do controle corporativo. Portanto, os consumidores orgânicos locais buscam realizar uma ampla variedade de metas éticas que vão além dos parâmetros estreitos da escolha racional e tendem a misturar preocupações individualistas e coletivistas⁶⁰.

Ao destrinchar esta diversa gama de motivações que atualmente fazem parte do discurso argumentativo dos membros das comunidades que sustentam, e são sustentadas, pela agricultura (ainda que muitas destas motivações não sejam exclusivas somente deste movimento), fizemos o exercício de separá-las dentro da análise proposta pela teoria das justificações, sem perder de vista que somos seres integrais e, portanto, transitamos pelos diferentes mundos de justiça.

Inicialmente, é possível afirmar que, em defesa da agricultura familiar, a ordem de justiça de um mundo doméstico é mobilizada, ainda que seus princípios em torno de relações de dependências pessoais nem tanto. “Vistos como freio à expansão dos mercados ou ao desenvolvimento do progresso técnico a partir de uma ótica mercantil e industrial, os dispositivos domésticos permitem estabelecer ligações com o passado, com raízes locais e com os recursos específicos” (MORUZZI MARQUES, 2013. p. 26). Neste sentido, é possível considerar que:

o papel desempenhado por essa agricultura, em termos de segurança e abastecimento alimentar, [...] é amplamente difundido com vistas à legitimação do apoio político a seu favor. Nessa perspectiva, a tradição, a confiança, a especificidade e a proximidade

podem constituir princípios de mundo justo sobre os quais os argumentos em prol da agricultura familiar são susceptíveis de se apoiar (MORUZZI MARQUES et al., 2016, p. 25).

A grandeza relativa às posições hierárquicas típicas deste mundo doméstico é substituída pelas relações de estima, apreço, reconhecimento e valorização dos diferentes papéis assumidos na comunidade. Como apontado por um membro da CSA São Carlos, esta iniciativa se torna um diferencial de modelo de produção e comercialização agrícola, “... sinto que as relações afetivas que a gente tem construído e as relações afetivas que estão sempre em potencial, atrai muito as pessoas, você sente, é diferente” (entrevista nº 2). Assim, “a estreita ligação com os consumidores e entre os agricultores, como uma grande família ancorada na confiança mútua, que organiza reuniões em torno da cozinha ou festas rurais, permite pensar em elementos de grandeza da ordem doméstica” (MORUZZI MARQUES, 2013. p. 46). Como afirma Cone e Myhre (2000, p. 188), nas CSAs os membros agora “têm um ‘agricultor da família’ em quem podem confiar, assim como uma vez tiveram um médico da família⁶¹”.

A confiança, relação elementar desta ordem de grandeza, se torna o coração que mantém unida a comunidade. É neste pilar que muitas CSAs desenvolverão suas potencialidades, assim como encontrarão os maiores desafios para seguir adiante.

a principal coisa que a gente tem que trabalhar é a **confiança**. Essa confiança entre as pessoas está muito perdida na nossa sociedade, e o principal desafio da CSA hoje é a confiança, é você confiar naquele que está junto com você em uma atividade e trabalhar isso dentro de você e na sua relação com o outro (entrevista nº 1)

Também como parte desta ordem doméstica de justiça, está a preocupação pelo bem-estar da família agricultora e o desejo de dar suporte aos agricultores locais de forma mais personalizada. Mencionada em muitos estudos como uma das três principais motivações em participar da CSA, esta relação de proximidade e confiança, característica deste princípio de mundo justo, está relacionada também com um aumento da valorização da atividade da agricultura e a satisfação pelo pagamento justo por parte dos membros (OSTROM, 1997; RUSSEL, ZEPEDA, 2008; BLÄTTEL-MINK et. al., 2016; SCHRANK, RUNNING, 2018).

Além dos valores típicos de um mundo doméstico, a CSA evoca (já em seu nome) o esforço comunitário. Deste modo, a grandeza relativa ao interesse coletivo de um mundo cívico encontra sua relação elementar na solidariedade. Sua prova de realização ocorre no momento em que os membros concordam em compartilhar os riscos da agricultura com o produtor. Como

61 Tradução da autora.

afirma Russel e Zepeda (2008, p.137) “com efeito, eles sacrificam o controle sobre o bem-estar individual e escolhem agir dentro de um grupo, uma característica da construção da comunidade⁶²”. Outra prova de veracidade desde mundo de justiça, praticada em diversas CSAs, são as assembleias. Aqui a comunidade se reúne para discutir as mais diversas questões, mas em especial para aprovar o orçamento de produção e a divisão das cotas. A participação em coletivos com vistas à construção das regras compartilhadas de convívio social é uma ação de primeira grandeza nesta ordem de mundo justo.

Blättel-Mink et al. (2016) ao estudar as motivações de adesão às CSAs na Alemanha propõe uma tipologia que dividiria as comunidades em três grandes grupos: CSA como parte de uma mudança sociopolítica; CSA como prática espiritual-comunitária e CSA como estratégia econômico-pragmática. Ao observar os elementos que constituem o mundo cívico de justiça, é possível relacionar as CSA sociopolíticas ao conjunto argumentativo deste princípio. Este grupo enfatiza a colaboração dos membros nos trabalhos em campo, estão organizadas como cooperativas ou associações, tendo como objetivo principal a coletivização.

Este modelo de CSA se define não mais como somente um sistema alternativo de agricultura, mas como uma ferramenta política. “O objetivo é a emancipação sociopolítica da economia capitalista e uma ordem de mundo neoliberal”⁶³ (BLÄTTEL-MINK et al., 2016, p. 419). Se por um lado, como aponta Bolstanki e Chiapello (2009), a concepção de que a busca do interesse individual serve ao interesse geral (concepção trabalhada pelas ciências econômicas, desde a metade do séc. XIX) reforçou ao longo da história a crença de que o crescimento da riqueza, seja qual for seu beneficiário, é critério para o bem comum. Por outro lado, na economia associativa, o que move as ações econômicas é a necessidade de todos os atores envolvidos, contrapondo-se ao individualismo. A escolha por este último modelo econômico também sugere a mobilização de princípios de justiça do mundo cívico, onde se renuncia a interesses particulares em favor da coletividade, no intuito de abraçar causas comuns. Como coloca Cone e Myhre (2000), as CSA se tornam “comunidades de interesse comum”.

Já a CSA como prática espiritual-comunitária destaca princípios de mundo inspirado. Aqui a ordem de grandeza está vinculada a crença num mundo idealizado, onde o trabalho na terra está para além da produção de alimentos, mas contém características imateriais e significativas (BLÄTTEL-MINK et al., 2016). No mundo inspirado, os seres humanos devem aspirar alcançar a paz e a harmonia tal como no reino divino. Assim, em relação à agricultura, “a obtenção de alimentos puros é um ideal inspirado num mundo perfeito, sem doenças, pobreza

62 Tradução da autora.

63 Tradução da autora.

ou conflito” (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 37). Ao mesmo tempo, as primeiras CSAs surgem a partir de discussões dentro da associação de agricultura biodinâmica que,

fundada nas ideias antroposóficas de Rudolph Steiner, [...] é concebida como resultado da ação de forças cósmicas e telúricas, que se exprimem na vitalidade das plantas e animais. Efetivamente, a defesa de uma agricultura alternativa no Brasil, particularmente orgânica, alimenta-se em grande medida deste tipo de mensagens de filosofia religiosa-política. Assim, estas concepções em torno da agricultura e alimentação podem ser abordadas, tal como apresentado no modelo acima, enquanto provenientes de uma ordem de justiça inspirada em mundos sobre-humanos harmoniosos (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 37).

Neste caso, as motivações de adesão são expressas como narrativas de um entendimento holístico do ser humano e da natureza. “O ponto central é a percepção de que a alienação emocional ou empática entre seres humanos, o solo e a natureza é um problema das práticas agrícolas e sociais da atualidade⁶⁴” (BLÄTTEL-MINK et. al., 2016, p. 419). Assim, a CSA é considerada como um processo educativo, de reconexão com a terra, uma alternativa às tendências de individualização. Cone e Myhre (2000) abordam a comunidade de apoio à agricultura como potencial provedora de sentido. Ao referenciar Clifford Geertz e sua argumentação de uma humanidade “suspensa em redes de significados” e sua visão mais ampla sobre religião, assim como Jill Dubisch e seu estudo sobre os aspectos religiosos inseridos nas crenças e práticas do movimento por comida saudável, Cone e Myhre afirmam que:

as fazendas da CSA e a comida que produzem têm um aspecto religioso, pois podem servir como símbolos de uma consciência cósmica maior. Participar de uma fazenda e comer sua comida pode potencialmente transformar atividades instrumentais em atividades com significado ritual⁶⁵ (CONE; MYHRE, 2000, p. 188)

O próprio conceito de economia associativa também evoca este “espírito de comunidade”, já que Rudolf Steiner proclama em seus discursos sobre economia que este associativismo é outra chave importante nos processos econômicos. Na CSA, este último se torna um elemento essencial, pois o alto grau de envolvimento entre consumidores e agricultores gera a disposição necessária para criar novas formas de relação e encontrar soluções criativas para os problemas que surgem ao longo do processo (LAMB, 1994). O objetivo é a criação deste espírito comunitário, conduzindo ao conceito “espiritual-agrícola” adotado pela comunidade e colocado em prática no organismo agrícola. “Todo o planejamento do organismo da fazenda deve proceder em serviço a um ideal maior”⁶⁶ (GROH &

64 Tradução da autora.

65 Tradução da autora.

66 Tradução da autora.

MCFADDEN, 1997. p. 36) . É prescrito que toda a comunidade siga um horizonte visionário comum que pode ser, por exemplo, a de um ambiente saudável, com grande biodiversidade e vida no solo, com uma rotatividade de produção entre outras ideias.

Lamb (2010) não poderia ter dado título mais em acordo com os princípios normativos do mundo inspirado para seu livro: “Economia Associativa: atividade espiritual pelo bem comum”⁶⁷. Mas este autor afirma que:

o termo espiritual se refere aqui à eterna essência do ser humano, da natureza e do cosmos. Não se refere necessariamente a nenhum sistema de crença religioso. A alma do ser humano é a intermediária ou ponte entre a essência espiritual e o corpo. Isto inclui as funções do pensar, sentir e querer (LAMB, 2010, p. 19)

Neste sentido, uma produção agrícola, com princípios normativos no mundo inspirado, deve se fundar numa relação harmônica com a alma dos animais e das plantas. O que confere qualidade aos produtos está para além da técnica, mas envolve o prazer do cultivar, a afetividade que emerge entre sujeitos que produzem e consomem e uma estreita ligação com a terra. Esta sensação de bem-estar e de contemplação, representando uma extensão do tempo, se opõe a corrida produtivista, com prazos reduzidos (MORUZZI MARQUES, 2013).

Por fim, frente às questões ambientais, uma nova ordem de justiça parece estar sendo mobilizada socialmente, aquela da justiça ecológica. Apesar de seus princípios normativos poderem ser interpretados dentro de um mundo cívico, onde o interesse pela proteção ambiental estaria vinculado ao bem comum, ou até mesmo o mundo doméstico, evocando a preservação de ecossistemas desde o ponto de vista da “tradição” e da “herança”, alguns autores têm proposto a ordem de grandeza ecológica como um mundo de justiça emergente (ACSELRAD, 2011; BLOK, 2013, MORUZZI MARQUES, 2013). Segundo Blok (2013), Thèvenot e Lafaye em 1993 iniciaram seus primeiros trabalhos em torno de um “novo mundo de justificação verde” e Latour, em 1998, sugere que tanto a política como a própria modernidade precisavam ser redefinidas sob a luz da crítica ecológica. Os trabalhos destes autores, junto àqueles de Boltanski, visto isoladamente, proporcionam somente parte do que seria a dimensão total de um mundo ecológico. De fato, este tema é muito fecundo visto abarcar uma multiplicidade de questões. Moruzzi Marques (2013) aponta que, apesar de embrionária e ambígua, esta ordem de justificação é bastante pertinente e ancora seus princípios normativos em

uma perspectiva de reconstrução das relações entre homem, sociedade e natureza, distinta daquela de domínio da natureza para o desenvolvimento industrial ou de

67 *Associative Economics. Spiritual Activity for the Common Good*, 2010.

enriquecimento individual daqueles mais competitivos (respectivamente, ordens de justiça industrial e mercantil). Nesta linha de raciocínio, os valores elevados de uma concepção de mundo justo ecológico são associados ao respeito da biodiversidade e a uma vida simples (no sentido de menos necessidade de bens materiais), com vistas a um desenvolvimento em sintonia com as necessidades das gerações futuras (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 102).

É possível observar que as CSAs, ao terem como foco a reconstrução de relações saudáveis, tanto entre sujeitos, mas também com a natureza, mobiliza em suas práticas este novo conceito de justiça ambiental. Um de seus princípios está ancorado no compromisso de uma agricultura orgânica, biodiversa, respeitando a sazonalidade e os ciclos naturais, assim como manter a ética do cuidado em todas as suas ações. Segundo Schrank e Running (2018), muitos consumidores estão orientando ecologicamente suas escolhas como forma de projetar seus valores culturais e econômicos, na medida em que princípios de um mundo verde ganham popularidade na sociedade. “Os consumidores exibem fortes considerações ecológicas e participam intencionalmente em mercados que priorizam a saúde do ecossistema e, ao mesmo tempo, oferecem benefícios pessoais de saúde e status” (SCHRANK e RUNNING, 2018, p.191).

Eles sugerem, inclusive, a emergência de um *eco-habitus* relacionando os estudos de Bourdieu (1977, 1984) e Carfagna et al. (2014). Um outro olhar as normativas sociais deste novo mundo de justiça ecológico. Das motivações que impulsionam a participação dos consumidores na CSA, é possível afirmar que argumentações vinculadas a este princípio de justiça ganham especial destaque (CONE, MYHRE, 2000; BLÄTTEL-MINK et al., 2016; SCHRANK, RUNNING, 2018). Segundo Blättel-Mink et al. (2016),

uma base constante na motivação da maioria das pessoas ativas no CSA parece ser um interesse em questões e problemas ecológicos. Intimamente ligado a isso está uma forte consciência dos problemas em relação à agricultura convencional, e em parte também em relação ao mercado de massa da agricultura orgânica⁶⁸ (BLÄTTEL-MINK et al., 2016, p. 418).

Ainda, retomando a tipologia proposta por este autor, as CSAs como parte de uma mudança sociopolítica atribuem grande importância à orientação ecológica do modelo de produção.

Os membros enfatizam um uso conservador de recursos, bem como culturas regionais e sazonais. Essa adesão aos altos padrões ecológicos é vista como uma estratégia que pode se opor ao sistema capitalista em sua forma atual por meio de processos de

68 Tradução da autora.

produção altamente sustentáveis e fora do modelo de commodities e, portanto, de uma qualidade “diferente” dos alimentos (BLÄTTEL-MINK et al., 2016, p 419)⁶⁹.

Mesmo por parte dos produtores, estudos como de Ostrom (1997) mostram que uma forte consciência ecológica tem motivado agricultoras e agricultores a participarem da CSA.

Os agricultores participam da CSA por uma infinidade de razões. Algumas pessoas encontram sua vocação no simples ato de alimentar os outros. Muitos agricultores falavam sobre poder trabalhar ao ar livre com a natureza e trabalhar em casa com seus familiares como um privilégio especial. Da mesma forma, quase todos os agricultores pareciam ser ambientalistas comprometidos, o que influenciou fortemente a abordagem que adotaram na agricultura e no manejo da terra (OSTROM, 1997, p. 138).

Assim, é possível observar que, em especial, a CSA apoiará argumentações a seu favor dentro das ordens de mundo doméstico, cívico, inspirado e verde. Tais ancoragens não significam que outras ordens de justiça serão desconsideradas. No capítulo a seguir, aprofundamos o entendimento da CSA a partir do estudo de caso da comunidade de São Carlos. Ao analisar o cotidiano da comunidade, os conflitos que surgem ao longo das estações, as motivações para adesão e desistência de seus membros, é possível traçar os potenciais e limitações, a partir do olhar da sociologia da crítica, desta iniciativa e sua busca pela transformação das relações com o alimento.

69 Tradução da autora.

4 APROXIMANDO A LENTE: OS DESAFIOS DO DIA A DIA DA CSA

*Produtores de alimentos + consumidores de alimentos + comprometimento anual mútuo = CSA e infinitas possibilidades*⁷⁰.
HENDERSON; VAN EN

Ainda que a iniciativa de CSA tenha como base uma relação ganha-ganha, são muitos os desafios para que se estabeleça e possa prosperar na sociedade. “É característico da estrutura das sociedades mais desenvolvidas de nossa época que a diferença entre as pessoas, sua identidade-eu, seja mais altamente valorizada do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade-nós” (ELIAS, 1994, p. 130). Assim, a construção deste “espírito de comunidade” proposta pelas CSAs constitui um esforço contracorrente em um mundo cada vez mais individualista. A própria ciência, ao valorizar os processos biológicos sobre os processos sociais no estudo do ser humano, levou à desconexão de que sua organização biológica está harmonizada com sua vida em conjunto. Predomina um olhar sobre o organismo visto em isolamento, como o modelo de indivíduo, tomando sua forma no tempo e no espaço como um dado natural, real. Deste modo, “a vida comunitária das pessoas, sua sociedade, suas estruturas e processos afiguram-se, em contraste, como não sendo dados pela natureza e, portanto, não sendo efetivamente reais” (ELIAS, 1994, p. 159).

Ao mesmo tempo, seguimos sobre forte influência de princípios de um mundo justo pautados na lógica mercantil e industrial, extremamente vinculados ao capitalismo neoliberal e considerado, por muitos estudiosos, como o coração das ações humanas na contemporaneidade. Para que o neoliberalismo pudesse estabelecer-se de forma duradoura, era necessário transformar a conduta dos indivíduos, conduzindo indiretamente suas ações a ponto de submeterem-se por si mesmos a certas normas. Para tal processo, era preciso governar e conduzir tal conduta mediante a “liberdade de escolha”, modelando a subjetividade do indivíduo em favor do capitalismo financeiro. Esta lógica de conduzir indiretamente as condutas é, segundo Dardot e Laval (2016), o horizonte das estratégias neoliberais. Neste sentido, toda prática que possa constituir-se como um freio para a expansão do capitalismo encontra grandes obstáculos, não só no mercado, mas também no inconsciente dos indivíduos.

É a partir desta perspectiva que buscamos compreender com maior profundidade o dia a dia das CSAs, os argumentos, os significados e sentidos que os membros atribuem a suas ações ao participar da comunidade. A partir do estudo de caso da CSA de São Carlos,

70 Tradução da autora.

apontamos as motivações para adesão e participação da comunidade, assim como os conflitos que eclodem ao longo do processo. A partir da análise sociológica da teoria das justificações, relacionamos os argumentos e percepções do material coletado com os princípios de mundo justo propostos por esta corrente teórica, observando suas interações.

4.1 A CSA São Carlos, um breve histórico.

A CSA São Carlos foi fundada em dezembro de 2013 e teve como figura central neste processo uma entidade ambientalista local, a Associação Veracidade, que por sua vez foi fundada em 2012, com o objetivo de trabalhar, a partir dos conceitos da Permacultura, da Agroecologia, da Educação Ambiental Crítica e da Economia Solidária, com projetos de educação e sensibilização socioambiental na cidade de São Carlos e região. Sua missão é “tornar-se uma ferramenta de organização popular em torno de pautas socioambientais, rediscutindo o território urbano a partir da minimização dos contrastes e dicotomias da relação cidade-campo”⁷¹.

Há mais de um ano, este coletivo planejava a criação de um grupo de consumo responsável de cestas orgânicas na cidade. Durante todo o ano de 2013, membros da associação frequentaram feiras da agricultura familiar, realizaram questionários, participaram de cursos de agricultura orgânica e articularam parcerias com outras entidades no intuito de preparar o solo para o que seria chamado “cestas urbânicas”. O modelo era muito parecido à CSA, mas os implicados ainda não conheciam tal iniciativa. Foi em um encontro entre membros da Veracidade e Richard Charity, que já havia vivenciado a construção da CSA em Fortaleza (ADAO) e naquele momento se encontrava em Itirapina, a 30 quilômetros de São Carlos, que o modelo da CSA se torna uma realidade na cidade.

Ele meteu lenha na fogueira. A gente já estava querendo fazer, tinha começado uma proposta, mas ainda estava meio incipiente, e ele chegou e passou uma confiança né. ‘Não, isso rola, isso existe, chama CSA, já fiz, vamos fazer, vou ajudar vocês’. [...] Foi o encontro da gente que estava querendo fazer o negócio mas meio sem experiência, com ele que tinha experiência mas não tinha uma galera (Entrevista nº 4)

Outra entidade ambientalista desempenhou papel fundamental para o sucesso da implementação da CSA na cidade. A APASC⁷² (Associação para Proteção Ambiental de São

71 Fonte: <http://veracidade.eco.br/a-veracidade/> Último acesso em Setembro de 2018.

72 A APASC foi fundada em 1977 e segue até os dias atuais muito ativa na cidade. Para mais informações: <http://apasc.org.br/ONG/> Último acesso em Setembro de 2018.

Carlos) já havia desenvolvido um projeto de cestas de alimentos orgânicos em São Carlos, em parceria com a prefeitura municipal, entre 2004 e 2012. A descontinuidade do projeto ocorreu devido a uma mudança de gestão na prefeitura, deixando um público sensibilizado para questões de alimentação orgânica e dispostos a migrar para esta nova proposta. Muitos membros deste projeto da APASC se tornaram membros co-fundadores e inclusive participaram do primeiro Núcleo Gestor da comunidade.

Foi na sede da Veracidade, localizada no bairro Vila Prado, que ocorreu a assembleia inaugural da CSA. Neste momento, duas famílias agricultoras (uma em Santa Cruz das Palmeiras e outra em São Carlos) assumem a produção para 32 membros co-fundadores. Foi também neste local que a CSA São Carlos desenvolveu grande parte de suas atividades, desde as entregas das cestas, reuniões do Núcleo Gestor (NG), assembleias, encontros e celebrações, durante os seus primeiros dois anos e meio. Apesar da Veracidade sempre ter se colocado como uma “incubadora” da CSA, estimulando sua autonomia completa, sua intensa participação nos primeiros anos foi de fundamental importância para que a iniciativa se estabelecesse. Membros da associação assumiram a gestão do grupo, a organização da retirada das cestas, a inclusão do projeto no site da associação, a promoção de gravações de 3 vídeos sobre a iniciativa⁷³, a realização de palestras no Sesc Piracicaba e São Carlos, a oferta de oficinas de permacultura⁷⁴ no Sítio Centenário (organismo agrícola localizado em São Carlos) e a elaboração de dois artigos que foram escritos para o Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2015.

Em 2016, a CSA São Carlos se torna, de fato, uma iniciativa independente da Veracidade, mudando o local de retirada de cestas para um ponto mais central da cidade e contando, para a gestão da comunidade, somente com membros da CSA.

[...] num primeiro momento [a CSA] nasce muito conectada à Veracidade como um projeto, mas que rapidamente ganha uma dimensão maior que a própria Veracidade. Se você for ver a CSA é maior que a Veracidade hoje. Em pouco tempo ela já era maior que a Veracidade. Porque ela engloba mais gente num sentido mais organizativo. [...] a CSA estava já com este corpo coletivo autônomo, já tinha seus próprios espaços, reuniões e tudo, e a Veracidade continuou incubando e investindo em outros projetos e meio que se afastou um pouco do núcleo tanto de prática, como

73 Porque não: <https://www.youtube.com/watch?v=iGHA-YaQpVU>
Ecoideias: <https://www.youtube.com/watch?v=eUUX2riM26Y&t=539s>
Sesc São Carlos: <https://www.youtube.com/watch?v=ndPIQAqk7js>

74 A Permacultura é um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis, “ancorada fundamentalmente nos ombros da ecologia, o estudo das inter-relações e da inter-dependência dos organismos vivos” (MORROW, 2010). Surgiu da expressão em inglês “Permanent Agriculture” criada por Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970. A Veracidade organizou, no ano de 2015, o primeiro Curso de Design em Permacultura (conhecido como PDC) em São Carlos. Nesta ocasião, em parceria com a CSA, levou 35 participantes ao Sítio Centenário para práticas na horta, a construção de uma câmara fria em pau a pique e práticas de formação de pilhas de compostagem com esterco.

de coordenação, de gestão da CSA, então os universos estavam um pouquinho separados (Entrevista nº 4).

Porém, apesar do crescimento e da autonomia, esta CSA conheceu uma série de altos e baixos, com uma série de problemas internos. As pautas das reuniões e assembleias repetidamente elencavam temas como: falta de mão de obra, revisão das cotas, situação do sítio e a necessidade de ampliação do grupo. Com relação à questão financeira, o primeiro orçamento anual foi elaborado segundo estimativas, sem contar com uma planilha de custos reais (já que neste momento nenhum dos agricultores possuía um controle de gastos de sua produção).

‘Quanto você precisa para produzir pra CSA’ - como assim - ‘insumos, sementes, óleo diesel, aluguel do sítio, energia, tudo para que vocês estejam bem e produza para essa comunidade’. Ai que a coisa pegou. Não tenho nenhum dado anotado, não sei, baseamos o valor da cota de acordo com um modelo que o Richard tinha de um outro e quando me dei conta, eu estava pagando para trabalhar e sustentando uma família enorme que era essa comunidade (Relato da responsável pelo Sítio Centenário enviado à comunidade em 17/05/2015)

O valor das cotas foi pensado a partir de um ideal de comunidade (100 cotas grandes no valor de R\$ 93,00 e 50 cotas médias no valor de R\$ 55,00 para 1 hectare de produção). Como mencionado anteriormente, este ponto é especialmente confuso no momento da criação da CSA, e não foi diferente em São Carlos. A medida que a comunidade começou a funcionar, tornou-se claro que as cotas não cobriam as necessidades dos agricultores, em especial do Sítio Centenário, cujo responsável, em inúmeras reuniões com o NG, comentou que suas contas não fechavam.

A preocupação em manter o projeto atrativo financeiramente e ao mesmo tempo sustentar a produção pareciam apontar para direções muitas vezes opostas. Ainda assim, no primeiro ano do projeto, três reajustes foram realizados, o último deles propondo a modificação das cestas para um tamanho único, custando R\$ 80 reais com 8 itens. Apesar das tentativas de ajustar o orçamento, no final de 2014, o casal de produtores de Santa Cruz das Palmeiras decide retirar-se do projeto. O motivo desta saída, entre outras razões, era financeiro. Segundo o agricultor, seu custo de produção era bem maior do que haviam primeiramente vislumbrado ao criar a planilha anual. “[Nós] nos debruçamos sobre nossas anotações dos últimos anos e percebemos que aqui neste sítio o nosso custo de produção é bem maior do que o que temos hoje na planilha do CSA” (e-mail recebido no dia 2 de dezembro de 2014). Outro motivo alegado se referia à escassez de mão de obra em campo.

Infelizmente um de nossos produtores [...] sairá do CSA por algumas razões e dentre elas a velha e sempre questão da escassez de mão de obra. A dificuldade de encontrar uma pessoa qualificada para ajudar no campo e a questão de que ainda não somos um número suficiente para bancar isso fez com que eles, entre outras coisas, tomassem esta decisão. Apesar da tristeza e entendendo que ainda somos pequenos para sustentar duas famílias de agricultores decidimos não ocupar a vaga deles, **assumindo a [responsável pelo Sítio Centenário] como nossa única produtora**, acreditando que assim poderemos nos aproximar com a proposta do CSA de Sustentar a Agricultura, pois recebendo o repasse total ela poderá contratar mão de obra e investir no sítio com mais tranquilidade. O maior impacto que teremos é que talvez no início nossas cestas reduzam de tamanho já que [o Sítio Centenário] deve produzir o dobro de alimentos do que faz atualmente e sabemos que isso leva um tempo para colhermos. (e-mail enviado à comunidade no dia 7/11/2014)

O sítio Centenário passa, a partir deste momento, a ser o único organismo agrícola a fornecer alimentos para a comunidade. Com 4 alqueires e meio de área, possui 1 hectare destinado à produção agrícola, onde pai e filha são os principais responsáveis pelo cultivo. A transição de uma agricultura convencional para a produção orgânica ocorreu em 2009, motivada por um episódio marcante de intoxicação por agrotóxicos do pai (conhecido na comunidade como vô). Neste momento, a filha responsável pela produção agrícola se inscreve para o primeiro curso de olericultura orgânica ministrada pelo Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Foi neste curso que conheceu o coordenador da Associação Veracidade, desdobrando-se na futura parceria. Será ela a agricultora de referência na CSA São Carlos, sendo a força motriz que impulsiona a comunidade. Esta agricultora se situa no centro dos principais conflitos que eclodem ao longo dos anos.

No comunicado enviado à comunidade sobre a saída do sítio em Santa Cruz das Palmeiras da CSA, é possível observar dois pontos bem desafiadores para o sucesso da CSA em São Carlos: o equilíbrio entre o valor da cota e a quantidade de membros com os custos de produção; e a falta de mão de obra. Na tentativa de superar estas questões, em 2015 se inicia com um novo reajuste da cota, de R\$ 80,00 para R\$ 100,00. Porém, foi estabelecida a possibilidade de redução de 20 reais para os membros que se comprometessem a trabalhar em campo uma vez no mês. Acreditava-se que com esta iniciativa seria possível “matar dois coelhos com uma cajadada só”. No primeiro mês, 16 membros optaram por esta redução e compareceram na horta. Já no segundo mês, 10 membros optaram pela redução, porém somente 3 assumiram efetivamente o compromisso de trabalho no sítio. A incerteza e falta de comprometimento daqueles que se propunham a realizar tarefas agrícolas levaram à extinção desta possibilidade em poucos meses. Ainda assim, o ano de 2015 foi marcado por uma grande expansão do grupo (chegando a 64 membros cotistas, maior número até hoje alcançado pela comunidade) e uma importante mudança na relação da comunidade com o Sítio Centenário.

O início do projeto é marcado por uma relação comercial com o agricultor. À medida que as relações se fortalecem e a comunidade cresce, o agricultor se torna exclusivamente fornecedor para o CSA, ou seja, a comunidade consegue consumir toda a produção do sítio. [...] Quando cada membro entra no projeto, ele “ganha” um sítio. A ideia é sair da relação de cliente e focar em uma relação de comunidade. Aqui se propõe que a comunidade como um todo pense em como encontrar estratégias para cobrir os gastos do sítio que não conseguem ser contemplados pelas cotas. Isso pressupõe pensar o sítio como nosso, parte essencial da comunidade e, por isso, deve ser pensado, cuidado e organizado por todos (Ata da Assembleia de Abril de 2015).

Desta forma, foi decidido em assembleia que a comunidade seria responsável por todo o Sítio Centenário. Para tal, seriam organizados eventos para arrecadar fundos e uma parte da produção seria destinada à prefeitura municipal, fornecendo alimentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, o intuito era equilibrar o orçamento total. Com tal perspectiva em vista, todas as entradas e saídas financeiras do sítio passavam a ser controladas pelo núcleo gestor, exigindo da agricultora repasses mensais de todo tipo de comercialização que viesse a ocorrer no sítio (vendas diretas, fornecimento para a prefeitura, comercialização em feiras).

Nestas circunstâncias, um novo NG é formado, com três comissões bem definidas: 1 – formação, comunicação e expansão (responsável pelo acolhimento de membros, comunicação do grupo e canais para expansão); 2 – financeiro, administrativo e jurídico (responsável pela tesouraria, investimentos e questões trabalhistas) e 3 – estrutura e planejamento (responsável por manter uma presença constante no sítio e estar mais próximos à agricultora, resolver questões estruturais e planejamento de plantio). Estas comissões iniciaram o ano com bastante movimentação, uma série de reuniões e atividades. Pouco a pouco, cada membro acabou se distanciando e a logística financeira e de comunicação do dia a dia seguiram centralizadas na mão de uma pessoa. Neste mesmo período, a comunidade financia a participação da agricultora no curso de formação em CSA oferecido pela CSA Brasil, injetando um novo fôlego na iniciativa, o que é nítido no relato enviado por ela pouco depois.

Fui fazer o curso e a revelação começou. A igualdade entre todos, a simplicidade de todas as respostas de todas as perguntas que fiz a Deus. E o Todo Poderoso, na voz de outras pessoas me respondia, mostrando qual era o caminho que tinha que seguir, pude até enxergar a luz brilhando no final do túnel (lágrimas caindo no teclado de emoção). A cada palavra carregava as baterias em mim, voltei para casa suprida de tanta energia que queria falar de tudo com todos e a felicidade de ter encontrado o caminho. (Relato da responsável pelo sítio centenário enviada à comunidade em 17/05/2015)

Apesar da expansão do grupo e, portanto, de um aumento de entrada de recursos na comunidade, o problema da falta de mão de obra seguia preocupando a agricultora. A produção era instável e não eram raros os momentos em que as cestas apresentavam qualidade aquém da

esperada. Na tentativa de amenizar esta questão e ao mesmo tempo favorecer o acesso às cestas àqueles com dificuldade de pagar as cotas, em julho de 2015, inicia-se o projeto de bolsistas. A proposta era abrir vagas para dois bolsistas por dia em campo, cada um com uma carga de trabalho de 4 horas semanais em troca das cestas. A maior parte do público que buscou, e ainda busca, o programa de bolsista eram estudantes universitários entre 20 e 30 anos. Nenhum deles tinha conhecimento prévio de plantio e, assim, precisaram ser “treinados” para o trabalho em campo. Na Ata de outubro de 2015, é possível observar problemas ocorridos, como faltas sem aviso prévio, alta demanda de tempo da agricultora para ensinar sobre plantação e ausência de comprometimento como principais desafios com esta nova modalidade de membros na comunidade. Com esta nova demanda, reuniões somente entre bolsistas, oficinas de plantio, colheita e manejo são organizadas no intuito de melhorar a atuação destes membros no dia a dia em campo. Grupos exclusivos de whatsapp e facebook são criados para tratar de assuntos referente à caronas para se deslocar ao sítio, trocas de turno e tarefas na horta.

Em 2016, a CSA São Carlos inicia uma nova proposta de gestão financeira. A pedidos da agricultora, novamente o Sítio Centenário é dividido para destinar somente uma área de 4 mil metros quadrados para a CSA. O argumento para a divisão do sítio se assentava na necessidade de autonomia da agricultora. Novos projetos apareciam e era de seu interesse poder participar sem a necessidade de apresentar suas intenções à comunidade. Neste ano, com a produção novamente dividida, a agricultora participa cada vez menos das reuniões do núcleo gestor devido à alta demanda de trabalho em campo e uma bolsista passa a fazer esta ponte de comunicação entre campo e cidade. É o início de um distanciamento e de uma falta de diálogo. Ao mesmo tempo, o NG sugere que os repasses para a agricultora ocorram para atender duas necessidades distintas: um capital fixo referente à mão de obra e arrendamento e um capital variável referente aos insumos. Neste segundo caso, era de responsabilidade da agricultora manter uma prestação de contas para que o emprego do repasse do valor variável pudesse ser acompanhado pelo NG. Em especial, este novo formato de repasse financeiro e a ausência da agricultora nas reuniões do NG geraram uma série de desconfortos não verbalizados tanto por parte da agricultora como pelos membros que compunham o NG.

Em julho de 2016 ocorre uma transição da gestão da CSA, com o afastamento de uma das principais responsáveis por esta função desde a fundação do grupo. A partir deste momento, as funções de gestão financeira e de comunicação foram divididas e por alguns meses se tornou confuso para a comunidade saber quem estava à frente de qual função, antes centralizadas em uma única pessoa. Estes dois episódios dão início a uma série de mal-entendidos, desconfianças

e desgastes emocionais que se desdobram em um dos maiores conflitos interno vivido na comunidade, o que se arrastou por todo o ano de 2017.

Em um relato enviado por whatsapp por um antigo membro, que trabalhou de forma quase diária em campo durante este período, é possível observar que em vários momentos a responsável pelo Sítio Centenário acusava membros do NG de abandono, falta de sinceridade e não entendimento das necessidades do campo, manifestando, portanto, grande frustração. Um descontentamento e até um descaso da agricultora com a comunidade vai se construindo, o que se reflete nas cestas, que a cada semana apresentavam qualidade cada vez mais questionável, ora reduzidas, ora pouco diversas. Com tal problema, a partir do final de 2016, a comunidade começa a vivenciar uma saída drástica de membros.

quando o agricultor não está bem, isso fica evidente no produto dele, quando você não está bem você não escreve um texto bom, quando o agricultor não está bem ele não vai produzir um alimento bom, e ainda mais na agricultura, em que você deposita toda a sua energia na terra e no que você está fazendo. E aí nisso pode ter ocasionado, não sei, é o que eu penso, pode ter ocasionado a saída de tantas pessoas de uma vez, porque a agricultora não estava mais motivada (entrevista nº 3).

Ao mesmo tempo, a chegada de dois estagiários em campo, que passaram a morar no sítio por mais de um ano, marca um novo ciclo de estratégias para a superação das adversidades e um recomeço da comunidade. O primeiro passo foi iniciar um grande movimento de organização dos bolsistas no intuito de fortalecer vínculos,

primeiro a gente tentou organizar os bolsistas e trazer esta ideia, este referencial de família pra eles, pra eles entenderem a importância de estar em campo todos os dias, a importância do trabalho deles, porque muitos faltavam e não repunham, e tal, e a gente foi tentando trazer esta ideia, esta reflexão com eles, esta aproximação, que são as pessoas que estão mais próximas inclusive, então é o que está mais fácil (entrevista nº 3).

Com esta nova estratégia, o programa de bolsista se estrutura e o sítio Centenário passa a contar com aumento significativo de número de pessoas em campo. Porém, um novo sentimento de desconforto surge na comunidade. Agora, existiam “Nós” e “Eles”. “Nós” eram os bolsistas e voluntários, que estavam no dia a dia da horta, ao lado da agricultora, constantemente organizando eventos entre eles. “Eles” eram os membros cotistas da CSA, vistos como aqueles que “só pagavam”, mais distanciados e com encontros que se restringiam somente as retiradas das cestas.

Assim, o ano de 2017 esteve marcado por um movimento de inversão da balança. O número de membros cotistas seguiu diminuindo enquanto o corpo de bolsistas em campo

aumentou, fazendo da CSA São Carlos a primeira no Brasil a ter mais bolsistas do que cotistas na comunidade. Em setembro de 2018 a comunidade, segundo a responsável do Sítio Centenário, contava com 11 membros cotistas e 47 membros bolsistas. Para alguns membros antigos, este movimento deixou a sensação de que a CSA mudava seu rumo, levando ao distanciamento da comunidade.

O nosso CSA assumiu, nos últimos tempos, um formato diferente da proposta inicial, passando a ter como eixo principal a participação dos bolsistas (atualmente, "agricultores"). Foi uma opção bem interessante, mas achamos que não poderia ter ocorrido o esvaziamento do grupo dos "cotistas" (que sempre chamei de co-produtores, como aprendi naquela assembleia de 2013). Quando, na última assembleia, veio a informação de que éramos apenas 8 co-produtores que continuavam e só 3 estavam presentes (a proposta inicial era para 100, chegamos a cerca de 70!) e **não houve uma preocupação maior quanto a isto**, não nos sentimos mais confortáveis ou necessários para este modelo de CSA. Isto nos ajudou a decidir pela saída, que comunicamos agora. (e-mail enviado por membro co-fundador em 28/07/2018)

Porém, apesar da diminuição da entrada de recursos através das cotas, novos projetos de comercialização surgem, oferecendo possibilidade de escoamento da produção e sustentabilidade financeira ao Sítio Centenário. Dentre os mais importantes canais de comercialização, vale citar o sacolão móvel⁷⁵ e a feira de orgânicos da cidade, oficialmente inaugurada em 15 de setembro de 2018. Ambas iniciativas contam com a articulação e parceria do Sítio Centenário junto a uma série de novos agricultores familiares orgânicos na cidade. Com esta nova configuração, a CSA SC volta a entender o Sítio Centenário e toda sua produção como de responsabilidade da comunidade. Desta forma, agora a CSA não é mais sustentada pelas cotas, mas sim pela força de trabalho coletiva tanto para estabilizar a produção como para comercializar seus produtos.

4.2. As motivações que aproximam.

Não existe comunidade sem pessoas. Portanto, o sucesso de uma CSA está intrinsecamente ligado à sua capacidade de atrair novos membros, assim como de manter seus aderentes no grupo (OSTROM, 1997). Desta forma, olharemos para as motivações que aproximam membros à CSA São Carlos, buscando elucidar quais mundos de justiça são mobilizados com maior evidência nos argumentos a favor desta iniciativa. Como explicado no capítulo anterior, este exercício de isolar os elementos do discurso é somente para ampliar nossa

75 O sacolão móvel é um projeto de "feira itinerante" em que produtos vindos de agricultores orgânicos são comercializados em uma Kombi, ficando estacionada em um ponto diferente da cidade a cada dia da semana.

capacidade de análise. Com efeito, ocorre correlações entre estes elementos, o que permite aos atores articularem significados associados à sua participação na comunidade.

Motivações do mundo doméstico

Como mencionado anteriormente, argumentos a favor da CSA permeiam, em grande parte, princípios do mundo doméstico de justiça. Tanto nas entrevistas, nos e-mails trocados por membros da comunidade, nos textos de divulgação e em outros depoimentos, podemos observar uma série de elementos deste mundo justo enxertado nos discursos. Este tipo de mobilização de recursos nos mostra que estes princípios normativos contribuem fortemente para a justificação da escolha por participar deste modelo de comercialização e de relação entre campo e cidade.

O slogan utilizado pelas CSAs no Brasil, “da cultura do preço para a cultura do apreço”, demonstra o desejo de uma valorização desta ordem de grandeza justa em substituição a ordem de justiça do mundo mercantil. Na CSA São Carlos, encontramos provas de veracidade da efetivação desta justiça doméstica tanto na forma como os membros se dirigem uns aos outros em e-mails e posts no facebook, utilizando palavras carinhosas como “amores”, “gente linda”, “queridos”, como nos relatos sobre os momentos de entrega e na descrição de vivências em campo. É possível observar a importância atribuída à construção de relações de proximidade e afeto entre os membros, característicos deste mundo doméstico de justificação.

Oi amores! Hoje estive no sítio e foi incrivelmente maravilhoso. [...] nos divertimos muito, rimos, conversamos tivemos muitas ideias e foi realmente incrível! Aprendi muito! Foi um dia agradável, com vaquinhas, gatos, cachorros, galinhas, cheiro de mato, jaca, banana, almoço coletivo com alface colhida na hora, terra macia, descoberta, terapia, pôr do sol colorido, muitos risos, aprendizados, trocas, companhia de pessoas especiais, conselhos, frases engraçadas da vó, carinho e ensinamentos do vó, amor, paciência, ensinamentos, amizade, ideias fervilhando, muita esperança, amor, felicidade, vontade e empolgação! Tudo isso está proporcionando muito mais clareza, e entendimento sobre a CSA de uma forma mais completa e detalhada (e-mail de um membro da comunidade enviado em 13/01/2015).

Não caberiam em palavras o quanto a vivência diária naquela horta me ajudou a me desconstruir e começar uma reconstrução baseada no amor (relato enviado ao grupo de whatsapp em dezembro de 2017).

o corpo energético que a CSA São Carlos tem é muito afetivo. As pessoas chegam ali e se sentem muito acolhidas, está no rosto das pessoas. As pessoas chegam e não querem ir embora, elas querem ficar conversando. Tem a feirinha, tem o pão, tem o artesanato, tem a planta, tem a aromaterapia, então não é pelos produtos em si, mas é todo um clima que as pessoas chegam lá e elas estão se encontrando, e elas estão conversando, e então rola a conversa sobre a vida, sobre a semana, sobre a família, troca receita, e aí está rolando uma reunião, aí chega um pessoal da economia solidária para visitar, aí está rolando uma massagem, é toda uma movimentação que toca as pessoas de outro jeito (entrevista nº 2).

um espaço de trocas, de comunhão, de encontro, tanto a retirada das cestas, como os mutirões, as celebrações, as pessoas vão se conhecendo, vão trocando, vão se conectando, eu tenho certeza que muita gente fez amizades e aprofundou amizades por conta da CSA, ela tem um papel de conexão das pessoas (entrevista nº 4).

é esse cuidado, de você chegar lá e você sabe o nome da pessoa, e a família dela, eu sinto que este é o diferencial da CSA (entrevista nº 2).

a CSA trás pro agricultor a visibilidade, e eu me sinto muito bem de ver que a gente está fazendo isso, porque o agricultor hoje, com os produtos no supermercado, é invisível. A [agricultora] não, [ela] é nossa amiga (Grupo de discussão I).

agora é uma relação sujeito-sujeito, a gente já não fala mais do alface, se tá bonito, a gente está falando muito mais “a [agricultora] está bem? Ela está saudável? Ela está feliz? Ela está empoderada?” a gente vai se referir a CSA e ao sítio e a gente sempre fala da [agricultora] e do vô, eles estão felizes, eles estão alegres, eles estão tristes, eles estão doentes... a gente pouco a pouco vai entrando nessa relação (Grupo de discussão I).

o acolhimento é uma parte dentro da CSA, é um processo dentro da CSA também muito importante, porque se uma CSA visualizou que aquele agricultor está precisando, não é só do dinheiro, não é só da segurança financeira, é do acolhimento, é da presença das pessoas em campo (entrevista nº 3).

A estruturação desta relação familiar é vista em várias ocasiões nas relações entre membros da comunidade, como nos momentos de troca de receitas. Ressaltado como outro aspecto positivo de pertencer a CSA, a oportunidade de provar novos sabores e aperfeiçoar a criatividade na culinária auxiliará na construção de vínculos afetivos. As postagens no facebook de receitas criativas, fotos de pratos realizados com itens da cesta, e-mails trocando ideias do que fazer com alimentos em épocas de abundância (como o caso do bolo de chocolate de beterraba ou do chuchurrasco⁷⁶), levará a uma aproximação da comunidade, pois aumenta as chances de diálogo. Ainda, quando um alimento é inusitado para a maioria dos membros (como o caruru, a beldroega, a folha de batata doce) é comum a comunidade se mobilizar nestas trocas para auxiliar o consumo destes alimentos.

muitas folhas verdes, limão e pepino na cesta não é? Porque não aproveita pra dar aquela desintoxicada no corpo? [...] existem muitas receitas de Suco Verde, pois ele varia muito de acordo com os ingredientes disponíveis (ainda bem! se não ficaríamos abusados). Mas passamos aqui um bem fácil com os ingredientes da cesta do CSA (publicação de um membro na página da CSA São Carlos no facebook em 27/03/2014).

Oi gente, mando uma foto do nosso primeiro almoço com a cesta da CSA. Que tal fazermos um álbum virtual (a princípio) com fotos de nossas saborosas refeições?

76 Chuchurrasco é um apelido dado ao prato de chuchu na brasa. A receita é simples, basta descascar o chuchu colocar fatias na grelha da churrasqueira. Tempero a gosto do freguês.

Bora aguçar a criatividade culinária! (e-mail enviado por membro da comunidade em 14/02/2014).

[sobre mudanças positivas com a participação na CSA] eu [pude] me aprimorar na culinária, ver outras coisas legais de comida sendo feita, comer coisas diferentes, novos sabores. Isso foi uma coisa que nunca vou me esquecer, a gente fez uma reunião uma vez que depois no lanchinho coletivo tinha uma mesa tão farta e com comidinhas diferentes do que você vê, coisas tão inovadoras, que assim, só num contexto como o da CSA para eu me aproximar (entrevista nº 8).

Gosto quando vêm coisas diferenciadas, nos faz conhecer novos alimentos (resposta ao questionário aplicado pelos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Eu e meu marido estamos extremamente felizes: os alimentos que estamos trazendo pra casa são muito frescos e gostamos de tudo o que foi colhido até o momento... mesmo aqueles que não conhecíamos (caruru e folhas de batata) são deliciosos! Estamos prontos para surpreender nossos paladares com mais “vegetais lado B”! (e-mail enviado por um membro da comunidade em 29/03/2016).

Ainda, as celebrações na CSA-SC têm papel essencial nesta criação de vínculos emocionais entre membros. Tanto as pizzadas (eventos organizados com o intuito de arrecadar fundos para o grupo) como as festas juninas mobilizaram a comunidade, estreitando laços e fortalecendo amizades. Nos últimos anos, em especial na Festa Junina de 2017, o corpo de bolsistas esteve muito presente na organização destes eventos, obtendo grande sucesso na participação de pessoas de fora da comunidade (na festa junina vieram mais de 500 pessoas ao sítio).

Olá comunidade CSA, boa noite! Para celebrar, para trocar ideias, comidas e afetos, dia 30 de julho, sábado, acontece nossa Festa Julina, com fogueira, quentão, musica, pipoca e pé de moleque, lá no sítio da querida [agricultora]! Um sarau vai acontecer também, somando com a festança (e-mail enviado por um membro da comunidade em 12/07/2016).

Queridíssimos Co-Agricultores! Para celebramos a União e o Amor entre nós nesse 2016, que tal fazermos um *Amigo Secreto de habilidades manuais? A ideia é você brincar com o que sabe fazer pensando com muito carinho em quem vai receber sua criação, então a liberdade é poética, só não vá se perder nos tempos e pormenores, rs. (publicação de um membro no grupo de bolsistas do facebook).

Cartaz de divulgação da celebração de 2017 Enviado à comunidade tanto por e-mail como facebook em 2014

Com efeito, elementos deste mundo doméstico de justiça são vivenciados na comunidade pouco a pouco, em especial por membros mais engajados, que vão a campo e que participam dos espaços coletivos. A iniciativa dos bolsistas, de fato, trouxe à CSA São Carlos o fortalecimento da comunidade com ancoragem nesta ordem de mundo justo. O estabelecimento de laços afetivos demanda tempo juntos. Assim, não é por acaso que as oficinas obrigatórias para quem quer estar em campo, a necessidade de uma comunicação mais diária (para cobrir faltas e oferecer caronas por exemplo), assim como a proximidade com a família agricultora no dia a dia, propiciaram o estabelecimento deste vínculo. A partir da participação mais ativa dos bolsistas em campo, houve uma maior circulação de fotos postadas nos grupos de facebook, com diversas manifestações de carinho e companheirismo, tornando-se um grande atrativo para novos bolsistas e voluntários no sítio Centenário nos dias atuais.

Motivações do mundo inspirado

Ao olhar para os princípios justos de mundo inspirado podemos observar, nos discursos argumentativos dos membros da CSA-SC, uma série de elementos relativos à busca pela paz interior, uma sensação de conexão com o todo, da comunidade estar conectada a um ideal maior como motivações para a participação na comunidade.

a gente fala tanto na teoria em querer se relacionar com os céus e com a terra em harmonia e de repente está vendo que o que está sendo plantado tem todo um porque, e aí tem a história de fazer parte de uma associação, de uma comunidade e todo mundo consciente, entendendo o tempo de cada coisa, isso é muito bonito, você se sente mais conectado (Grupo de discussão I).

esta é a prática da CSA e do associado também, entender que não é o que ele quer que vai ser plantado e colhido no tempo que ele sentir, desejar, mas num tempo que tem um alinhamento ali, de como trabalhar a terra, uma visão maior, cosmológica. Imaginar um tempo que os homens eram coletores, faz a gente entender uma narrativa que é ancestral. Isso é uma coisa que me encanta muito, não é só plantar orgânico, mas estar relacionado com uma coisa maior (Grupo de discussão I).

A vivência no campo. O bem-estar de estar lá e começar a pensar de que outra forma, além da CSA, para estar fazendo aquilo sabe... e descobrir que aquilo me deixava em paz, me deixava bem, os pensamentos acalmavam, e o dia era muito bom, de compartilhar com as pessoas, trocar ideia. E as vezes quem entra na CSA não tem esta dimensão do todo mesmo (entrevista nº 5).

pra mim acaba sendo até poético, acho bonito falar “é o que vem, é o que a terra está me dando agora”. Acho que enxergar desta forma, “é o que está vindo”, de forma natural, é massa (Grupo de discussão II).

A CSA é um projeto que inspira propósito nas pessoas (entrevista nº 2).

eu me sinto lisonjeada de fazer parte desse movimento porque é a ferramenta pra mudança. É um atalho para eu conseguir ser a mudança que eu quero ver no mundo (Grupo de discussão I).

Ao tratar da aceitação do que vem na cesta, durante o grupo de discussão realizado em 2015, um dos membros expressa este processo de concordância pela palavra temperança. Sua conexão com as virtudes cardinais, própria da religião católica, nos remete a este ideal humano, característico deste princípio justo de inspiração, em contraposição às tendências individualistas do mundo mercantil.

Na hora que você estava falando do mundo, da individualidade, me veio uma palavra na cabeça, temperança. Falando de consumismo e da aceitação do que vem na cesta, temperança é a capacidade de moderar seus próprios desejos e reações, sobriedade no comer, beber, parcimônia e economia e aí ele [dicionário] coloca religião, uma das quatro virtudes cardiais que existe em ser moderado nos seus desejos e satisfação das tendências. Porque você pega o capitalismo, o dinheiro, a ideia é o cara poder fazer o que ele quiser porque ele tem dinheiro, parte tudo do dinheiro e aqui [na CSA] a gente vê que não é isso. É trabalho, é esforço, é paciência mesmo para passo a passo construir alguma coisa (Grupo de discussão II).

Também é possível relacionar o sentimento de respeito e gratidão ao todo, com o alimentar-se de luz, oferecendo alimento para a alma, expresso por esta bolsista após um ano em campo, neste mundo de justiça inspirado em idealizações de vida saudável.

Este mês completei 1 ano de trabalho em campo. Nessa terra de gente boa, trabalhadora, questionadora e feliz. Meu trabalho é um aprendizado contínuo e constante. No sítio aprendi a plantar, colher, arrancar mato (Pacarai), a controlar pragas entre tantas outras necessidades pra agricultura. Mas das maiores aprendizagens é o cultivo. Cultivar e cativar. Respeito com o próximo, seja ele humano, animal, vegetal ou rocha. Respeito por tudo aquilo que nasce e morre para me alimentar, de luz e comida. Sinto muita gratidão por estar presente com todas e

todos vocês que também são aprendizes dessa vida (Relato de uma bolsista publicado no facebook em 30/06/2017).

O que podemos verificar, através dos dados coletados e da observação participante, é que elementos de mundo justo inspirado aparecem nos discursos de membros que de alguma forma já estão na comunidade por algum tempo. Um elemento essencial observado aqui é o fato destes membros terem tido uma experiência em campo, seja de forma mais pontual, ou mais intensiva como bolsista. Esta experiência de conexão com a terra e com o cultivo do alimento parece desencadear este sentimento de uma ligação mais profunda com a natureza, com significados próprios de idealizações de mundo.

Motivações do mundo cívico

Argumentos apoiados em princípio justos de um mundo cívico na CSA-SC parecem estar, muitas vezes, no coração das motivações a favor desta iniciativa em conjunto com aqueles de justificação ecológica. Ao ter uma organização da sociedade civil como proponente do projeto, os movimentos iniciais para a formação e fortalecimento da comunidade estavam, em sua maioria, pautados em princípios normativos de justiça fundados na valorização da participação social e da ação coletiva. Em um e-mail convite para engajamento na CSA, enviado dia 12 de dezembro de 2013, é possível observar as orientações com vistas à igualdade e à solidariedade, valores chave deste mundo justo, assim como a formalidade das informações enviadas aos membros da futura comunidade, com cartas de princípio e regimento interno, destacado por Boltanski e Thévenot (1999), como objetos centrais desta ordem de grandeza.

É com imensa alegria que damos início em São Carlos a uma iniciativa que só tem a somar a cada um de nós. A CSA (Comunidade de Suporte a Agricultura) é um projeto que visa diminuir a distância entre consumidor e agricultor, estreitar laços e criar uma relação mais justa e igualitária entre ambos e queremos convidar a todos(as) a fazer parte disso. Para isso a proposta é, em resumo, que cada consumidor pague mensalmente uma cota que financiará o plantio de verduras e legumes orgânicos de ótima qualidade, recebendo semanalmente uma cesta com estes produtos fresquinhos recém colhidos da horta, com prazo previsto para retirada já para a primeira semana de fevereiro.

Em anexo vocês encontrarão a carta de princípios da CSA, o regimento interno, o orçamento anual (todos abertos a receberem propostas e ideias) e a ficha cadastral para fazer parte deste grupo. Nestes documentos estão todas as informações necessárias para que cada um entenda exatamente qual é nossa proposta e, portanto, recomendamos sua leitura antes de tomar a decisão de estar conosco nesta empreitada (e-mail enviado pela Veracidade no dia 12/12/2013).

A importância dada aos espaços de decisão do grupo, como as assembleias e as reuniões do comitê aberto, assenta-se em argumentos relativos a este mundo cívico de justiça.

Através da valorização da participação de toda a comunidade na busca da satisfação das necessidades do coletivo e a disponibilização da Ata permanente a todos os membros, elementos desta ordem são mobilizados.

Como vocês sabem as assembleias são espaços EXTREMAMENTE importantes para o desenvolvimento da nossa comunidade. É neste momento que todas as decisões importantes são tomadas, onde podemos dialogar sobre questões pertinentes a melhorias, onde nos conhecemos e reconhecemos dentro desta família. A horizontalidade só pode ocorrer com a participação, crescemos juntos quando ouvimos vários pontos de vista, somos mais criativos quando pensamos juntos (e-mail enviado pelo NG no dia 15/04/2015).

A CSA permite essa conversa super horizontal, todo mundo ouve todo mundo, todo mundo respeita todo mundo sempre. As nossas assembleias são assim. É bem bom isso, esse campo de possibilidades que a gente está criando, é bem legal (Grupo de discussão I).

Eu acho que fazer parte da CSA traz este entendimento de que você está fazendo parte de uma revolução com outras pessoas, que é de ir contra o sistema, trabalhando num senso de democracia participativa, onde as pessoas têm voz e podem criar novos caminhos e novas relações (entrevista nº 6).

Observemos o uso de termos como “articulação comunitária”, “organização da sociedade civil”, “ideal comum”, “horizontalidade”, “revolução silenciosa”, todos ancorados em princípios cívicos de justiça. Portanto, trata-se de referências centrais de um mundo justo que orientam a construção do coletivo, com perspectivas de fortalecer a comunidade e o sentimento de pertencimento.

Passado quase um ano, hoje temos certeza que acertamos em cheio ao investir nosso tempo e dedicação na criação dessa comunidade; acreditamos na importância dessas articulações comunitárias de longo prazo, permanentes, como um processo necessário para a transformação do mundo e da sociedade. [...] tem sido maravilhoso acompanhar e ser parte do crescimento desse grupo, dessa proposta revolucionária (e-mail enviado pela Veracidade no dia 23/12/2014).

a gente se vê fazendo parte da revolução silenciosa, se nutrindo de algo que vai também revolucionar. E alimentar e sustentar essa rede faz com que a gente se sinta ativista com aquilo que a gente come no nosso dia a dia, que é um prazer, que é um outro sabor. No embate com o sistema as vezes a gente se desgasta demais, então eu vejo como um caminho muito mais harmônico, muito mais produtivo, você criar uma associação de pessoas que confluem com esses princípios e queiram materializar isso juntos (grupo de discussão I).

é uma forma de nós, da sociedade civil, nos organizarmos pra apoiar alguma coisa que faça sentido pra nós, e isso não necessariamente com alimento, que é o caso da CSA, pode ser qualquer coisa, acho que isso é um despertar para diversas possibilidades (entrevista nº1).

Em 2016, a CSA São Carlos tentou incorporar na comunidade a modalidade de cotas variáveis, onde os membros pagariam de acordo com sua capacidade financeira. A intenção foi

ampliar a solidariedade e uma identidade coletiva. A proposta teve uma duração de 6 meses, sem o resultado esperado. Somente quatro membros chegaram a pagar um pouco a mais, enquanto 10 membros pagaram a menos, causando um leve desequilíbrio financeiro no grupo, coberto pelo fundo de reserva da própria comunidade. Este episódio isolado, porém, de significativa importância, abre espaço para a reflexão sobre o contexto brasileiro, inclusive apontando para um dos principais motivos relatados pelos membros ao sair do grupo: as dificuldades financeiras. Ainda assim, é possível observar que reflexões contrapondo “dinheiro” e “organização social” aparecem no relato de membros da comunidade, trazendo elementos do mundo cívico de justiça em contraposição ao mundo justo mercantil.

queremos dar um passo a mais no que significa ser uma comunidade, um passo a mais no caminho a uma solidariedade real entre nós, e queremos propor o que chamamos na assembleia de **COTA SOLIDÁRIA**. Esta solidariedade implica em que as pessoas que sentem que, por sua atual condição financeira, podem contribuir um pouco mais [...] fazendo isso, permitimos que as pessoas que por ventura estejam em um momento onde 120 é muito pesado, e que isso faria que inclusive precisassem sair da comunidade, que possam então pagar um pouco a menos [...] e neste equilíbrio, nesta prática solidária, a gente possa enquanto **COMUNIDADE** ajudar-nos mutuamente, sustentar nossa produção e nossos agricultores e experimentar, na prática, novas formas de se relacionar social e economicamente com o mundo (e-mail enviado pelo NG no dia 17/12/2015).

Eu acho que a CSA me ajudou a ver que o dinheiro não é a única moeda de troca, e dá pra haver outras formas de organização que garante uma sustentabilidade pra quem está lá dentro [no campo]. Acho que ficou muito concreto esta coisa da escolha mesmo, eu escolho ir para o viés de trabalhar que nem louco e ter dinheiro ou eu escolho ter o mínimo necessário, o que eu achar necessário para viver, ficou muito concreto esta experiência de ver que na verdade cabe a gente mesmo escolher o que a gente quer da nossa vida, e se organizar pra isso (entrevista nº 5).

Ao serem questionados sobre os motivos que influenciaram a participação na comunidade, observamos o compartilhamento de valores e ideais comuns. Trata-se de avançar em direção à uma experiência de coletividade e de construção de relações justas, o que sustenta argumentos a favor da CSA, ancorados assim no mundo cívico de justiça.

foi muito agradável estar junto com pessoas com as quais eu criei muita afinidade, e quando digo afinidade não é nem dizer ‘nossa, como somos amigos’, mas é o tempo que estamos juntos partilhando dos mesmo valores sem a gente precisar ficar explicando muito (entrevista nº 8).

a CSA permitiu criar uma rede de pessoas que lutam por um ideal comum, bem como propiciou um maior aprendizado sobre cultivo de alimentos (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

A sustentabilidade e o apoio comunitário em torno da proposta foi a grande motivação, fazer parte da construção de um modo de consumo e de produção mais humano é muito enriquecedor, em muitos sentidos (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Embora a intenção fosse inicialmente a história da comida, entrar para a CSA veio com tudo o que eu já sabia que ia vir. Uma intenção política, me socializar com outras pessoas que tinham os mesmos interesses, e me aproximar de uma realidade do campo onde eu queria fazer uma história, e agora com meu filho, eu queria mostrar isso pra ele (entrevista n° 8).

conforme me aproximei do grupo e pude conhecer mais sobre os ideais da CSA, o aspecto cultural passou a influenciar cada vez mais minha participação e envolvimento no Núcleo Gestor, principalmente devido à proposta de romper com a cultura individualista e consumista, buscando fortalecer uma comunidade que priorize bem-estar coletivo (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

[A CSA] é uma porta de entrada para você começar a mudar sua alimentação, mas é uma porta de entrada pra você começar a repensar vários aspectos que partem da alimentação mas vão para outros lugares. Como que a gente consegue construir relações mais justas com as pessoas, e se olhar de frente, horizontalmente, e isso é muito massa (entrevista n° 2).

Assim, é possível observar a força com que a CSA São Carlos se apoia em princípios do mundo cívico de justiça, sendo especialmente importante no engajamento dos membros para a participação nos espaços de decisão da comunidade. Ainda que o motivo inicial de aproximação desta iniciativa esteja ancorado, principalmente, em um mundo verde, como veremos a seguir, é possível dizer que a comunidade de São Carlos também estimula a aproximação de membros através de justificativas cívicas. Com efeito, é plausível considerar que as ordens cívicas e ecológicas possuem fronteiras muito permeáveis, nas quais se encontram referências comuns de justiça.

Motivações do mundo verde

Em especial, através de seu compromisso com uma agricultura ecológica, a CSA encontrará nas justificações de um mundo verde os principais motivos para a aproximação de membros na comunidade. Apesar de não ser exclusivo deste modelo de relação, e de vivermos um momento em que a crítica ao modelo industrial de agricultura mobiliza uma diversidade grande de modelos alternativos agroalimentares, a busca por uma alimentação orgânica, com matizes políticas de um mundo cívico, favorecerá o estabelecimento desta iniciativa e sua rápida expansão pelo país. Na CSA São Carlos, é evidente nos discursos de nossos entrevistados diversos elementos de justificção ecológica.

No início, os fatores que contribuíram mais fortemente para minha adesão ao projeto foram o ambiental e o econômico, em relação ao orgânico - uma forma de cultivo que não degrada o ambiente, além de ser uma opção mais saudável de custo acessível (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

eu nem entendia muito a questão do coletivo de compra, ou comércio, ou modelo do CSA, eu não estava entendendo nada disso. Eu entrei pelos orgânicos, pra comprar orgânico (entrevista nº 5).

comecei a me interessar por plantas, por plantar, comecei a plantar um tomatinho em casa, [...] e foi aí que comecei a me dar conta de como eu estava distante de uma realidade que eu queria me aproximar. E vinham alimentos que eu nunca tinha visto. Eu nunca tinha visto cúrcuma na minha vida, ou como é que vinha uma cenoura inteira. [...] ter essa troca com a realidade da terra, os alimentos, o que vem em qual época, está vindo mais disso, está vindo menos daquilo, o que eu posso fazer com isso que está vindo a mais? (entrevista nº 8).

Estou muito feliz em participar destas ações inteligentes! Comer alimentos saudáveis e não poluir o solo e a água (e-mail enviado por um membro da comunidade em 29/12/2013).

Não concordo com o jeito que a produção agrícola funciona hoje. Além de ruim para o meio ambiente, traz diversos malefícios a nossa saúde. Buscamos meios de ir contra isso, acabei encontrando a CSA (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

A proposta de trabalhar com orgânicos, produtos livres de qualquer tipo de agrotóxicos me chamou a atenção. Os alimentos orgânicos são importantes para a saúde do consumidor, do produtor e para o meio ambiente (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Nestes relatos, é clara a crítica ao mundo industrial e mercantil de justiça, apoiada em elementos justos de mundo verde a favor da CSA e da agricultura familiar. Ao exaltar a vida e a manutenção da espécie humana na terra como elemento da “fonte de indignação”, coloca em xeque as grandezas e os valores relativos ao mundo industrial e mercantil, característico da legitimação da agricultura convencional. No depoimento seguinte, observamos a motivação pelo lucro causando sensação de desconforto.

eu tenho muito respeito, porque são pessoas que estão fazendo um favor humano pra gente, de trazer de tão longe todo este conhecimento, toda uma tecnologia que é estratégica para o ser humano em cima da terra, porque se não fosse essas pessoas a gente estaria dependendo das agro indústrias da vida. É muito burro o ser humano terceirizar isso para uma grande indústria, eu penso e sinto isso, burro. É quase um auto boicote em termos de vida, de manutenção da espécie humana (entrevista nº 8).

Acredito que minha participação no CSA foi motivada pelo meu interesse em uma alimentação mais saudável, com menos agrotóxicos e produtos químicos e com menos produtos provenientes de grandes empresas capitalistas, que visam principalmente o lucro e não se importam tanto com a qualidade de seus alimentos. Além da qualidade dos alimentos orgânicos, minha participação no CSA também se dá por uma causa social, visto que me sinto mais confortável em contribuir financeiramente com pequenos agricultores orgânicos ao invés de dar meu dinheiro para as grandes empresas, que estão relacionadas com as grandes monoculturas transgênicas que são uma ameaça ao meio ambiente e sua biodiversidade (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Assim, observamos que princípios de um mundo verde de justiça são o motor inicial para a adesão de novos membros à CSA. O desejo por alimentos livres de agrotóxicos abre espaço para outras reflexões ao longo da participação na comunidade. O próprio desejo por uma mudança no estilo de vida, começando pela dieta, pode ser vinculado a valores deste mundo ecológico. No questionário realizado em 2015 pelos alunos do curso de Gestão Ambiental da Universidade de São Carlos, foram elencados quatro fatores para a participação na comunidade: ambiental, social, econômico e cultural. Todos os membros que participaram do estudo colocaram a questão ambiental como motivadora para a participação na CSA. Os outros três fatores elencados apareceram em diferentes proporções, sendo o fator social o segundo mais citado, o que permite entender que princípios de mundo ecológico e cívico estão em maior evidência no momento de aproximação inicial.

A partir do estudo de caso da CSA São Carlos, é possível evidenciar a presença de referências de justiça dos mundos doméstico, inspirado, cívico e ecológico mobilizadas pelos atores participantes das Comunidades que Sustentam a Agricultura, vistos inclusive em estudos internacionais e na literatura disponível, já discutidos anteriormente. Neste caso em específico, pode-se concluir que as referências de justiça aparecem de forma distintas em razão de diferentes momentos da comunidade em São Carlos. Inicialmente os princípios normativos de um mundo cívico e ecológico estão em maior evidência para o engajamento de novos membros na comunidade. A busca por um alimento orgânico será “uma porta de entrada” para a CSA e levará seus membros à reflexão de outros aspectos relacionados à cadeia alimentar e suas relações. Como sugerido por Cone e Myhre (2000, p. 194), “quanto mais os membros participam de suas fazendas [de suas comunidades], maior a probabilidade de expressarem seu compromisso em termos ideológicos mais amplos”.

Assim, princípios de um mundo doméstico, em especial relacionados ao vínculo afetivo, irão sendo fortalecidos ao longo da participação no projeto. Em especial, ocorre nos membros que vão a campo, seja como bolsista ou como voluntário, em momentos de mutirão ou visitas abertas. Assim, observamos a mobilização de elementos de justiça deste mundo doméstico, o que terá papel central na motivação de uma participação mais ativa na comunidade. Princípios de um mundo inspirado serão vistos em menor evidência, fazendo parte do discurso daqueles que já estão há um maior tempo na comunidade. Ainda assim, a busca por uma relação mais harmoniosa com a terra e os seres vivos nos mostra elementos deste mundo de inspiração como parte do universo argumentativo a favor das CSAs.

4.3. Os conflitos que afastam.

O principal desafio são as duas ferramentas que a gente trabalha na CSA: o agricultor e o coagricultor. Este é o desafio (entrevista nº 3).

Como afirma Corrêa e Castro Dias (2016, p. 81), “os momentos críticos referem-se às situações nas quais os atores se dão conta de que as coisas não vão bem, de que não é possível prosseguir do mesmo modo”. A instabilidade da realidade colocará à prova elementos de mundo justo mobilizados pelos sujeitos anteriormente, provocando ajustes nos argumentos. Nas CSAs, os conflitos e controvérsias estão especialmente vinculados à gangorra do individual versus coletivo, das demandas do urbano versus rural. Ainda que este jogo de forças não seja exclusivo das comunidades de apoio à agricultura, olhar para os elementos que constituem esta polarização pode nos auxiliar em uma reflexão profunda dos desafios que novos modelos de relação com a cadeia agroalimentar enfrentam na atualidade.

Com efeito, na CSA São Carlos, encontraremos conflitos de ordem mais prática e objetiva, relativos à parte funcional da comunidade, e conflitos de âmbito mais subjetivo, relativos à parte relacional entre os membros da comunidade. Em uma sociedade que a cada dia valoriza mais sua identidade individual, relacionar-se com o outro sempre será um enorme desafio. Na construção de comunidades e coletivos, a complexidade destas relações ganham proporções ainda maiores. Como analisa Escobar (2014, p. 60), “entrar no campo da relacionalidade - começar a viver com a inspiração profunda que ela evoca e transformar nossas práticas e espaços cotidianos de acordo com tal inspiração - não é fácil”.

Como visto anteriormente, a CSA é uma iniciativa que estimula uma participação constante de seus membros na comunidade, para além do consumo das cestas. Esta participação vai desde o engajamento na gestão do grupo, a participação no Núcleo Gestor, nos mutirões, nas assembleias, nos dias de campo, nas oficinas, entre outras atividades do coletivo. Dos desafios apontados pelos membros para uma participação mais ativa na comunidade, é possível destacar questões de ordem prática, como falta de tempo e organização do cotidiano, assim como a quebra de velhos hábitos de consumo em supermercados, como motivos que dificultam a participação na CSA.

Quebra do hábito concretizado ao longo dos anos de como consumir vegetais em supermercados (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Tempo. Ainda não consegui ir no sítio (dois meses)! E eu lamento muito. Tenho até vergonha... (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Eu acho que é ainda lidar com o status quo, com a questão de trabalhar 8 horas por dia e em que momento esta pessoa consegue estar na comunidade. Acho que o maior

desafio é lidar com o ideal da CSA e a possibilidade dele funcionar. Como equilibrar estas duas coisas (entrevista nº 5).

Prezados, infelizmente vou ter que adiar minha participação no grupo pois, devido a horário de trabalho, não cozinharei muito em casa. Qualquer hora passo na associação para conhecer (e-mail enviado à comunidade em 29/01/2014).

No meu caso, particularmente, levei um ano para conseguir organizar meu tempo de forma a conciliar uma participação mais ativa na CSA com um trabalho integral.

Atualmente, busco ainda inverter lógica, visando dedicar mais tempo às atividades que tragam um retorno à sociedade e satisfação pessoal, do que retornem dinheiro para ser reinvestido no sistema atual (questionário dos alunos do curso de Gestão Ambiental).

Eu acho que o maior desafio da CSA é promover e conseguir a participação dos membros, a partir da proposta dela, da comunidade que sustenta. Porque eu sinto isso, por um lado vem a proposta, comunidade que sustenta e do outro lado de quem adere a comunidade que sustenta, é um coletivo de compra, e estas duas coisas de chocam (entrevista nº 5).

ausência de um público consumidor consciente, sensível as questões que estão colocadas e que se adaptem ao modelo de relação consumidor-produtor atípico, que é mais trabalhoso que o convencional [...] e que, portanto, vai exigir um esforço um pouquinho maior para entender e se sintonizar com a dinâmica, de participar (entrevista nº 4).

o ritmo, o principal desafio é conseguir se descondicionar a ir no fluxo do mercado e escolher um ritmo mais orgânico, que não é um ritmo negligente a necessidade do outro, mas é um ritmo que abraça a necessidade do outro e olha pra si mesmo para ver se se auto-sustenta (entrevista nº 6).

quão possível é para as pessoas, que são membros da CSA, irem a campo, irem buscar sua cesta no campo, dedicarem tempo para que a CSA funcione numa auto-gestão? Sendo que tem membros que saem e falam que não tem tempo pra fazer comida em casa, e as pessoas não vão retirar cesta porque as pessoas só comem fora de casa. Até que ponto as pessoas conseguem ter vidas que se encaixam com uma proposta de CSA? Que está te convidando a ter uma relação mais próxima com sua alimentação? (entrevista nº 2).

Cone e Myhre (2000, p. 191) afirmam que “as ideologias dos membros muitas vezes entram em conflito com seu estilo de vida⁷⁷”. Neste caso, como podemos verificar nos discursos acima, a gestão do tempo acaba tornando-se um enorme obstáculo para a formação das comunidades. A necessidade de uma alta produtividade é elementar em um mundo industrial de justiça, convidando a sociedade a acelerar o ritmo para entregar melhores resultados, entrando em conflito com o desejo de um movimento mais orgânico, respeitoso dos ritmos naturais, valorizado por um mundo verde de justiça. Esta diferença de ritmo aparece não só como uma dificuldade em participar da comunidade por parte dos consumidores, mas também surge nos conflitos internos do entendimento das necessidades de cada polo desta relação, ritmo urbano versus ritmo rural.

77 Tradução da autora.

eu acho que existe um descompasso entre esta energia que eu trago, que é uma energia da urbe, com uma dinâmica de quem está no campo.[...] a gente vem com um conhecimento que potencialmente pode somar e potencializar o trampo da terra, mas que não vem no mesmo tempo. A gente vem muito dominado por este universo da internet, das planilhas, da parte técnica do manejo, mas que isso não necessariamente faz sentido para o agricultor (entrevista nº 8).

o papel do consumidor e o papel do camponês, do campo, realmente eles tem trajetórias distintas, realidades distintas, e acabam apontando para lugares diferentes. [...] tem esta barreira entre cidade e campo, polo entre produtores e consumidores com demandas diferentes, e não vejo porque isso iria ser diferente na CSA, porque quer queira quer não, são pessoas que estão inseridas no mesmo sistema, no mesmo histórico, na mesma logística. Que estão tentando se reeducar, se acostumar a uma dinâmica diferente, mas tudo isso é um processo de desconstrução (entrevista nº 4).

ritmo de trabalho. O fato da gente chegar e logo de primeira já ter que saber, e ter que fazer acelerado porque a gente tem que render, [...] o fato das coisas serem sempre pra ontem trouxe pra muita gente esta angústia e esta insatisfação, neste sentido de sentir que não tinha tempo a perder (entrevista nº 6).

o desafio é essa sintonia entre personagens que vem de origens tão diferentes, com estudos tão diferentes, com uma reposta ao imediatismo do mundo tão diferentes, porque é isso, a gente está lidando com o imediatismo do mundo (entrevista nº 8).

Ainda fundados em elementos deste mundo industrial de justiça, argumentos referentes à organização, planejamento, auxílio de especialista para o bom funcionamento da CSA São Carlos são construídos quando o assunto é desafios e dificuldades. Ostrom (1997, p. 51) afirma que “o nível de *know-how* agrícola e organizacional que os agricultores da CSA possuem é fundamental para o sucesso da organização da agricultura comunitária e, em última análise, para todo o movimento da CSA⁷⁸”. Da mesma forma, na CSA São Carlos, a dificuldade de planejamento e organização são elencados como os principais desafios para o sucesso da iniciativa.

eu entendi que a falta de planejamento e organização não vão fazer nada dar certo naquele sitio. [...] O desgaste vem deste diário, deste todo dia, as coisas sem organização e a gente sempre na mesma loucura (entrevista nº 3).

um dos pontos frágeis, a questão da organização: eu vejo como imprescindível que o sítio centenário, com o apoio da CSA, contrate um trabalhador ou trabalhadora fixo e qualificado para ajudar a gerenciar a plantação (relato enviado no grupo de whatsapp em Dezembro de 2017).

Algo que todo CSA tem que buscar melhorar é seu próprio planejamento. Para muitos agricultores, que vem de um histórico de família muito da roça, que tem uma baixa escolaridade, isso é uma dificuldade mesmo, porque as pessoas se organizam de outras maneiras, muitas vezes a gente tem uma tradição que é, faz com o que dá, faz no improviso. Isso é algo que a gente precisa buscar superar, não porque o antigo é ruim, mas a gente tem novos modelos hoje disponíveis, modelo de gestão, de organização, que muitas vezes não estão disponíveis no universo de um agricultor (entrevista nº 2).

O que falta pra começar a CSA são técnicos para ajudar nisso, ou pessoas que tenham o mínimo desta clareza do que um organismo agrícola precisa pra funcionar, e como é que a gente vai colocar isso no papel (entrevista nº 3).

na CSA a gente patinava e patinava, não tinha alguém que era técnico tete a tete com a agricultora. De repente se patina muito pra chegar numa solução que se tivesse algum técnico ali, acompanhando mais diariamente a história, estaria melhor resolvido, que é o que acontece na agroindústria, nos grandes empreendimentos, o cara tá ali, viu um problema, já borrifou, já matou a praga e acabou, você não perde tempo (entrevista nº 8).

um ponto importante para avançar é a questão organizacional e logística. As pessoas que estão construindo a CSA hoje, muitas delas, não são profissionais em gestão, e tudo é feito meio no *feeling*, uma galera voluntária e é claro que isso acaba fazendo com que fique a desejar alguns protocolos, de controle de produção, financeiro. [...] é preciso avançar nesse ponto profissional da administração e da gestão, e tratar a CSA como um empreendimento econômico (entrevista nº 4).

a falta de organização é o que mais me motiva a sair do sítio. Enquanto não tiver organização não dá, impossível trabalhar assim. Porque você começa a trabalhar e daí quando você vê o que você construiu já está bagunçado, então você tem que voltar atrás de novo pra reorganizar, pra tentar dar um passo que já vai estar desorganizado de novo. E daí você fica nesse *looping* (entrevista nº 7).

É possível inclusive verificar um jogo de forças entre um mundo doméstico, que valoriza a tradição, em conflito com um mundo industrial, com modelos mais eficientes, ao pensar o funcionamento da comunidade e da produção agrícola. A dor relatada em relação ao desperdício dos alimentos se contrapõe a proposta de abundância e, em muitos casos, ao invés de tornar-se motivo de alegria da comunidade, impulsionando a solidariedade (possibilidade de doar estes alimentos) ou as celebrações (promovendo encontros para utilizar estes alimentos), acaba por afastar membros da CSA, o que nos leva a entender que, novamente, princípios pautados em eficiência, referentes à um mundo industrial, superam aquelas de ordem cívica ou doméstica nestes casos.

foi aquela coisa de começar a estragar comida em casa. Não dar conta de lavar, não dar conta de comer e ter que sair mesmo. E a CSA também aconteceu no momento em que eu comecei a me preocupar com o aproveitamento total dos alimentos. E aí você pega o pé de brócolis, e não é só a florzinha do brócolis. Aí eu começava a ter estoque da folha, do talo e do brócolis. A cenoura ... vinha brócolis e cenoura, e já dava tanta coisa na geladeira. Usava a folha da cenoura pra por no arroz.... E aí quando eu precisava jogar a folha da cenoura fora porque não ia conseguir comer, já dava uma dor no coração de jogar fora (entrevista nº 5).

Ao mesmo tempo, é possível verificar nos depoimentos elementos referentes à ordem mercantil de justiça exercendo força contrária a iniciativa. A questão financeira, apresentada por muitos membros como motivo para a saída da comunidade, nos leva a refletir sobre argumentos em torno do “custo-benefício”, próprio de princípios justos mercantis. Com efeito,

muitas saídas ocorreram quando as cestas passaram por uma fase de escassez, com pouca diversidade e alimentos de baixa qualidade. Assim, apesar da proposta da comunidade de compartilhar riscos da produção, dividindo prejuízos em momentos de dificuldades, o prolongamento desta situação leva a um afastamento dos membros, que se justificam com referências da ordem de grandeza mercantil. Este jogo de forças entre suprir as necessidades individuais e coletivas muitas vezes está no cerne dos desafios da CSA.

o que causou a saída foi mais financeiro. [...] a falta de itens no mês de novembro/dezembro, pois nesses meses precisamos complementar com feira. Nesse ponto acho que aumentar o número de fornecedores poderia melhorar a logística e diversidade das cestas (e-mail enviado por um membro em 31/12/2016).

nem as pessoas do grupo de agroecologia ainda consomem a cesta do CSA porque tem a questão do valor, acham muito caro (entrevista nº 3).

é preciso fazer uma mediação com a realidade, inclusive do mercado. Não adianta a gente construir um mercado paralelo quando todos estamos inseridos no mercado comum [...] porque as vantagens na relação ganha-ganha ficam muito restritas. A gente só vai conseguir agregar as pessoas que estão muito sensibilizadas por aquela causa, [...] é só quem tem condições, e tendo condições acha importante e está sensibilizado (entrevista nº 4).

realmente não realizei a transferência da cota de maio porque a cesta não está suprimindo minhas necessidade e, como acabo tendo que comprar os itens faltantes em outro lugar, acaba ficando caro pra mim. Então não pretendo mais participar enquanto a cesta não abranger outros itens como frutas (e-mail enviado por um membro em 3/06/2016).

infelizmente vou sair do CSA, a cesta é muito grande pra mim, não dou conta de comê-la inteira, e como não é muito diversificada acabo tendo que comprar muitos outros itens, especialmente frutas, por conta disso estou gastando muito mais do que eu esperava (e-mail enviado por um membro em 24/08/2014).

eu comecei a ter que completar muito a cesta em outros lugares, e aí começou a entrar em choque toda esta gana de querer estar em um projeto que fizesse uma diferença social, não só pra família de agricultores, mas para mim. Tinha esta vontade de estar em um grupo, numa história muito legal, mas que na verdade não estava suprimindo minhas necessidades de comida (entrevista nº 8).

a questão produtiva ainda deixa muito a desejar, no sentido de conseguir realmente oferecer alimentos em quantidade, qualidade e constância de maneira com que todos os participantes da comunidade fiquem satisfeitos a ponto de propagandear a iniciativa (entrevista nº 4).

No que tangem questões de ordem mais prática do funcionamento da comunidade, argumentos legítimos do mundo industrial são frequentemente mobilizados pelos membros em situações de desconforto, justificando sua saída ou alertando para as dificuldades enfrentadas pela CSA São Carlos. Porém, os problemas relativos à logística, gestão e planejamento abrem espaço para um desdobramento mais subjetivo, de ordem relacional, criando adversidades mais complexas e difíceis de solucionar.

toda e qualquer tentativa de mudar pra valer a realidade do sítio e da CSA me parece paliativa enquanto a maior e mais complexa questão não começar a caminhar para uma conclusão, que são as relações dentro dessa comunidade (relato enviado no grupo de whatsapp em dezembro de 2017).

aquela coisa linda que eu vi, tanto da horta quanto do projeto, começaram a mostrar outras caras, as dificuldades, as angústias, as mágoas, e eu fiquei ‘caraca, nossa, agora eu estou entendendo como é tênue esta relação (entrevista nº 3).

Segundo Corrêa e Castro Dias (2016), as justificações de um mundo doméstico de justiça encontrarão seu declínio na indelicadeza, na falta de consideração e na traição. Na CSA São Carlos, podemos observar que os dois maiores conflitos internos vividos na comunidade, o primeiro em meados de 2016 e o segundo no final de 2017, colocaram a prova a relação elementar deste mundo justo e que, no caso das CSAs, é considerado o coração da iniciativa: a confiança. A quebra desta última pode ocorrer por uma enorme gama de situações e se desdobraram em uma série de sentimentos e ações que enfraqueceram a comunidade nestes períodos.

a confiança é o primeiro passo pra gente conseguir fazer o projeto de CSA dar certo. [...] O agricultor em geral tem muito esse discurso, ‘falou tem que fazer’, se não fizer ele vai perder a confiança (entrevista nº 3).

o que eu senti que fez bastante diferença foi ter se dado um voto de confiança, porque a gente tinha total clareza naquele momento que era isso que não existia mais, estava todo mundo com desconfiança (entrevista nº 2).

Sentimentos de abandono, falta de compreensão, culpabilização são relatados como problemas a serem superados. Trata-se de conflitos inerentes ao mundo doméstico de justiça. Estes embates nos levam a concluir que a CSA São Carlos encontra no mundo justo doméstico seu ponto nevrálgico, sendo tanto um elemento de fortalecimento da legitimidade da comunidade, como também sua maior fragilidade.

ela sempre falava do desgaste do passado, com todas as situações em que ela se viu, as vezes de falta de compreensão, as vezes falta de voz, ela se sentiu muito tempo assim... ‘não estão compreendendo minhas dificuldades’ (entrevista nº 3).

eu mesma por muito tempo achei que a [agricultora] tinha sido “abandonada” pelo núcleo gestor, por ouvir repetidas vezes esta fala dela. Ao longo do tempo fui vendo que é uma conduta frequente da [agricultora] culpabilizar os outros pelos problemas e se isentar, não lidar bem com o diálogo (relato enviado no grupo de whatsapp em Novembro de 2017).

a falta de reconhecimento, no sentido de que muitas vezes a gente faz uma tarefa e essa tarefa foi realizada mas não se olha para como ela foi realizada, quem realizou, e

como isso agrega algum valor. E não é dar destaque a pessoa, mas um reconhecimento que traz legitimidade para o que a pessoa faz (entrevista nº 6).

uma coisa que também tem que ser uma formação pra [agricultora] é dar importância pras pessoas, para o que está ao redor dela, porque uma vez a gente estava falando ‘poxa, tem quase 50 pessoas ao seu redor e você não consegue enxergar isso, que tem pessoas na cidade que estão investindo em você’. É na CSA mas é nela, na agricultora, tem quase 30 pessoas que vão a campo ajudar ela, e não tem esse reconhecimento entendeu? É como se ela ainda estivesse sozinha, ela se vê sozinha (entrevista nº 7).

Na CSA-SC, conflitos familiares da agricultora são apontados como causas de desconforto na comunidade, em especial daqueles que estão no campo. Ao mesmo tempo, o questionamento da hierarquia e da dependência entre pessoas, que podem ser legítimos neste mundo justo doméstico, provoca conflito a partir de elementos justos de um mundo cívico, onde o compartilhamento de ideais comuns e a participação na coletividade e na tomada de decisão são considerados importante para alcançar os objetivos da comunidade.

se a gente tivesse relações familiares saudáveis, talvez a gente conseguisse fazer o sítio dar certo, apesar dos 9 mil reais. Só que com tudo que existe lá hoje, e que não vai ser desconstruído do dia pra noite, nem em um ano, não dá [...] você está tocando um CSA dentro de um organismo agrícola em que pessoas que fazem parte dele não concordam, não gostam, não é saudável. [...] ‘você tem que se resolver com seu pai, resolver suas questões familiares porque isso atrapalha o nosso trabalho’ (entrevista nº 3).

outra questão muito forte que me chamou atenção foi o machismo que pairava [no sítio]. [...] o vô não admite que uma mulher seja tão forte e corajosa quanto a própria filha (Relato enviado por whatsapp em novembro de 2017).

as questões familiares fragilizam ela bastante, porque a família dela não está 100% envolvida no projeto e para quem está próximo a ela sabe o quanto isso é algo que a aflige (entrevista nº 2).

agricultor que meu, a grande maioria tem que rolar uma desconstrução, porque a ideia de posse é muito forte e de você trazer pessoas pra dentro daquilo que é seu pra opinarem, pra trabalharem, é um processo muito difícil, porque uma coisa que eu aprendi este ano e com outras experiências que eu vi e vivi é que quando a pessoa tem uma terra, ele quer fazer a terra a cara dela [...] entender até onde o agricultor está disposto também, é um passo muito importante, pra começar uma CSA (entrevista nº 3).

Ainda olhando para os desafios da CSA no aspecto relacional, em sua proposta de criar pontes entre urbano e rural, a falta de comunicação se torna elemento de conflito e desconforto na comunidade. Podemos relacionar o aspecto comunicativo da CSA como central do mundo cívico de justiça. O isolamento, a recusa em participar e a divisão são características depreciadas aqui. Assim, o sentimento de falta de espaços coletivos, de transparência e de senso de comunidade leva ao desligamento de membros mais antigos da CSA São Carlos por considerarem que a legitimidade conferida por valores cívicos não se confirma nesta iniciativa.

[principal dificuldade na CSA São Carlos] Na minha opinião a falta de comunicação. O agricultor não vai conseguir cuidar de uma CSA sozinho, ele precisa de ajuda, e se essa ajuda não estiver bem articulada com ele então já é uma receita pra não dar certo. Quem está à frente da comunidade, o comitê aberto, o núcleo gestor, sei lá, tem que estar bem afinado com o agricultor (entrevista nº 3).

Neste organismo vivo que é a horta, vi que o maior problema a ser resolvido era o da comunicação (relato enviado no grupo de Whatsapp em novembro de 2017).

Eu sinto falta de espaços de co-criação. Acho que é isso. Porque eu acho que a gente é conduzido por uma mente e essa mente determina qual é o fluxo das coisas. E aí uma parte paga em dinheiro, outra parte para em campo, mas a gente não está escolhendo juntos o que a gente quer, sentindo juntos o que a gente pensa. A gente não vive uma comunidade, chama de outra coisa (entrevista nº 6).

Efetivamente, os dois maiores conflitos da comunidade no aspecto relacional ocorreram entre membros mais ativos na comunidade. O primeiro ocorreu entre a agricultora e o núcleo gestor e o segundo entre a agricultora e os bolsistas mais antigos. Neste ponto, observamos que são exatamente os compromissos pautados em referências justas de um mundo doméstico e cívico, que a priori aproximam e embasam a criação da comunidade, aqueles que são colocados a prova nos momentos em que os membros sentem que não estão sendo cumpridos.

Por fim, após as análises dos conflitos e motivos que levam membros a se afastarem da CSA, podemos observar que argumentos de diferentes mundos de justiça são mobilizados em diferentes situações. Por parte de membros cotistas mais novos, elementos referenciais de mundo mercantil, como a questão do custo-benefício, estão mais em evidência. A medida que membros se aproximam da comunidade e, em especial, do campo, elementos justos de mundo industrial, relativos à organização e planejamento, tornam-se cada vez mais importantes. Por parte dos membros envolvidos no dia a dia da comunidade, a partir da participação do núcleo gestor ou como bolsistas, crescem os conflitos de ordem relacional. Em especial, elementos de justiça correspondentes à ordem doméstica e cívica de justiça são mobilizados para evidenciar a quebra de compromissos estabelecidos em referência a estes mundos (como os laços de confiança e a tomada de decisão coletiva).

A seguir elaboramos uma tabela no intuito de sistematizar de forma mais clara e resumida os elementos destacados na discussão sobre afinidades e conflitos em torno da CSA São Carlos.

Tabela 3 - Ordens de grandeza na CSA SC

<i>Justificação</i>	<i>Doméstica</i>	<i>Inspirada</i>	<i>Cívica</i>	<i>Ecológica</i>
Argumentos a favor	<ul style="list-style-type: none"> - Confiança sobre procedência - Proximidade entre consumidores e produtores. - Sair da precariedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda a serviço de um ideal maior - Relação harmônica entre humanos e não-humanos - Alimentos puros 	<ul style="list-style-type: none"> - Solidariedade e igualdade. - Tomada de decisão coletiva e horizontal - Busca pelo interesse comum e o bem-estar coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação ambiental - Aumento da biodiversidade
Provas de veracidade	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento de quem produz o alimento: “o alface tem rosto”, “A agricultora é nossa amiga”. - Sentimento de pertencer a uma grande família. - Realizações de festas e celebrações (festa junina e pizzadas) - Pagamento antecipado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crença na existência de um espírito comunitário. - Uso do calendário biodinâmico, inspirado nos ideais da antroposofia. - Ações ancoradas em textos evocando a sacralidade da relação com a Terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmicas fundadas em economia associativa. - Realização de assembleias e mutirões. - Manifestações de sentimento de fazer parte de uma “revolução silenciosa”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de práticas agroecológicas. - Diminuição do uso de embalagens. - Diminuição das distâncias percorridas para o transporte de produtos.
Conflitos e momentos de declínio	<ul style="list-style-type: none"> - Não reconhecimento e valorização do trabalho dos bolsistas. - Conflitos familiares da agricultora afetando a comunidade - sentimento de abandono da agricultora por parte do Núcleo Gestor. - Desconfianças na comunidade. - Conflito com mundo industrial: tradicional vs. Especializado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda do senso de comunidade. - Conflito com mundo industrial-mercantil: ideais maiores vs. estilo de vida moderno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição dos espaços coletivos - Falta de transparência - Falta de comunicação - Ausência dos membros nas atividades em campo - Decisões tomadas de forma individual - conflito com mundo mercantil: necessidades coletivas vs. Custo-benefício individual 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de planejamento e organização da produção - Momentos de escassez, falta de diversidade e qualidade dos alimentos. - Conflito com mundo industrial: ritmo orgânico vs. ritmo acelerado.

Elaborado pela autora

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só temos o mundo que criamos COM os outros, e só o AMOR nos permite criar um mundo em comum com eles.

Humberto Maturana e Francisco Varela

Apesar dos desafios que as Comunidades que Sustentam a Agricultura enfrentam, é possível dizer que sua importância na construção de modelos alternativos de produção e comercialização agrícola é inegável. Diante de um contexto civilizatório crítico, em que impactos negativos das atividades humanas no âmbito ambiental alcançam escalas preocupantes, toda e qualquer prática que vise regenerar nossa relação com o mundo natural será crucial para somar nos esforços por soluções neste quesito. De todas estas atividades, vimos que “a situação a que chegou o Planeta é consequência, em boa parte, do agronegócio, da agricultura industrial animal e vegetal e, como um todo, do sistema econômico vigente” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 22). Esperamos ter elucidado os principais pontos que este modelo agrícola, pautado quase que exclusivamente em justificações mercantis e industriais, tem de agressivo para a vida. Portanto, não nos resta dúvida da pertinência de construções de caminhos de transição para uma agricultura agroecológica. Desta ótica, a análise da CSA pode auxiliar no fortalecimento e expansão do debate sobre modelos ecológicos de produção agroalimentar.

Convém aqui destacar que vivemos um momento social em que a valorização do “eu” se torna cada vez mais evidente. Este enaltecimento da individualidade contribuiu para a criação de um padrão social marcado pela satisfação apenas de interesses pessoais e prazeres instantâneos, muitas vezes a qualquer custo. Uma perspectiva crítica leva à construção de espaços para exercitar o ser coletivo, caminhar rumo ao “nós”. Este tipo de movimento significa criar oportunidades para a vivência de novas visões de mundo, novos paradigmas.

Em resumo, podemos constatar aqui a necessidade de uma mudança de um posicionamento dualista diante do mundo para um mais integrativo. Na ontologia dualista nos vemos como sujeitos separados, autossuficientes, que manipulam objetos de um mundo, igualmente autossuficiente, com liberdade. Nela se encontra premissas que constroem mundos sob o léxico impositivo do indivíduo, da racionalidade, da eficiência, da propriedade privada. Como resultado, há o reforço tanto no modelo agrícola de monocultivo, como uma economia de mercado globalizada (ESCOBAR, 2014). Ao caminharmos rumo a um olhar integral – uma ontologia relacional que entende que fazemos parte de uma rede profundamente interligada – compreendemos que vivemos no mundo e, portanto, fazendo parte dele, compartilhamos com

outros seres vivos os processos vitais. Durante nossa trajetória de vida construímos este mundo e somos constantemente construídos por ele também, numa dinâmica circular de autonomia e dependência (MATURANA; VARELA, 2001). Efetivamente, não estamos separados: há uma interexistência num constante fluxo de continuidade representando indissociabilidades entre natureza e cultura, entre indivíduo e comunidade (ESCOLBAR, 2014).

Podemos assim considerar que a mudança fundamental é entender que não é um OU outro, mas sim a busca do um COM o outro que nos levará a construir pontes para o novo. Portanto, os esforços por integrar, desenvolvendo estratégias para superar os problemas criados pela separatividade, merecem ser profundamente analisados e debatidos.

Com efeito, a compreensão profunda que fazemos parte de um universo plural, diverso, múltiplo, complexo, sistêmico constitui passo inicial fundamental para dar conta da dimensão do problema. Cada ponto desta grande rede constitui uma peça de um enorme quebra-cabeça. Compreender que cada peça é única, fundamental e necessária leva a considerar a essencialidade de incluir, agregar, somar, respeitar e valorizar esta enorme diversidade para manter a vida.

Neste sentido, convém retomar a ideia inicial desta dissertação de examinar práticas que colocam o relacional no centro das ações, na perspectiva de avançar com respostas mais consistentes para o convívio social em nosso planeta, para insistir sobre a importância da produção de conhecimento sobre as alternativas agroecológicas. Escobar (2014) afirma que será através da relacionalidade e do comunal que encontraremos as respostas para as formas de organização social atuais, que estão gerando muitas das questões problemáticas que vivemos. A partir desta condição social definida pela comunidade, pelo nós, é que iríamos “repensando a relação campo-cidade, a comida, o conhecer, o curar, o habitar, e, claro, a economia”⁷⁹ (ESCOBAR, 2014, p. 55).

Neste sentido, experiências como a CSA são promissoras, possuindo um rico potencial para a transformação social, o que torna seu estudo muito pertinente. Tendo o alimento como porta de entrada, a CSA propicia a seus membros o exercício proposto por Escobar (2014), movendo-se do “eu” para o “nós”, trazendo reflexões referentes ao mundo que estamos criando juntos. Como coloca Cone e Myhre (2000, p. 195), “a fazenda pode criar uma ponte entre o global e o pessoal e permite que o membro reconfigure seu senso de identidade em uma comunidade, em um lugar rural e a estabelecer uma conexão espiritual com os ciclos naturais da vida”⁸⁰.

79 Tradução da autora.

80 Tradução da autora.

Em nossa pesquisa sobre esta iniciativa, focalizamos os diferentes princípios de mundo justo que são mobilizados pelos membros da comunidade a fim de formular seus argumentos no debate de construção da CSA. Nesta ótica, se de um lado a crítica ao mundo mercantil e industrial de justiça nos leva a exaltar outros modelos normativos de mundo justo, em especial o mundo verde e cívico em tempos de crise socioambiental, por outro lado, observamos a partir do estudo da CSA São Carlos que negligenciar elementos de justiça destas referências mercantis e industriais cria obstáculos que podem minar o desenvolvimento de novos modelos agroalimentares. Assim, as demandas por integrar aspectos pertinentes de cada mundo justo na construção de alternativas constituem uma chave consistente para a reflexão sobre sua viabilidade.

Então, neste exercício conclusivo, sublinharemos diferentes referências de cada mundo justo que são mobilizadas das mais diversas formas no debate sobre o modelo a fim de lançar luzes com uma análise original sobre a construção das comunidades em estudo. Para estas últimas, há o desafio de encontrar respostas pertinentes para incluir esta diversidade de compromissos em seu crescimento. A consideração democrática da multiplicidade de perspectivas presentes na CSA torna-se uma grande oportunidade de experimentar práticas com diferentes contornos. Assim, reforça-se o potencial da CSA de criar espaços construídos verdadeiramente com a contribuição de diferentes visões de justiça para que seus membros vivenciem outros modelos econômicos, outras formas de organização social, outra relação com o alimento, outra interação com o rural, outros valores em seu cotidiano.

Muitos dos desafios da CSA se associam à complexidade do pensamento humano. Cada indivíduo é um universo em si mesmo. O paradigma da separatividade não favorece o encontro entre estes universos individuais. Está tão enraizado que os movimentos por sua superação implicam, muitas vezes, em esforços hercúlanos. Como estimam Cone e Myhre (2000), ainda que a CSA seja bem-sucedida em sua proposta de transformar a produção e distribuição de alimentos por meios comunitários, o movimento terá que lidar, inevitavelmente, com a tensão “eu e nós” de uma vida comunal.

Deixamos como provocação para futuros estudos referentes a este modelo comunal de relação campo-cidade, o mergulho na complexidade do ser humano considerando esta dualidade do eu defendido, separado, auto-centrado diante do eu integrado, unificado, aberto ao outro. Plantamos inclusive uma semente, uma pesquisa de doutorado abordando a CSA a

partir dos conceitos da teoria do pensamento integral, de Ken Wilber⁸¹. Esta teoria (ou como definiria o autor, esta metateoria) propõe a unificação das mais diversas tradições, tanto ocidentais como orientais, conectando ciência, religião, psicologia, arte, filosofia, na criação de um mapa que ajudará a compreender a evolução da consciência humana em seus diferentes estados e níveis. O objetivo é entender o ser humano em suas diversas dimensões, desde sua subjetividade (pensamento, emoções), sua objetividade (comportamentos, habilidades), sua coletividade (cultura, normas sociais), assim como a sociedade em que está inserido (estruturas sociais, sistemas políticos e econômicos, meio ambiente).

Retomando o olhar para os elementos pertinentes para a construção da CSA de cada mundo de justiça, mobilizados, com diferentes níveis de frequência, por seus membros, observamos que, de um mundo verde, a referência de justiça recorrente se refere ao respeito e proteção de toda vida. Neste sentido, seu compromisso com uma agricultura diversificada, livre de insumos químicos tóxicos, o respeito à biodiversidade, aos ciclos da terra, a manutenção da qualidade dos solos e da água, são eixos deste mundo justo indispensáveis para a construção de uma relação saudável com a natureza. Ainda, os coagricultores não escolhem os produtos de suas cestas, o que os re-conecta com a sazonalidade, com a diversidade, com plantas desconhecidas. Como desdobramento, há uma ampliação da diversidade no prato, tornando-se um grande convite para inserir na dieta mais produtos frescos, promovendo deste modo a saúde e resgatando uma relação ancestral com o alimento em seu estado natural (POLLAN, 2008). Como afirma Darolt et al. (2016), estas redes alternativas são uma grande oportunidade para incentivar a mudança de hábitos alimentares e promover uma re-educação para o gosto.

O elemento de justiça de um mundo cívico está, efetivamente, na promoção da solidariedade entre as pessoas. Na CSA, a orientação das ações da comunidade para o bem-estar de todos os envolvidos leva seus membros a exercitar este caminho do “eu” para o “nós” e praticar este pilar tão fundamental do mundo cívico de justiça. Ainda, entender a alimentação como um “ato político” contribui para transformar consumidores em cidadãos conscientes de sua alimentação (*food citizens*), o que é possível verificar não só na CSA, mas em outros modelos alternativos de comercialização de alimentos (DAROLT et al., 2016). Como sugere Pollan (2008, p.116)

Só quando participamos de uma cadeia alimentar curta somos lembrados semanalmente de que somos de fato parte de uma cadeia alimentar e que, nossa saúde, dependemos de sua gente, seus solos e sua integridade — de sua saúde. [...] “Comer

81 Ken Wilber é um pensador norte americano, conhecido por criar a Psicologia Integral, e de forma mais geral o Movimento Integral. Sua obra concentra-se na integração de diversas áreas do conhecimento na busca por compreender, da forma mais ampla possível, a consciência humana. Para mais informações: <http://www.ariraynsford.com.br/teoria-integral.html> Último acesso em outubro de 2018.

é um ato agrícola”, disse Wendell Berry, com isso querendo dizer que não nos limitamos a ser consumidores passivos de alimentos, mas somos cocriadores dos sistemas que nos alimentam.

A partir deste olhar, é plausível pensar que tal perspectiva de justiça leve a uma maior participação das CSAs na construção, por exemplo, de projetos de leis em prol da agricultura familiar agroecológica. A propósito, vale citar que nas eleições de 2018, o coordenador da Veracidade concorreu a deputado estadual e fez menção das CSAs em sua campanha, comprometendo-se a fortalecer este modelo e escrevendo uma carta pública de compromisso com as comunidades do estado. Este sentimento de pertencer a um movimento maior, coletivo, de transformação social, tem se mostrado importante na aproximação de membros para esta iniciativa e as comunidades tem se apoiado em estratégias de consolidação desta perspectiva. Em São Carlos, as assembleias e espaços de discussão são importantes para o fortalecimento destas referências de justiça na comunidade.

Igualmente, a busca por um mundo em harmonia e a visão de que a CSA alimenta não só o corpo como a alma, apoia-se em referencial de mundo inspirado de justiça. A conexão espiritual com a Terra e com todos os seres que nela habitam se associa com a inspiração de um mundo idealizado harmônico que constitui um ponto chave deste princípio normativo de convívio social justo. Espiritual não significa aqui religioso, mas evoca seu sentido primeiro, aquele de estabelecer vínculo profundo com o mistério, manifestado na natureza. Como propõe Satish Kumar (2017, p. 30), “a paisagem interna da espiritualidade e a paisagem externa da sustentabilidade estão intrinsecamente ligadas”. Em São Carlos, o uso do calendário biodinâmico pode ser visto como uma estratégia de conexão mais espiritual com os ciclos da natureza. Este calendário propõe organizar o plantio respeitando os movimentos planetários, criando uma consciência da relação do Cosmos com a Terra, o que pode ser interpretado como parte deste mundo justo inspirado em modelo cósmico.

Como visto ao longo deste estudo, os vínculos de confiança típicos de um mundo doméstico de justiça estão no coração das relações estabelecidas na CSA. Assim, são também um ponto frágil, susceptível de abalo em momentos de conflito. De todo modo, o elemento referencial de justiça aqui, recorrentemente mencionado entre os implicados da comunidade, é a criação de vínculos afetivos entre os membros. Como vimos a partir de nossa pesquisa sobre a CSA São Carlos, para criar união é preciso tempo, o que requer das comunidades a valorização e promoção de momentos de aproximação e de celebração, resgatando outro sentido da alimentação, que tem a ver com prazer, tradição, comunidade, família e cuidado. Podemos interpretar que a celebração aqui não significa estar sempre em festa, ainda que estes momentos

sejam importantes, significa também expressar gratidão e reconhecimento pelas conquistas da comunidade, pelo esforço de cada participante em estar ali. Esta aproximação, que Michael Pollan (2008) terá como uma regra básica do comer bem e chamará de “aperte a mão de quem o alimenta”, propiciará a superação de uma barreira construída com a modernização da agricultura entre rural e urbano. A CSA, apoiada em princípios domésticos de mundo justo, fomenta uma ética de cuidado entre ambos lados, em que agricultores se lembram de que cultivam alimentos para pessoas e não para mercados. Então, os consumidores entendem que cultivar alimentos exige tempo e trabalho duro (POLLAN, 2008).

Até aqui, consideramos os mundos justos mobilizados mais evidentes na defesa das comunidades de sustentação da agricultura, o que torna este exercício mais obvio. Para finalizar, focalizamos agora as referências de justiça que são muitas vezes criticadas na CSA, como aquelas no mundo justo mercantil ou industrial, mas que são consideradas por muitos membros da comunidade e que, portanto, não devem ser negligenciadas em nossa análise.

No mundo mercantil de justiça, observamos que sua relação elementar de justiça se molda na troca. Esta última pode ter outros sentidos, o que se incorpora na CSA na forma de reciprocidade, onde cada parte oferece (dinheiro, serviço, produtos) de forma equitativa para o todo. A crítica aqui se dirige a uma legitimação da riqueza a partir de mecanismos de competitividade, do “valor” ser visto somente em seu aspecto monetário. Porém, como observamos na CSA São Carlos, a obtenção de benefícios claros frente à troca monetária, que ocorre entre os polos desta relação, torna-se importante para manter a comunidade estável. Nesta perspectiva, uma ponte na CSA entre uma cultura do preço para uma cultura do apreço dispõe, a partir de nossa análise, de estratégias pouco incisivas com vistas a equilibrar esta balança do “custo-benefício”, primário ao mundo mercantil. Trata-se assim de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades particulares e coletivas, assim como da busca da reciprocidade no sentido de que a comunidade sinta que investe na produção na mesma proporção que retira dela.

Ainda, se é justo neste mundo de justiça detectar e aproveitar oportunidades do mercado, nas redes alternativas agroalimentares se trata de aumentar a capacidade de detectar quando a balança do custo-benefício está descompensada, assim como deixar claro o que uma CSA possui que os membros não encontram no mercado.

Quanto ao mundo industrial, podemos ressaltar como elemento essencial de justiça a busca pela excelência. A eficiência, grandeza relativa deste mundo justo, é frequentemente solicitada por membros da CSA como uma forma de orientar os esforços realizados para que os resultados obtidos sejam correspondentes. Nesta ótica, há um equilíbrio, não havendo

desperdício de energia no sistema. Como indicam Machado e Machado Filho (2017), de nada adianta um belo discurso se não foi possível “realizar o processo produtivo”. Neste sentido, observados no nosso estudo de caso, o planejamento e a organização são fundamentais para o bom funcionamento da comunidade. Ostrom considera que (1997, p. 51),

como existem tão poucas fontes consagradas de informações sobre práticas agrícolas ecológicas e organização comunitária, os esforços por expandir este conhecimento são fundamentais para a viabilidade da CSA⁸².

O desafio de uma transição agroecológica na produção, acompanhada da demanda semanal da comunidade, exige muitas vezes a ajuda de técnicos e da formação dos produtores, característicos do mundo industrial de justiça. Assim, estratégias que visem a formação da comunidade em termos produtivos e organizacionais são consideradas por vezes nos debates em torno da experiência como positivas e mesmo fundamentais para o bom funcionamento da iniciativa. Para estas críticas internas, não há contradição em construir uma agricultura ecológica pautada em determinados princípios de justiça industriais e mercantis. Não se trata de alçar as dimensões técnicas e econômicas enquanto as únicas levadas em consideração, perdendo de vista a dimensão social, política, ambiental, ética, cultural e de soberania alimentar (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

No caso do mundo da fama, o reconhecimento público constitui um valor essencial. Neste âmbito, a questão da expansão da CSA com estímulos para aproximar membros requer estratégias que mobilizem esforços para sua maior visibilidade, tal como por vezes é reivindicado por membros da comunidade. Neste sentido, utilizar ferramentas como boletins informativos, vídeos e redes sociais pode contribuir para uma maior difusão desta iniciativa na sociedade. Por parte de grandes empreendimentos, o investimento em comunicação é bem alto. Assim, frente ao agronegócio, é pertinente, igualmente, estar “na boca do povo”, como proposto por um de nossos interlocutores. O sucesso das redes alternativas de produção e comercialização de alimentos está efetivamente associado à comunicação, o que implica em considerar princípios de grandeza desde mundo de justiça.

Por fim, vivemos em momento histórico em que um mundo em rede se torna cada vez mais legitimado. A grandeza relativa deste novo mundo justo está na capacidade de adaptar-se. As comunidades agrícolas se valem de princípios justos desta natureza, o que pode ser observado no contexto local com diferentes adaptações da comunidade. Com efeito, a importação de uma tecnologia social sem este cuidado pode ser desastrosa e bastante frustrante.

82 Tradução da autora.

Também é possível vislumbrar que a criação de uma rede de CSAs, possibilitando uma troca entre seus membros, em especial dos agricultores, constitui uma forma de somar enormemente esforços para o sucesso das iniciativas. Em Brasília, tais sinergias acontecem segundo membros destas comunidades, e esta rede não só fortalece cada CSA individualmente através da troca de experiências, como também aumenta a capacidade de oferecer uma maior diversidade de alimentos, pois há troca de produtos entre as comunidades. Funcionar em rede é, portanto, um passo consistente para as CSAs em momentos de escassez, um ponto de vulnerabilidade deste sistema, contribuindo para que os membros não precisem recorrer ao mercado convencional em caso de falta de alimentos. Além desta vantagem, o apoio mútuo entre as comunidades tende a potencializar os valores vivenciados de forma mais micro pelos membros de cada CSA.

Resumindo, integrar referências de justiça de cada mundo justo constitui um desafio das Comunidades que Sustentam a Agricultura, favorecendo a participação com olhares críticos e ao mesmo tempo construtivos para outros modelos alternativos de produção e comercialização agrícola em relação ao atual modelo de agricultura industrial. A solidariedade, o fortalecimento de vínculos afetivos, a intenção de propiciar o sentimento de pertencimento a um movimento com ideais maiores, o estabelecimento de conexão profunda com a natureza, a promoção de mobilidade e adaptação ao contexto local, a obtenção de reconhecimento e visibilidade social, o desenvolvimento de conhecimento técnico de plantio para este modelo de comercialização, o desejo de equilibrar a balança das necessidades individuais e coletivas, o exercício da reciprocidade, a busca por excelência em suas ações constituem ideias e valores ancorados em diferentes mundos de justiça que estão presentes no debate sobre a construção de uma agricultura regenerativa que preserva a vida. Trata-se de um modelo que possa parecer por demais utópico? Para responder a esta questão, deixamos então a célebre frase do cineasta Fernando Birri, eternizada por Eduardo Galeano ao citá-la em uma entrevista.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.. **Meio Ambiente e Justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva**. 2011. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%83%C2%B3rico/RT01b_ACS_ELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf> Último acesso em dez 2016.

ALTIERI, M.. **Sistema alimentar na era petroleira**. 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Sistema-alimentar-na-era-pos-petroleira/7/14140>> Último acesso em Out/ 2018.

ASSESSMENT, Millennium Ecosystem. **Ecosystems and human well-being: wetlands and water synthesis**. Washington, DC: World Resources Institute, 2005. 68 p.

BASHFORD, J.; CROSS, K.; EICHINGER, W.; GEORGAKAKIS, A.; ISERTE, M.; KERN, F.; LESINSKÝ, D.; PABST, S.; PAROT, J.; PERÉNYI, Z.; VALESKA, J.; WENDLAND, M.. **European Handbook on Community Supported Agriculture**. Urgenci. 2013. Disponível em: < <http://urgenci.net/csa4europe/european-handbook-on-csa/>> . Último acesso em: dez 2016.

BEZERRA, M.; VEIGA, J. (Coord.) **Agricultura Sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BLÄTTEL-MINK, B.; BODDENBERG, M.; GUNKEL, L.; SCHMITZ, S.. Beyond the market – New practices of supply in times of crisis: the example community-supported agriculture. In: **International Journal of Consumer Studies**. 2017. pp. 415-421.

BLOK, A.. **Pragmatic sociology as political ecology: On the many worths of nature(s)**. European Journal of Social Theory . Vol 16, n 4. Dinamarca, 2013. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1368431013479688>> Último acesso em: dez 2016.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E.. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fonte. 2009. 701 p.

BOLSTANKI, L.; THÉVENOT, L.. A sociologia da capacidade crítica. Tradução SANTOS, M. A.. **European Journal of Social Theory** 2(3): 359–377. Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. 1999. Disponível em: <[file:///home/flavia/Downloads/Boltanski+e+Thvenot+-+A+sociologia+da+capacidade+crtica%20\(1\).pdf](file:///home/flavia/Downloads/Boltanski+e+Thvenot+-+A+sociologia+da+capacidade+crtica%20(1).pdf)> Último acesso em: jun 2017.

BRAVERMAN, H.. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

BUDD, C.. **Rudolf Steiner, Economist: an introduction**. 2012. Disponível em: <http://www.economics.goetheanum.org/fileadmin/economics/RS_Economist/2013_CHB_Rudolf_Steiner__Economist.pdf> Último acesso em out/2018.

BUSCHBACHER, R.. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? In: **Boletim regional, urbano e ambiental**. IPEA. 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap3.pdf> Ultimo acesso em out/2018.

CAPRA, F.. La trama de la vida. Barcelona: Anagrama/ Compactos, 2009. 359 p.

CONE, C.; MYHRE, A.. Community-Supported Agriculture: A sustainable alternative to industrial agriculture? In: **Human Organization**, vol. 59, n. 2. 2000. pp. 187-197.

CORNELLI, G. Os sentidos da alimentação: para uma antropologia filosófica da alimentação. In MIRANDA; CORNELLI (org.) **Cultura e Alimentação: Saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: Sesc SP. 2007. p. 25 a p. 34.

CORRÊA, D. S.. De Luc Boltanski de la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol. 25 n. 3. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300010> Ultimo acesso em: Dez 2016.

CORRÊA, D.; CASTRO DIAS, R. Crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. Rio de Janeiro: **Mana**, vol 22, n 1. 2016. pp. 67-99.

DA MATTA, R..O Ofício de Etnólogo, ou como Ter "Anthropological Blues". In NUNES, E. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 23-35.

DAL SOGLIO, F. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: _____; RUMI, R. K. (org) **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2016. 413 p.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M.; ABREU, L.. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. In: **Ambiente e Sociedade**, vol. XIX, n. 2. São Paulo. 2016. pp. 1-22.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A.. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. In: **Agriculturas**, vol 10, n. 2. 2013. pp. 8-13.

DELIND, L.; FERGUSON, A.. Is this a women's movement? The relationship of gender to Community-supported agriculture in Michigan. In: **Human Organization**, vol. 58, n. 2. 1999. pp. 190-200.

DESCOLA, P.. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP/ Hucitec / Annablume. 2000. pp. 149-163.

DIEGUES, A. C. S.. **O mito da natureza intocada**. 3º ed. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB-USP, 2001. 169 p.

DUARTE, J.. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas S.A. 2006. pp. 62-83.

ENGELS, F.. Barbárie e civilização. In: FLORESTAN, F. (org.). **K. Marxs F. Engels**. São Paulo: Ática. 1989. pp. 319-336.

ELIAS, N.. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 201 p.

ESCOBAR, A.. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. pp. 17-31.

ESCOBAR, A.. **Sentipensar com la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014. 184 p.

FAVARETO, A. S.. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. In: **Ruris** – revista do centro de estudos rurais - Unicamp. Campinas, vol. 1, n. 1. 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/646>>. Último acesso em: dez /2016.

FAO, IFAD and WFP. **The State of food insecurity in the world 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome , FAO. 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/mdscomunicacao/o-estado-da-insegurana-alimentar-no-mundo-2015?next_slideshow=1> Ultimo acesso em out/2018.

FERREIRA, A. D. D.. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro. N. 18. Disponível em: < <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/207>> Último acesso: dez /2016.

FERREIRA NETO, D. N.; TORUNSKY, F. Agricultura apoiada pela comunidade e a ‘Economia Viva’ de Rudolf Steiner. **REDD** - Revista Espaço de Diálogo e Reflexão, Araraquara, v. 8, n. 2, jan./jun. 2014. Disponível em:<<http://seer.fclar.unesp.br/redd/issue/view/541>> . Último acesso em: abr./2016.

FLEURY, L. C. Múltiplos olhares, uma questão: repensando a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, F. & KUBO, R. (orgs) **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. pp.33-46.

FREIRE, P.. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra. 2010. 14ª reimpressão. 93 p.

FORESIGHT,. **The Future of Food and Farming**: Final Project Report. London : The Government Office for Science. 2011. 208 p.

GALT, R.. Counting and mapping Community Supported Agriculture (CSA) in the United States and California: contributions from critical cartography/GIS. In : ACME : An **International E-Journal for Critical Geographies**, vol 10, 2011. pp. 131-162.

GODFRAY, H. Charles J. et al. **Food security**: The challenge of feeding 9 billion people. 2010. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/327/5967/812>>, último acesso em abr/2016.

GÓMEZ, J. et al. **Metología comunicativa crítica**. Barcelona: El Roure, 2006. 149p.

GROH, T.; MCFADDEN, S.. **Farms of Tomorrow Revisited**: Community supported farms, farms supported community. Biodynamic farming and gardening association. 1997. 294 p.

HENDERSON, E. ; VAN EN, R.. **Sharing the Harvest**: A citizen's guide to Community Supported Agriculture. Chelsea Green Publishing Company, White River Junction, Vermont. 2007. 303 p.

HENDERSON, E.. **Community Supported Foods and Farming**. 2010. Disponível em : <<http://urgenci.net/csa-history/>> Último acesso em out/2018.

JENKINS, T.; SIMMS, A.. **The green economy**. Stakeholder Forum for a sustainable future. 2011. Disponível em: <<http://www.stakeholderforum.org/index.php/our-publications-sp-1224407103/green-economy>>, último acesso em: jul/2016.

KEITH, T.. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das letras. 2001.

KONDOH, K.. **The alternative food movement in Japan**: Challenges, limits, and resilience of the teikei system. In: **Agriculture and Human Values**. Vol. 32. 2015. pp. 143-153.

KUMAR, S.. **Solo, Alma, Sociedade**: uma nova trindade para o nosso tempo. São Paulo: Palas Athenas, 2017. 175 p.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, M. L.. Une justification écologique ? Conflits dans l'aménagement de la nature. In: **Revue française de sociologie**, v. 34, n. 4. 1993. pp. 495-524. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1993_num_34_4_4283> Último acesso em: jun/2017.

LALANDA, P.. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. In: **Análise Social**, vol 148. 1998. pp. 871-883

LAMB, G.. **Community Supported Agriculture**: Can it become the basis for a new associative economy? 1994. Disponível em: <<http://plantbiopath.rutgers.edu/faculty/robson/AGECOLOCT28-6.pdf>> Último acesso em: jun. 2016.

LAMB, G.. **Associative economics**: Spiritual activity for the common good. The Association of Waldorf Schools of North America, Ghent, Nova York. 2010. 165 p.

LEFF, E.. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

LONG, N.; PLOEG, J.D.. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S. (revisor) **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. ISBN 9788538601364 pp. 21- 48.

LOPES COSTA, B.. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. In: **Revista Interdisciplinar de gestão social**. Vol. 7, n. 1. 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/24649/16131>> Ultimo acesso em out/2018.

MACHADO, L.; MACHADO FILHO, L. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular. 2º ed. revisada e ampliada. 2017. 360p.

MARTINS, A.. **Agricultura apoiada pela comunidade ou comunidade apoiada pela agricultura?** A relação campo-cidade pela ética da solidariedade. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2017. 413 p.

MATURANA, H.; VARELA, F. J.. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena. 6º ed. 2007. 283 p.

MAZOYER, M. ; ROUDART, L.. **História das agriculturas no mundo**: do neolítica à crise contemporânea. Trad.: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. Editora UNESP. São Paulo. 2009.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2001. p. 103 – 128. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>> Ultimo acesso em: maio 2017.

MINAYO, M. E. S.. **Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 13, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007> Ultimo acesso abr. 2017.

MOLINA, A.; FIGUEIREDO, C.; SANTOS, W.. Métodos de comercialização pela economia associativa: a importância do CSA. In: **Nutrição Funcional e Sustentabilidade**. São Paulo: Valéria Paschoal Editora Ltda. 2017. pp. 299-316.

MOREIRA, R. J. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. N 15. Out de 2000. pp. 39-52.

MORUZZI MARQUES, P.; BLEIL, S.. A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N 15. 2000. pp. 158-177.

MORUZZI MARQUES, P.. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, vol. 17, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634795>> Último acesso em out/2018.

MORUZZI MARQUES, P. . **Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo**. 2013. 163 p. Tese de Livre-docência - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2013.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LE MOAL, M.; ANDRADE, A.. Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo. In: **Ruris**, vol 8, n 1. 2014. pp. 63-89.

MORUZZI MARQUES, P.E.; KHATOUNIAN, C.; GASPARI, L.; RETIÈRE, M.. Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade projetos de desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão. In: **Retratos de Assentamentos** – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA. Araraquara – SP – Brasil, 1994 v.19, n.1, 2016. 384p.

NAÇÕES UNIDAS. **Our common Future**. 1987. Disponível em: <<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>> Último acesso em: jun 2016.

NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A.; SALAZAR, A.H; LANA, M. A.. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. Cadernos para debates N 2. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. 2015

OSTROM, M.. **Toward a Community Supported Agriculture: A case study of resistance and change in the modern food system**. Tese (doutorado em Filosofia) University of Wisconsin , Madison. 1997. 246 p.

PACIFICO, D. História da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas. In: DAL SOGLIO, F. & KUBO, R. (orgs) **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. pp.33-46.

PAROT, J.. **Amap, the French CSA Model: Business as usual or Social Movement?** International Network Urgenci. Aubagne, França. 2014. Disponível em: <http://urgenci.net/wp-content/uploads/2015/02/PAROT_CASS_ARTICLE_2015.pdf>. Último acesso em: dez 2016.

PASCHOAL , A.. **É agrotóxico, e não defensivo agrícola**. 2017 Disponível em: <<http://pratoslimpos.org.br/?p=9101>> Último acesso em out de 2018.

PAUL, M.. **Community Supported Agriculture: A model for the Farmer and the community?** 2015. Disponível em: <<https://community-wealth.org/content/community-supported-agriculture-model-farmer-and-community>> Último acesso em out/2018.

PEREZ, J.; BROWN, M.; MILES, A.(ed.) **Teaching direct marketing & small farm viability: resources for instructors**. California: Center for Agroecology & sustainable food systems. 2005. 406 p.

PERRY, J.; FRANZBLAU, S.. **Local Harvest: a multifarm CSA handbook**. United States. 2010. 137 p.

POLLAN, M.. **Em defesa da comida**. Edição Digital. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda. 2008. 169 p.

RIBEIRO, L. N.; SOBREIRO FILHO, J.. Formação da Via Campesina no mundo e atualidade das ações no Brasil (2000-2011). In: Encontro nacional de Geografia Agrária. 11. Uberlândia, 2012. Disponível em:

<[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Via%20Campesina%20no%20mundo%20e%20atualidade%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20no%20Brasil%20\(2000-2001\)%20-%20Leandro%20Nieves%20Ribeiro,%20Jos%C3%A9%20Sobreiro%20Filho,%202012.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Via%20Campesina%20no%20mundo%20e%20atualidade%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20no%20Brasil%20(2000-2001)%20-%20Leandro%20Nieves%20Ribeiro,%20Jos%C3%A9%20Sobreiro%20Filho,%202012.pdf)> Último acesso em out/2018.

RUSSEL, W.; ZEPEDA, L.. **The adaptive consumer**: shifting attitudes, behavior change and CSA membership renewal. In: **Renewable Agriculture and Food Systems**, vol. 23. 2008. pp. 136-148.

SALTMARSH, N.; MELDRUM, J.; LONGHURST, N.. **The impact of community supported agriculture**: Final report. Soil Association CSA Support Project, Making Local Food Work. 2011. Disponível em: < <https://communitysupportedagriculture.org.uk/wp-content/uploads/2015/03/The-impact-of-community-supported-agriculture.pdf>> Último acesso em OUT/2018.

SANTOS, F. T. Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável. In: **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Portugal. n. 20, 2009, pp. 29-40

SCHRANK, Z.; RUNNING, K.. Individualist and collectivist consumer motivations in local organic food markets. In: **Journal of Consumer Culture**. Vol. 18. 2018. pp. 184-201.

SHIVA, V.. **Monsanto vs. Indian Farmers**. Disponível em: <<http://vandanashiva.com/?p=402>> Último acesso em: mar 2017.

SOIL ASSOCIATION. **A share in the Harvest**: an action manual for community supported agriculture. Ed 2. Disponível em: <https://communitysupportedagriculture.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/A-Share-in-the-Harvest-Action-Manual_2012.pdf> Ultimo acesso em out/2018.

STEINER, R.. **Economia Viva** - o mundo como organismo econômico único. São Paulo: Antroposófica, 3a edição. 2006.

STRANZ, W.. **The history of CSA in Germany**. 2009. Disponível em: <<https://urgenci.net/the-history-of-csa-in-germany/>> Ultimo acesso em out/2018.

STORT, E.. **Cultura, Imaginação e Conhecimento**: a educação e a formalização da experiência. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

TORRES, S.. O antropoceno e a antro-po-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. In: **Ilha do desterro**, vol. 70, n. 2. Florianópolis, 2017. pp. 93-105.

VIERTLER, R. B.. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste, 2001. Rio Claro. Anais... Rio Claro/ SP: Unesp: Cnpq, 2002. pp. 11-29.

VOLZ, P.; WECKENBROCK, P.; CRESSOT, N.; PAROT, J. (coord.). **Overview of Community Supported Agriculture in Europe**. Urgenci. 2016. Disponível em: <<http://urgenci.net/wp-content/uploads/2016/05/Overview-of-Community-Supported-Agriculture-in-Europe-F.pdf>>. Último aceso em: dez 2016.

WEDIG, J. C. Reflexões socioculturais acerca do mundo rural. In: DAL SOGLIO, F. & KUBO, R. (orgs) **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. pp.33-46.

YAMAMOTO, A. **Por que continuamos juntos?** Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará. 2006. 145p.

APÊNDICE

APÊNDICE A.

Lista de Entrevistas

Entrevista nº 1 – Realizada no dia 12 de Maio de 2017 via Skype. Entrevistado é representante da CSA Brasil desde 2012, participando ativamente da construção não só da rede nacional, mas também dando cursos de formação e workshops sobre CSA em várias partes do Brasil. É também gestor da CSA de Bauru.

Entrevista nº 2 – Realizada no dia 17 de Maio de 2017 em São Carlos. Entrevistada é tanto bolsista da CSA São Carlos como também atual coordenadora de comunicação do grupo. Tem uma trajetória de engajamento interessante, iniciando sua participação como cotista primeiramente, aderindo ao sistema de bolsas no campo 6 meses depois e assumindo a gestão do grupo em meados de 2016.

Entrevista nº 3 – Realizada no dia 17 de Agosto de 2017 em São Carlos. Entrevistado participou da CSA de Botucatu e veio como estagiário da CSA São Carlos em 2016, vivendo no sítio Centenário por 1 ano, trabalhando diariamente na horta junta a agricultora.

Entrevista nº 4 – Realizada no dia 20 de novembro de 2017 em São Carlos. Entrevistado é coordenador da associação Veracidade e participou ativamente da fundação da CSA São Carlos.

Entrevista nº 5 – Realizada no dia 22 de Novembro de 2017. Entrevistado foi cotista da CSA São Carlos por 2 anos. Participou do segundo grupo de discussão comunicativo crítico sobre a CSA em 2015.

Entrevista nº 6 – Realizada em 27 de novembro de 2017. Entrevistada foi bolsista da CSA São Carlos por 3 anos. Participou do primeiro grupo de discussão comunicativo crítico em 2015.

Entrevista nº 7 - Realizada em 28 de novembro de 2017. Entrevistado foi estagiário da CSA São Carlos por 1 ano, vivendo no sítio Centenário e trabalhando na horta junto a agricultora. Também se tornou responsável pelo sacolão móvel durante sua estadia no sítio.

Entrevista nº 8 – Realizada no dia 15 de dezembro de 2017 em São Carlos. Entrevistada foi cotista da CSA São Carlos por 2 anos.

ANEXO

Declaração de Compromisso com o Agricultor

Lei social de Rudolf Steiner:

“O bem estar de uma integralidade de pessoas que trabalham em conjunto é tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados do seu próprio trabalho, ou seja, quanto mais ele ceder estes resultados aos seus colaboradores e quanto mais suas próprias necessidades forem satisfeitas, não pelo seu próprio trabalho, mas pelo dos outros.”

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, doravante me considero um co-agricultor e declaro que quero participar do CSA em _____ e me comprometo a contribuir com o financiamento da produção do agricultor em troca do recebimento de legumes, hortaliças e frutas conforme a disponibilidade produtiva de cada época do ano.

Assumo esse compromisso por um prazo mínimo de 6 meses e me comprometo a realizar os pagamentos em dia conforme os valores das contribuições pré-estabelecidos abaixo:

Desejo aderir ao CSA com _____ cota(s) semanal de legumes, hortaliças e frutas.

Valor da minha contribuição: R\$ _____

Período: de ____/____/____ a ____/____/____

Local

____/____/____
Data

Assinatura do co-agricultor